

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL – DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Lígia Margarete Mallmann

**AGRICULTORES FAMILIARES E COOPERATIVAS:
RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NA
REGIÃO DO VALE DO TAQUARI/RS - BRASIL**

Santa Cruz do Sul

2017

Lígia Margarete Mallmann

**AGRICULTORES FAMILIARES E COOPERATIVAS:
RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NA
REGIÃO DO VALE DO TAQUARI/RS - BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Organizações, Mercado e Desenvolvimento, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Erica Karnopp
Coorientador: Prof. Dr. Olgário Paulo Vogt

Santa Cruz do Sul

2017

Lígia Margarete Mallmann

**AGRICULTORES FAMILIARES E COOPERATIVAS:
RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NA
REGIÃO DO VALE DO TAQUARI/RS - BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Organizações, Mercado e Desenvolvimento, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Dra. Erica Karnopp
Professora Orientadora

Dr. Olgário Paulo Vogt
Professor Coorientador

Dra. Virginia Elisabeta Etges
Professora examinadora – UNISC

Dra. Cidonea Machado Deponti
Professora examinadora – UNISC

Dr. Silvio Santos Junior
Professor examinador – UNOESC

Dr. Ernelo Schallenberger
Professor examinador – UNIOESTE

Santa Cruz do Sul

2017

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela graça de ter cumprido mais esta etapa de minha caminhada; a capacidade e a vontade de conquistar meu espaço no mundo.

Ao meu esposo Inácio Mallmann e aos meus filhos Felipe e Manoela Mallmann, pela dedicação, compreensão e carinho, estímulo e apoio nas horas fáceis e difíceis.

Aos professores, Dra. Erica Karnopp e Dr. Olgário Paulo Vogt, pela paciência e incentivo que muito contribuíram para o meu aprendizado e aperfeiçoamento acadêmico.

Aos dirigentes das Cooperativas Cosuel e Languiru, pela atenção e as informações prestadas, contribuições relevantes para a pesquisa empírica.

Ao Secretário da Agricultura do Município de Arroio do Meio/RS, ao Coordenador de Extensão Rural da Emater, ao Consultor do Sebrae para gestão da pequena propriedade rural, e aos 20 agricultores familiares respondentes desta pesquisa, por me receberem e concederem de forma espontânea entrevistas com informações relevantes para a realização da análise empírica desta pesquisa.

À minha amiga Luciane Wendt, por ceder diversos livros fundamentais ao aprofundamento teórico desta pesquisa.

A todos os professores do PPGDR – UNISC e aos colegas da turma de Mestrado e Doutorado/2013, obrigada pelo convívio, apoio e esforço conjunto.

Enfim, a todos aqueles que, em determinados momentos, de modo mais ou menos intenso, cederam sua parcela de contribuição para a execução desta pesquisa, o meu agradecimento especial: muito obrigada!

RESUMO

Na presente tese, analisam-se as relações sociais de produção entre agricultores familiares e cooperativas, na cadeia produtiva do leite na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul/RS - Brasil. Como objeto empírico de análise, foram eleitas a Cooperativa Languiru Ltda., com sede no Município de Teutônia/RS e a Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda. – Cosuel, sediada no Município de Encantado/RS – Brasil. O problema de pesquisa buscou responder à seguinte questão: de que modo se estabelecem as relações sociais de produção entre agricultores familiares e cooperativas na cadeia produtiva do leite? As relações de produção são estabelecidas entre os homens no processo de produção social, independentemente da vontade individual de cada um no processo de produção, e os níveis de desenvolvimento dessas relações dependem do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade em que se encontram. Exibem interação, embora em determinados momentos um ou outro elo mostre certa dominância sobre os demais, em função da força e do poder do mercado. O modo capitalista de produção no meio rural é marcado por características contraditórias, intrínsecas ao próprio sistema. Assim, o capital ora concebe relações capitalistas, ora gera relações não tipicamente capitalistas, como acontece com o agricultor familiar produtor de leite, no desenvolvimento de suas atividades de trabalho, que recebe pelo produto de seu trabalho e não pela sua força produtiva ou pela sua jornada de trabalho. Nesta pesquisa, adotou-se o materialismo histórico dialético como marco teórico-metodológico. A partir da dialética, tornou-se possível a compreensão e o aprofundamento da temática em questão. Para a reflexão e aprofundamento, utilizou-se a história oral temática, o que possibilitou a compreensão da complexidade que compõe as relações sociais de produção. Como resultado da pesquisa, conclui-se que as Cooperativas Languiru e Cosuel passaram a rever as suas práticas gerenciais por meio da lógica tipicamente capitalista. As adequações de comportamento ocorridas acarretaram uma crise ideológica do cooperativismo, caracterizada pelo prevalescimento dos valores capitalistas sobre os valores originários do cooperativismo, embora os agricultores familiares produtores de leite e cooperados demonstrem sentimento de respeito, orgulho e lealdade as cooperativas, criadas há mais de 60 anos, no território do Vale do Taquari/RS. *A priori*, o cooperativismo é reconhecido como símbolo de democracia, por se caracterizar como um modelo de organização produtivo que estabelece a desvinculação do tradicional conceito patrão-empregado. Porém, com o passar do tempo, o cooperativismo alterou suas práticas gerenciais, modificando suas raízes.

Palavras-chave: Relações sociais de produção. Cooperativa. Agricultura familiar.

ABSTRACT

In this thesis, the social relations of production between family farmers and cooperatives in the milk production chain in the Vale do Taquari region, Rio Grande do Sul / RS - Brazil, are analyzed. As an empirical object of analysis, Cooperativa Languiru Ltda., With headquarters in the Municipality of Teutônia / RS, and Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda. - Cosuel, headquartered in the Municipality of Encantado / RS - Brazil. The research question sought to answer the following question: how are the social relations of production established between family farmers and cooperatives in the milk production chain? The relations of production are established among men in the process of social production irrespective of the individual will of each in the process of production, and the levels of development of these relations depend on the degree of development of the material productive forces of the society in which they are found. They exhibit interaction, although at certain times one or another link shows a certain dominance over the others, depending on the strength and power of the market. The capitalist mode of production in rural areas is marked by contradictory characteristics intrinsic to the system itself. Thus, capital now conceives of capitalist relations, or it generates relations not typically capitalist, as with the family farmer producing milk, in the development of his work activities, which he receives by the product of his labor and not by his productive force or by his working hours. In this research, dialectical historical materialism was adopted as a theoretical-methodological framework. From the dialectic, it became possible to understand and deepen the subject matter in question. For the reflection and deepening, it was used thematic oral history, which made possible the understanding of the complexity that composes the social relations of production. As a result of the research, it is concluded that the Cooperatives Languiru and Cosuel began to review their managerial practices through the typically capitalist logic. The behavioral adaptations that have occurred have led to an ideological crisis of cooperativism, characterized by the prevailing capitalist values over the original values of cooperativism, although family farmers producing milk and cooperatives show a sense of respect, pride and loyalty to cooperatives created over 60 years ago. Years, in the territory of Vale do Taquari / RS. A priori, cooperativism is recognized as a symbol of democracy, because it is characterized as a model of productive organization that establishes the untying of the traditional employer-employee concept. However, with the passage of time, the cooperativism changed its managerial practices, changing its roots.

Keywords: Social relations of production. Cooperativa. Family farming.

LISTA DE FIGURAS/ILUSTRAÇÕES

Figura 1– Recorte Territorial do Vale do Taquari	17
Figura2 – Primeiras cooperativas no Brasil	30
Figura 3 – Primeiras cooperativas no Vale do Taquari	40
Figura 4 – Cooperativas e sociedades mercantis	45
Figura 5– Estrutura organizacional de cooperativa	47
Figura 6 – Recursos em bilhões de reais, disponibilizados para a agricultura familiar	73
Figura 7 – Produção de leite em mil litros e número de vacas - ordenha	80
Figura 8 – Grandes áreas da cadeia produtiva do leite	83
Figura 9 – Áreas da cadeia produtiva do leite	85
Figura 10 – Cooperativas e empresas, que atuam na atividade de laticínios, no Vale do Taquari	92
Figura 11 – Agroindústrias familiares do setor de laticínios no Vale do Taquari	94
Figura 12 – Vista panorâmica do Município de Arroio do Meio/RS	98
Figura 13 – Localidades das propriedades rurais	98
Figura 14 – Localização das Propriedades Pesquisadas	99
Figura 15 – Tamanho médio das propriedades rurais em hectares	99
Figura 16 – Área de piquetes para o gado leiteiro	100
Figura 17 – Área total e com pastagens em hectares	101
Figura 18 – Identificação das propriedades rurais cooperadas	101
Figura 19 – Características das propriedades rurais	102
Figura 20 – Condições das residências	103
Figura 21 – Organização das propriedades rurais	103
Figura 22 – Vista de propriedade rural pesquisada	104
Figura 23 – Ramos de atividade dos respondentes em percentual	104
Figura 24 – Média em número de vacas do rebanho e em lactação	105
Figura 25– Raças de gado leiteiro em percentual	105
Figura 26 – Raças de gado leiteiro – holandês e jersey	106
Figura 27 – Sistema de ordenha mecânica e refrigeração	106
Figura 28 – Litros de leite ordenhados e comercializados/dia	107
Figura 29 – Grau de instrução dos agricultores familiares	108
Figura 30 – Número total de filhos famílias pesquisadas	109
Figura 31 – Processo de sucessão familiar por propriedade	109

Figura 32 – Pretensão de continuidade na atividade leiteira	110
Figura 33 – Evolução do espaço Físico da Sede da Cooperativa Cosuel	112
Figura 34 – Evolução do Espaço Físico da Sede da Cooperativa Languiru	119
Figura 35 – Motivos para o fornecimento de leite às cooperativas	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ramos do cooperativismo no Brasil	34
Tabela 2 – Participação da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil	73
Tabela 3 – Produção total de leite - variação no período	74
Tabela 4 – Produção leiteira - Brasil	78
Tabela 5 – Produção de leite em mil litros e número de vacas - ordenha mecânica	79

LISTA DE ABREVIATURAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
APL	Arranjo Produtivo Local
BR 386	Rodovia Federal Brasileira
BRF	Brasil <i>Foods</i>
CCGL	Cooperativa Central Gaúcha de Leite
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSELEITE	Conselho Paritário entre Produtores e Indústrias de Laticínios
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul
COSUEL	Cooperativa dos Suinocultores de Encantado
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPC	Econômica, da Política e da Cultura
EPCN	Economia, da Política, da Cultura e da Natureza
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAPRI	<i>Food and Agricultural Policy Research Institute</i>
FOB	<i>Free on Board</i>
FUNRURAL	Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural
HA	Hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IN	Instrução Normativa
LBR	Lácteos Brasil
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCR	Manual de Crédito Rural MCR
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NR	Norma regulamentadora
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCERGS	Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul
OCESP	Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo

OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Produção Integrada de Sistemas Agropecuários
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
RECOOP	Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária
RIISPOA	Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal
RS	Rio Grande do Sul
RS 13	Rodovia do Estado do Rio Grande do Sul
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SIF	Serviço de Inspeção Federal
TEC	Tarifa Externa Comum
UF	Unidade da Federação
UHT	<i>Ultra High Temperature</i> – Leite Longa Vida
USDA	<i>United States Department of Agriculture</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 A GÊNESE DO COOPERATIVISMO	23
2.1 O pioneirismo de <i>Rochdale</i>	23
2.1.1 O cooperativismo no mundo	25
2.1.2 O cooperativismo no Brasil	28
2.1.3 O cooperativismo agropecuário no Rio Grande do Sul.....	35
2.1.4 O cooperativismo no Vale do Taquari.....	39
2.2 O cooperativismo na atualidade	44
3 O TERRITORIO DA AGRICULTURA FAMILIAR	54
3.1 Conceito de território.....	54
3.1. 1 Vetores no território: horizontalidades e verticalidades	60
3.2 Agricultura familiar	62
3.2.1 O contexto da agricultura familiar brasileira.....	70
4 A RELEVÂNCIA SOCIECONÔMICA DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE	76
4.1 Caracterização da cadeia produtiva do leite	82
4.2 Agricultura familiar e o cooperativismo na produção de leite	89
5 AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES PRODUTORES DE LEITE E AS COOPERATIVAS COSUEL E LANGUIRU	96
5.1 Características do município e das propriedades rurais.....	97
5.2 Perfil dos agricultores familiares produtores de leite	107
5.3 O cooperativismo na agricultura familiar: a experiência da Cosuel e da Languiru	112
5.3.1 A cooperativa Cosuel.....	112
5.3.2 A cooperativa Languiru	119
5.4 Relações sociais de produção entre agricultores familiares e as cooperativas	124
CONCLUSÃO	140
REFERÊNCIAS	145
APÊNDICE A: ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA – AGRICULTOR FAMILIAR PRODUTOR DE LEITE	158
APÊNDICE B: ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA – COOPERATIVA LANGUIRU LTDA	159

APÊNDICE C: ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA – COOPERATIVA DOS SUINOCULTORES DE ENCANTADO (COSUEL).....	160
APÊNDICE D: ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA – SECRETÁRIO DE AGRICULTUA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE ARROIO DO MEIO	161
APÊNDICE E: ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA – COORDENADOR EMATER DE ARROIO DO MEIO	162
APÊNDICE F: ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA – CONSULTOR DO SEBRAE, PARA GESTÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL.....	163

1. INTRODUÇÃO

Na presente tese, analisam-se as relações sociais de produção¹ entre agricultores familiares e as cooperativas, na cadeia produtiva do leite na região do Vale do Taquari, RS /Brasil. Como objeto empírico de análise, foram eleitas a Cooperativa Languiru Ltda., com sede no Município de Teutônia/RS, e a Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda. – Cosuel, sediada no Município de Encantado/RS. Para esta investigação, partiu-se do pressuposto de que as Cooperativas Languiru e Cosuel passaram a rever as suas práticas gerenciais por meio da lógica tipicamente capitalista. As adequações de comportamento ocorridas acarretaram uma crise ideológica do cooperativismo, caracterizada pelo prevalecimento dos valores capitalistas sobre os valores originários do cooperativismo. *A priori*, o cooperativismo é reconhecido como símbolo de democracia, por se caracterizar como um modelo de organização produtivo que estabelece a desvinculação do tradicional conceito patrão-empregado. Porém, com o passar do tempo, o cooperativismo modificou suas práticas gerenciais, abandonando suas raízes.

Segundo Padula e Araújo (2008), o movimento doutrinário cooperativista² teve o seu marco inicial em 1844, na Inglaterra. Seu intuito foi melhorar a situação econômica dos trabalhadores por meio do auxílio mútuo. Ao se expandir, o cooperativismo chegou ao Brasil no início do século XX, encontrando condições favoráveis para se desenvolver também na região do Vale do Taquari/RS, colonizada por imigrantes europeus que trouxeram, entre suas práticas e valores, a ajuda mútua, a solidariedade e a gestão coletiva dos bens comunitários. Esses imigrantes usavam a mão de obra familiar e tinham como unidade produtiva a pequena propriedade, o que, de acordo com Singer (1968), contribuía de forma expressiva para a formação de um crescente mercado regional, tendo como polo comercial a capital do Estado, Porto Alegre.

No ano de 1948, foi constituída a Cooperativa Cosuel, inicialmente com a atividade de frigorífico de suínos, no intuito de conseguir melhor preço dos produtos agrícolas e eliminar os intermediários. No ano de 1956, foi criada a Cooperativa Languiru, em um pequeno armazém que fornecia gêneros de primeira necessidade e insumos agrícolas, atendendo às

¹ Relações sociais de produção pressupõem a troca desigual entre o capital e o trabalho, e ambos, capital e trabalho, são produtos de relações sociais e contraditoriamente desiguais (OLIVEIRA, 1995).

² A doutrina surgiu originalmente como forma de oposição ao capitalismo, mas também passou a reagir contra outros sistemas econômicos opostos ao capitalismo que se instalaram em diversos países. O termo doutrina resultou das primeiras publicações acadêmicas sobre o tema do cooperativismo, as quais se referiam aos ensinamentos da prática cooperativa, como elemento transformador da sociedade e dos sistemas econômicos (PINHO, 1977).

demandas dos agricultores familiares. A partir de 1960, o Brasil passou a adotar uma política agrícola utilizando um modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes sintéticos e sementes geneticamente modificadas na agricultura, com incentivo do governo para o cultivo de trigo e soja. Conseqüentemente, com a industrialização de produtos derivados, principalmente o óleo de soja, a banha de suínos, principal produto comercial das Cooperativas Cosuel e Languiru, perdeu mercado.

A alternativa encontrada pelos agricultores familiares para vencer a perda desse mercado no Vale do Taquari foi investir na produção leiteira, que era uma atividade secundária e geralmente desenvolvida pela mulher nas unidades produtivas familiares. Assim, na década de 1960, para atender às demandas socioeconômicas de agricultores familiares, as duas cooperativas iniciaram a industrialização de leite. No ano de 1964, a Cooperativa Languiru foi a primeira no Brasil a envasar o leite em saquinho plástico (*barriga mole*). Na época, também iniciou a divulgação do leite com a marca MiMi, com grande fluxo comercial em Porto Alegre/RS.

Diante do exposto, concebe-se que a agricultura familiar da região do Vale do Taquari encontra, no segmento da produção de leite, uma fonte de trabalho e renda, por intermédio da cooperação com as Cooperativas Cosuel e Languiru. Essas cooperativas compram a produção de leite *in natura* dos cooperados e lhes fornecem apoio técnico, veterinário, insumos, rações, crédito para aquisição de maquinários, entre outros. Portanto, considerando-se a atual configuração das relações sociais de produção entre agricultores familiares e cooperativas no contexto da globalização, pretende-se investigar o seguinte problema de pesquisa:

De que modo se estabelecem as relações sociais de produção entre agricultores familiares e as cooperativas na cadeia produtiva do leite?

A agricultura familiar se distingue entre a atividade econômica milenar de produção dos alimentos necessários e fundamentais à existência da humanidade e a atividade econômica da produção de *commodities* (mercadorias) para o mercado global. Nesse sentido, Lamarche (1993) diz que os agricultores familiares são portadores de uma tradição, cujos fundamentos estão na centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida.

Nesse sentido deve-se considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais. Para Abramovay (1997), a agricultura familiar no Brasil é elemento decisivo para que haja a cobrança social na oferta racionalizada de serviços de transporte, de educação, de comunicação, de eletricidade, entre outros, para que se reduzam as diferenças entre a vida na cidade e no campo; condição básica, para que os

espaços rurais possam oferecer melhores condições de às populações que vivem na luta contra a exclusão social.

O primeiro reconhecimento de política pública no Brasil voltada à agricultura familiar teve início no ano de 1994, intitulado Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAP, que foi o embrião do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Após sucessivos aprimoramentos de seus objetivos, lógica de funcionamento e ajustes nas normas para enquadramento de agricultores familiares, o PRONAF obteve a abrangência e alcance nacional, que, conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, o colocam como a mais importante política pública de desenvolvimento rural direcionada aos agricultores familiares do País existente atualmente (MAPA, 2016).

Outro marco notório para a agricultura familiar foi a edição do Censo Agropecuário (2006), norteado pela lei federal nº 11.326, que define o que é agricultura familiar para fins de formulação das políticas públicas. Mais um destaque para a agricultura familiar ocorreu no ano de 2014, quando a Organização das Nações Unidas – ONU a colocou como tema central, pela sua importância cultural, social, econômica e na produção de alimentos. Não se pode deixar de apontar, que no ano de 2012, a ONU evidenciou o cooperativismo, principalmente a ação das cooperativas agrícolas, como importante mecanismo que pode reduzir a pobreza e a exclusão social dos agricultores familiares.

O cooperativismo, conforme Pires (2003), fortaleceu-se como alternativa para os agricultores familiares, inclusive na cadeia produtiva do leite, propiciando-lhes sua inserção nos mercados regionais e globais, ampliando a sua possibilidade de enfrentamento da concorrência da agricultura empresarial ou patronal.

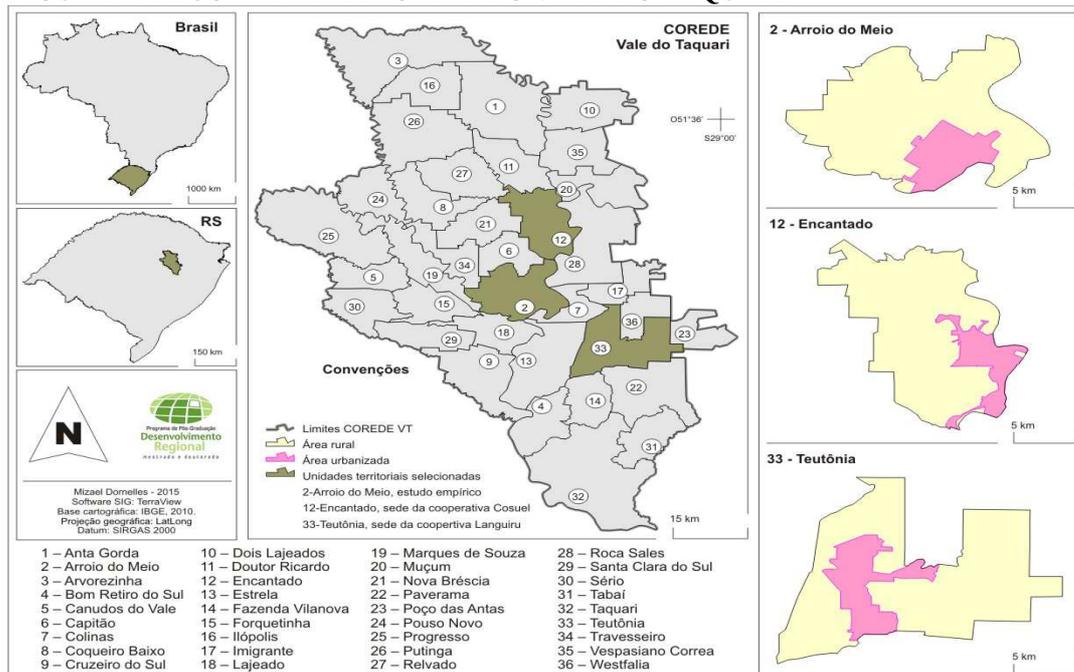
No Vale do Taquari, a agricultura familiar e o cooperativismo são influentes no âmbito socioeconômico desde a sua colonização. Essa região está organizada no modelo familiar, em minifúndios, e a atividade caracteriza-se pela diversidade de cultivares e criações, na maioria das vezes, organizada em sistema integrado com a indústria de alimentos e/ou cooperativas agropecuárias. Conforme o Censo Agropecuário (2006), o Vale do Taquari possui 25.698 propriedades rurais, com tamanho médio de 13,53 ha e, segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2010, possui 35,42% da sua população residente na área rural.

O Vale do Taquari está situado na região central do Estado do RS. É formado por 36 municípios, totalizando uma área de 4.821,1 km² (1,71% do Estado). Em 2010, conforme o Censo Demográfico realizado pelo (IBGE), o Vale do Taquari possuía 327.822 habitantes

(3,07% da população do RS). A sua base econômica encontra-se na agropecuária, que é produtora de matérias-primas para as indústrias de transformação e de beneficiamento na própria região, o que acaba impulsionando uma parcela significativa da sua economia, sem contar os valores que os agricultores familiares movimentam em termos de comércio varejista.

A Figura 1 mostra o recorte territorial do Vale do Taquari, objeto empírico de investigação nesta tese. Nessa figura, em que destacam-se os três municípios: Arroio do Meio; Encantado e Teutônia. Arroio do Meio é o município onde foi realizado o levantamento de dados com os agricultores familiares cooperados e produtores de leite, pois nesse município encontram-se agricultores familiares cooperados das duas cooperativas pesquisadas. Conforme o Censo Demográfico do IBGE de 2010, o Município de Arroio do Meio possui uma população de 18.783 habitantes, destes 4.120 encontram-se na área rural, ou seja, 21,93%. Encantado e Teutônia são municípios-sede das cooperativas.

FIGURA 1: RECORTE TERRITORIAL DO VALE DO TAQUARI



Fonte: Base Cartográfica do IBGE, 2010, elaborado por Dornelles, 2015.

As relações de produção entre agricultores familiares e cooperativas envolvem uma trama social, política e econômica. Os agricultores familiares possuem uma identidade social e cultural, com valores e costumes específicos. Desse modo, Pinho (1966) explicita que a relação entre os agricultores familiares e cooperativas é diferenciada porque os cooperados possuem uma relação tríplice: de proprietário, de fornecedor e de controle. De proprietário, por fazerem parte da cooperativa, pois são cooperados; de fornecedor de matéria-prima, por

participarem da transação comercial; de controle, porque participam das principais decisões, via assembleias, junto à cooperativa. Por outro lado, as cooperativas também estão inseridas em relações complexas, sendo que foram constituídas para melhorar o modo de vida dos agricultores familiares e possuem princípios de economia solidária. No entanto, pressupõe-se que as cooperativas, na atualidade, tendem a incorporar cada vez mais o mercado de economia capitalista globalizado.

Nesse sentido, a complexidade das relações sociais entre agricultores familiares e cooperativas é evidente, pois existem contradições nas relações comerciais entre as cooperativas, agricultores familiares e o mercado nacional e internacional, onde as cooperativas efetuam as transações comerciais. Portanto, evidenciam-se as relações de horizontalidades e de verticalidades entre agricultores familiares e cooperativas. As horizontalidades, conforme Santos (2012), podem ser compreendidas como pontos contínuos no espaço, nas relações entre regiões, com origem dentro do território. As verticalidades são consideradas pontos descontínuos, separados entre si, e as relações nessa esfera não dependem de aproximação espacial do território, mas de aproximação organizacional, pois são relações hierarquizadas vindas de fora do território.

As verticalidades, conforme Santos (2012), são conhecidas como forças centrífugas, que estão localizadas nos locais onde obtêm mais vantagens para suas relações econômicas. As relações de horizontalidades são conhecidas como forças centrípetas, pois estão no território onde são formadas e agem no espaço local como fatores de coesão, tensões e conflitos. Portanto, as horizontalidades podem ser percebidas entre os agricultores familiares produtores de leite, no Vale do Taquari, que, apesar de sua cultura, seus costumes e tradições, trocam saberes sobre a forma produtiva, as adequações de normas e regras para cumprirem as exigências do mercado. As verticalidades são compreendidas por meio das obrigações que as cooperativas têm que cumprir, tanto em sua organização administrativa/gerencial quanto produtiva, para continuarem competitivas em um mercado cada vez mais global.

A presente tese tem como objetivo geral analisar as relações sociais de produção entre agricultores familiares e cooperativas, na cadeia produtiva do leite, na atualidade. Para alcançar o resultado do objetivo geral, foi necessário detalhar as ações relativas à temática, que são os objetivos específicos: **a)** investigar o surgimento e as transformações ocorridas nas cooperativas da agricultura familiar, ao longo de sua trajetória; **b)** analisar as relações de verticalidade e horizontalidade no processo de produção e comercialização na cadeia produtiva do leite e **c)** interpretar/analisar as relações contraditórias de produção e de comercialização na cadeia produtiva do leite até o período aqui investigado.

Partindo-se do pressuposto de que as relações de produção entre os agricultores familiares e as cooperativas apresentam contradições, nesta pesquisa, adotou-se o materialismo histórico dialético como marco teórico-metodológico. A dialética, que aparece no pensamento de Marx, surge como uma tentativa de superação da dicotomia entre o sujeito e o objeto. No entanto, a dialética apresenta-se na história do pensamento humano muito antes de Marx. Em suas primeiras versões, a dialética foi entendida, ainda na Grécia antiga, como a *arte do diálogo*, a arte de conversar. Platão empregava a dialética em seus diálogos, ou seja, não é a concórdia que conduz ao diálogo, mas a divergência, isto é, a exacerbação do conflito. Para Durant (1996), a lógica dialética é uma possibilidade de compreensão da realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação.

O materialismo histórico expõe a forma de organização dos homens em sociedade ao longo da história, ou seja, expõe as relações sociais construídas pela humanidade durante a sua existência (PIRES, 1997). E, para o pensamento marxista, o materialismo histórico dialético pode ser compreendido a partir das análises sobre uma categoria considerada central: o trabalho. Conforme Marx (1993), o trabalho não se esgota no conceito cotidiano de trabalho na concepção do senso comum de trabalho que se aproxima da ideia de ocupação, de tarefa, um conceito puramente econômico. O conceito de trabalho, categoria central nas relações sociais, tal qual o pensamento marxista o entende, é o conceito filosófico de trabalho, é a forma mais ampla possível de se pensar o trabalho.

Nas análises marxistas acerca dessa questão, de caráter mais filosófico do que econômico, constata-se que o trabalho é central nas relações dos homens com a natureza e com os outros homens, porque esta é atividade vital, que garante a sua sobrevivência (MARX, 1993). Desse modo, o trabalho é categoria central de análise do materialismo histórico dialético, é a forma mais simples, mais objetiva que os homens desenvolveram para se organizarem em sociedade. A base das relações sociais são as relações sociais de produção, as formas organizativas do trabalho. Busca compreender a vida social, os fenômenos da vida em sociedade e a sua história.

De acordo com Triviños (2009), o materialismo histórico dialético tenta buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento, baseadas em interpretações dialéticas de mundo. O materialismo histórico dialético estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, sua evolução histórica e a prática social dos homens, no seu desenvolvimento em determinado território. Nesse sentido, Abramovay (2000) afirma que o território precisa ser entendido corretamente,

porque ele é mais do que simples base física para as relações entre indivíduos, empresas e cooperativas.

O território possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais. A transformação no contexto social é mais ampla. Conforme Soja (1993), na perspectiva do materialismo histórico dialético, o que passa a ser importante são as relações entre o território, a organização e as demais estruturas em determinado modo de produção. Portanto, tem-se, aí, a possibilidade de uma complexa dialética, funcionando dentro da estrutura da base econômica. Pires (1997) coloca a premissa básica da dialética nas relações sociais e territoriais que são interdependentes, ou seja, as relações sociais de produção são formadas no território. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento social e econômico.

A dialética constituída a partir de Marx foi aqui apresentada como possibilidade teórica, ou seja, como instrumento lógico de interpretação da realidade para analisar as relações de produção entre agricultores familiares e cooperativas na cadeia produtiva do leite, no Vale do Taquari. Essas relações sociais apresentam a necessidade de se conhecer os mais variados elementos que envolvem a prática econômica, política, social e cultural dessas relações e, igualmente, a necessidade de compreendê-las da forma mais completa possível. Além de possibilitar a captura da historicidade, suas relações estabelecidas situam o problema dentro de um contexto mais amplo. O desenvolvimento de um modo de produção e a transição para outro são, para Marx, dois fatos interdependentes, resultando das relações de base material e forma social.

Com a possibilidade de existirem contradições entre os fenômenos investigados, utilizou-se, aqui, a técnica de pesquisa qualitativa. De acordo com Gil (2010), a técnica da pesquisa qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações e opiniões, procurando aprofundar o exame da complexidade de fatos e processos particulares ou específicos. No intuito de entender as relações sociais de produção entre agricultores familiares produtores de leite e as cooperativas Cosuel e Languiru, foram empregados diferentes instrumentos para a coleta de dados. Utilizou-se a pesquisa documental, a observação direta e buscou-se em Meihy e Holanda (2007) o método de história oral temática, que parte da investigação de determinado tema. Dessa forma, tornou-se possível o aprofundamento da compreensão das relações sociais de produção entre agricultores familiares produtores de leite e as cooperativas, sendo que as relações de produção são, em essência, relações estabelecidas entre os homens no processo de produção social.

Justifica-se a presente pesquisa pela relevância e o reconhecimento dos agricultores familiares produtores de leite, como classe social, e a necessidade de agregar valor à sua produção – geralmente de pequena escala - e comercializá-la. Os agricultores familiares não teriam condições de negociar no mercado de forma individual. Desse modo as cooperativas constituem-se em prerrogativa para a sustentabilidade da unidade produtiva, inclusive na cadeia produtiva do leite, como forma de agregar valor ao produto, promover a inclusão social do agricultor familiar, proporcionar-lhe uma renda mensal e também facilitar-lhe a aquisição, entre outros, de bens e equipamentos para a manutenção da propriedade rural e familiar.

Tendo-se embasado e justificado a relevância desta pesquisa no que tange à sua Introdução e outros quatro capítulos, seguidos pela conclusão, referências e apêndices. No segundo capítulo, expõem-se as definições e abordagens que envolvem a gênese das cooperativas. Esse capítulo se subdivide em dois Subcapítulos: no primeiro subcapítulo contextualiza-se e faz-se um breve histórico das cooperativas no mundo, Brasil, no Rio Grande do Sul e no Vale do Taquari; discorre-se sobre seu surgimento como uma alternativa dos trabalhadores para vencer os desequilíbrios resultantes do liberalismo econômico no sistema capitalista de produção; e sua expansão pelo mundo.

No Brasil, o cooperativismo ficou conhecido no modelo dos pioneiros de *Rochdale*, trazido pelos imigrantes europeus. E no RS, desenvolveu-se de forma mais intensa, inicialmente no setor primário da economia, devido às estruturas de mercado desenvolvida nesta região. O Vale do Taquari, formado por minifúndios e colonizado por imigrantes e descendentes de imigrantes europeus, apresentou condições favoráveis para a expansão do cooperativismo. No segundo subcapítulo, explicitam-se o cooperativismo na atualidade. Destaca-se que as cooperativas apresentam uma estrutura particular de organização quando comparadas com outras formas empresariais mercantis.

No terceiro capítulo, a temática envolve discussões sobre o território da agricultura familiar. O capítulo desdobra-se em quatro subcapítulos: no primeiro, apresenta-se o conceito de território; no segundo, demonstra-se os recortes no território, explicitando as horizontalidades e as verticalidades; no terceiro, faz-se uma reflexão sobre a agricultura familiar e sua relevância socioeconômica e; no quarto, mostra-se o contexto da agricultura familiar brasileira. No quarto capítulo, trata-se da relevância socioeconômica da cadeia produtiva do leite, subdividindo-o em dois subcapítulos. O primeiro consiste em explicitar a cadeia produtiva do leite, e o segundo, a agricultura familiar e o cooperativismo na produção de leite.

No quinto capítulo, faz-se uma análise da pesquisa empírica a respeito das relações sociais de produção entre os agricultores familiares produtores de leite e as Cooperativas Cosuel e Languiru. O capítulo divide-se em quatro subcapítulos. No primeiro, demonstra-se a caracterização das propriedades rurais dos agricultores familiares, as quais não são homogêneas, porém possuem semelhanças socioeconômicas e todas as propriedades produzem leite e o fornecem para as Cooperativas Cosuel e/ou Languiru. No segundo subcapítulo, evidencia-se o perfil dos agricultores produtores de leite. O terceiro, especifica o cooperativismo da agricultura familiar e subdivide-se em duas seções: a primeira, demonstra o panorama da Cooperativa Cosuel e a segunda, o panorama da Cooperativa Languiru.

No quarto subcapítulo, analisa-se as relações sociais de produção entre agricultores familiares e as cooperativas. Para isso, utilizou-se o método história oral temática, defendida por Meihy e Holanda (2007), que consiste na compreensão de uma temática específica para esclarecer interações entre percursos individuais e processos socioeconômicos coletivos. Na sua subdivisão, investigaram-se as relações sociais de produção evidenciando cooperação ou contradição. Por fim, apresenta-se a conclusão, que traz as principais contribuições para a tese.

2 A GÊNESE DO COOPERATIVISMO

Neste capítulo, faz-se uma contextualização histórica sobre a origem e o desenvolvimento das cooperativas e sobre as questões contemporâneas do cooperativismo, com enfoque no cooperativismo agropecuário. Antes de abordar alguns aspectos históricos da trajetória do cooperativismo é importante conceituar cooperativismo e associativismo. De acordo com Abrantes (2004, p.35), a palavra cooperação significa “operar de forma conjunta ou unida”, ou “ajuda mútua ou mutualismo”. E associativismo significa “congregar pessoas com interesse comum”.

Conforme Rambo (1988 p. 191), “o indivíduo isolado nada pode, nada consegue, enfim, nada pode ser.” Tudo o que o homem faz, exige esforços coletivos, o que levou ao surgimento das associações e das cooperativas. A expressão "cooperativismo" advém da palavra "cooperação", originada do latim "cooperari", que significa "operar conjuntamente". O cooperativismo é a forma mais evoluída do associativismo. O associativismo nasceu junto com o homem e provém da necessidade da união para vencer os desafios do mundo.

Do ponto de vista jurídico e legal, conforme Panzutti (2000), o termo cooperativismo está ligado à associação entre pessoas e meios de produção, existindo, obrigatoriamente, relações sociais, econômicas e financeiras, devendo submeter-se à legislação específica. Já o termo associativismo refere-se à integração de grupos de indivíduos com os mais variados interesses comuns, não existindo, obrigatoriamente, relações econômicas e financeiras. Nesse sentido, é fundamental que, em primeiro lugar, esboce-se um breve histórico da gênese do cooperativismo.

2.1 O pioneirismo de *Rochdale*

O cooperativismo, como é conhecido hoje, nasceu no século XIX, no ano de 1844, quando os 28 tecelões do distrito de *Rochdale* fundaram a Cooperativa de *Rochdale* (*Rochdale Society of Equitable Pioneer*). Essa cooperativa foi constituída por 27 homens e uma mulher e cada um contribuiu com uma libra. Conforme Holyoake (2014), os 28 tecelões de *Rochdale* são reconhecidos como o marco teórico do cooperativismo. A organização dos 28 tecelões *Rochdale*, de acordo com Abrantes (2004), foi reconhecida por ter sido estruturada com regras, normas e princípios próprios que seriam praticados com a intenção de respeitar os valores humanos.

Cabe lembrar que, antes de 1844, houve iniciativas cooperativistas em diversas partes do mundo. A título de ilustração, mencionam-se os *ayllus* entre os incas pré-colombianos; as reduções jesuíticas entre os índios guaranis do Brasil, Paraguai e Argentina, que, na então

denominada Província do Paraguai, edificaram os Trinta Povos das Missões, nos séculos XVII e XVIII. De acordo com Holyoake (2014), essas organizações caracterizavam-se por dar suporte econômico ao meio social relativamente homogêneo em que os indígenas nasceram sem, contudo, conseguir evoluir em sua organização temporal. Todas foram organizações de abrangência geográfica restrita e de vida efêmera.

Em relação ao surgimento da cooperativa de *Rochdale* em 1844, o que possibilitou sua constituição foi a solidariedade entre despossuídos dos meios de produção. Conforme Holyoake (2014), por volta de 1750, iniciou a industrialização na Europa, mais precisamente na Inglaterra e, com ela, a sistematização do trabalho assalariado urbano. Estava criada, portanto, uma nova realidade social, o mundo deixava de ser apenas agrícola e pastoril. A fábrica estava sendo criada, cativando a população, pois o trabalho ali desenvolvido não era difícil de aprender.

As fábricas se expandiram pela Europa, mas foi no interior da Inglaterra, especialmente nas regiões de *Yorkshire* e *Lancashire*, que os benefícios e os malefícios da Revolução Industrial foram sentidos. Nessa região, situava-se a cidade de *Rochdale*, onde havia muitas empresas de tecelagem. Nessas fábricas, com o tempo, apareceu a desilusão. Ali, homens, mulheres e crianças trabalhavam até dezesseis horas por dia, só descansavam aos domingos, e eram submetidos a condições insalubres de trabalho e à baixa remuneração. Foi nesse ambiente de vida sofrida que nasceu a “cooperação”. Conforme Holyoake (2014), o cooperativismo foi uma resposta de uma pequena parcela da sociedade à opressão do capitalismo nascente.

De acordo com Abrantes (2004), a organização cooperativista teve sua procedência na Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII. Naquela época, a mão de obra perdeu grande poder de troca. Os baixos salários e a longa jornada de trabalho geraram muitas dificuldades socioeconômicas aos trabalhadores. Durante essa crise, surgiram movimentos de associações na classe operária e, a partir dessa experiência, os trabalhadores buscaram novas formas de superar as dificuldades que afligiam a população frente ao capitalismo, entre as quais, o cooperativismo. Assim, os pioneiros de *Rochdale*, ao constituírem sua cooperativa, elaboraram seus princípios: adesão livre; controle democrático; um homem um voto; devolução do excedente sobre as compras realizadas; juros limitados ao capital; neutralidade política, religiosa e racial; vendas em dinheiro e à vista; fomento ao ensino dos associados/cooperados dentro dos princípios cooperativistas.

Conforme Pinho (1966), para associar-se à Cooperativa de *Rochdale*, o interessado tinha de entrar com um capital, e o nome do pretendente era exposto em um cartaz antes da

Assembleia Geral. Após ser aceito, o associado teria de pagar cinco libras a título de quotas-partes. Essas quotas não poderiam ser vendidas e somente poderiam ser transferidas por herança. Caso a cooperativa não concordasse em aceitar o pretendente como sócio, devolvia-se o capital com juros. O associado admitido teria direito a voto na Assembleia Geral, poderia ocupar cargos administrativos com a ressalva de estar, no mínimo, por seis meses na sociedade. O conselho de Administração (eleito na Assembleia Geral) era formado pelo presidente, tesoureiro, secretário e seis conselheiros que podiam ser reeleitos. O cargo da presidência somente poderia ser ocupado pelo associado que pertencesse ao Conselho de Administração. O Conselho Fiscal verificava as contas trimestralmente.

No começo, segundo Pinho (1966), as cooperativas surgiram como uma alternativa dos trabalhadores para enfrentar os desequilíbrios resultantes do liberalismo econômico no sistema capitalista de produção. É relevante observar que a grande expansão das cooperativas ocorreu na Inglaterra, França e Alemanha, na mesma época da Revolução Industrial. Singer (1998) ratifica o esforço dos trabalhadores em criar alternativa em sua luta contra as injustiças do capitalismo que crescia e se consolidava, enriquecendo poucos e empobrecendo muitos. Assim, o cooperativismo, como alternativa de diminuição das desigualdades sociais, alcançou o mundo.

2.1.1 O cooperativismo no mundo

Vários idealistas e precursores da filosofia cooperativista, com base na cooperativa de *Rochdale* (Inglaterra), criaram novos modelos de cooperativas, fazendo com que o cooperativismo se expandisse pelo mundo. Entre esses idealistas, conforme declaram Luz Filho (1961) e Pinho (2000), estão Robert Owen, Hermann Schulze-Delitzsch, Friedrich Wilhelm Raiffeisen, Wilhelm Haas, Luigi Luzzatti, Alphonse Desjardins, Leone Wollemborg, José Maria Arizmendiarieta Madariaga e Theodor Amstad.

Robert Owen (1771-1858) foi um socialista pré-marxista, apontado como um dos mais importantes ideológicos da filosofia cooperativista, sendo considerado o pai do cooperativismo inglês. Nasceu no país de Gales, em uma família humilde. Começou a trabalhar como aprendiz e, rapidamente, tornou-se um forte industrial têxtil. De acordo com Luz Filho (1961), suas preocupações sociais o levaram a desenvolver uma obra muito ampla, da qual se destacam os seguintes aspectos:

a) melhorou notavelmente as condições de trabalho dos assalariados em sua fábrica de *New-Lanark* (Escócia) e procurou influenciar os demais industriais para que seguissem seu

modelo e aplicassem medidas análogas. Também trabalhou para que se aprovasse a lei inglesa de 1819, que limitava, pela primeira vez, o trabalho das crianças;

b) criou colônias autônomas, nas quais as pessoas associadas produziam e consumiam em comum; onde se estabelecia a remuneração de acordo com as necessidades e se assegurava a absoluta igualdade a seus componentes.

Cabe realçar que seis dos 28 pioneiros que fundaram, em 1844, a Cooperativa de *Rochdale* foram influenciados pelas ideias de Robert Owen.

Hermann Schulze-Delitzsch (1808-1883), um dos filhos do Prefeito de Delitsch, foi o fundador do cooperativismo alemão. Sempre preocupado com a justiça social, discutia com a comunidade as alternativas para os problemas sociais. Em 1850, diante da falta de recursos de sapateiros para a aquisição de insumos, resolveu constituir uma cooperativa de crédito com capital emprestado por amigos ricos, mas a cooperativa não funcionou por falta de comprometimento dos associados. Resolveu, então, constituir cooperativas com pessoas mais pobres, sem distinção de profissão, mas realmente comprometidas com o negócio, mediante o lema: “Um por todos e todos por um”. Delitzsch serviu de inspiração para a criação dos bancos populares na Alemanha e em outros países.

Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888), da Alemanha, era o filho mais velho de uma família de nove irmãos e teve uma vida muito difícil, pois, com o falecimento prematuro do pai, assumiu a responsabilidade pelos irmãos. Distinguiu-se pelo humanismo, pela espiritualidade e pela extraordinária dedicação a pessoas mais pobres, sendo admirado por católicos e protestantes. Muito religioso, baseou-se na caridade cristã para cuidar dos agricultores que não tinham recursos para viabilizar suas atividades. Como solução, organizou as primeiras cooperativas de crédito agrícola, as quais, mais tarde, serviram de referência para o Cooperativismo de Crédito Rural de diversos países, inclusive do Brasil.

Wilhelm Haas (1839-1913), da Alemanha, começou sua atividade no sistema cooperativista, em 1872, com a criação de uma cooperativa camponesa de consumo. Wilhelm providenciava todos os insumos de que os agricultores necessitavam. Esse modelo, um misto do sistema Delitzsch e do Raiffeisen, difundiu-se na Alemanha porque atendia às necessidades dos agricultores. Ele fundou diversas cooperativas e estimulou a criação da União de Cooperativas do tipo Raiffeisen, sem preocupação com a ética cristã, mas com os resultados econômicos para o quadro social das cooperativas. Dizia que a cooperativa deveria ser uma organização de pessoas solidárias em sua atividade econômica.

Luigi Luzzatti (1841-1927), da Itália, político, orador e professor universitário, pertencia a uma família judaica de Veneza. Entre 1864 e 1865, Luzzatti fundou, em Lodi e em

Milão, os primeiros bancos populares de crédito da Itália. Em 1909, o Banco do Povo de Milão era uma das maiores instituições financeiras da Itália, com 25 mil associados.

Charles Gide (1847-1932), da França, foi economista e historiador do pensamento econômico. Defendeu a organização dos consumidores em cooperativas afirmando que o consumidor era nada e deveria ser tudo, porque toda a economia visava atender aos consumidores de produtos e de serviços.

Alphonse Desjardins (1854-1920), do Canadá, era jornalista e administrador em Quebec. Ele criou seu próprio meio de imprensa e pressionou as autoridades federais para obter uma legislação favorável às cooperativas de crédito. Criou um sistema de cooperativas de crédito que é uma síntese dos sistemas Delitzsch, Raiffeisen e Luzzatti. O objetivo principal de Desjardins era educar o associado para o hábito da economia sistemática, por meio de depósitos regulares, beneficiando-o com juros baixos nos empréstimos, além de educá-lo para a autogestão plena, mediante a gestão democrática dos empreendimentos cooperativos de agricultores, operários e artesãos. Em 1901, constituiu a primeira cooperativa de crédito em Levis, no Quebec (Canadá). Conforme Luz Filho (1961), assim começou o processo do Cooperativismo de Crédito Mútuo Desjardins, caracterizado pela cooperação entre pessoas da mesma comunidade ou de grupos identificados pela mesma categoria profissional. Esse modelo foi implantado em todos os continentes, inclusive no Brasil.

Leone Wollemborg (1859-1932), da Itália, foi o economista e político que implantou cooperativas agrícolas do tipo Raiffeisen em seu país, mas sem o aspecto ético-cristão. Também implantou um banco cooperativo na Itália. A intenção do banco era ajudar lojistas, pequenos proprietários e trabalhadores rurais a saírem da miséria pela concessão de empréstimos a juros baixos e com prazos longos.

José Maria Arizmendiarieta Madariaga (1915-1976), da Espanha, foi um padre comprometido com a melhoria do povo de Mondragón, Região Basca, situada ao norte da Espanha, onde havia grande pobreza e muito desemprego. Em 1943, criou a Escola Politécnica de Mondragón, um centro educacional administrado democraticamente, aberto aos jovens da região, onde ensinava o Cooperativismo como estratégia para o desenvolvimento.

Theodor Amstad, da Suíça, foi um padre jesuíta que chegou de navio a Porto Alegre (RS/Brasil), no dia 18/09/1885, depois de cinco semanas viajando por Liverpool (Inglaterra), Lisboa (Portugal) e Guanabara (Rio de Janeiro/Brasil). De Porto Alegre foi para São Sebastião do Caí (RS), onde assumiu o cargo de vigário da paróquia local. No RS, ele se tornaria um grande divulgador do cooperativismo, replicando nas colônias alemãs existentes no Estado experiências que havia presenciado na Suíça e na Alemanha.

Theodor Amstad teve uma visão ampla da coletividade nas colônias (propriedades rurais familiares no RS), atraindo a comunidade para a vida associativa e cooperativa. A importância de uma visão macro da economia refere-se não somente ao pioneirismo das cooperativas de crédito, mas também das agropecuárias, vitalizando a economia dos agricultores das regiões dos Vales do Caí e Taquari. A questão econômica da colônia resolvida com as cooperativas incluía também as questões sociais e culturais dos agricultores. De acordo com Rambo (2011), Theodor Amstad, preocupado com a educação dos agricultores, investiu esforços em publicações que elevasse o nível cultural da comunidade, que, a seu ver, estava fragilizado. Incentivava os agricultores familiares cooperados a serem ativos, a participarem na tomada de decisões nas assembleias das cooperativas.

Outra preocupação do Padre Theodor Amstad foi com a entrada de produtos alimentícios que poderiam ser introduzidos no Brasil e comercializados nas colônias e a dificuldade das colônias com o escoamento das mercadorias agrícolas, que era um grande problema na primeira metade do século XX. A organização em cooperativas era, para Theodor Amstad, a saída para tais problemas nas regiões dos Vales do Caí e Taquari. Os ensinamentos de responsabilidade social, amor e respeito ao próximo, valorização do trabalho e o auxílio comunitário são características que vieram como valores deixados pelo Padre Theodor Amstad. Os quais coincidem com os princípios do cooperativismo.

Portanto, os pioneiros de *Rochdale* conseguiram divulgar ao mundo a possibilidade de obter uma alternativa de trabalho e renda, sem grande capital e dentro do sistema capitalista. Porém, o fato de a cooperativa ser um empreendimento coletivo em uma sociedade capitalista mostra diversas contradições já apontadas por Marx, Engels e Rosa Luxemburgo. No sistema cooperativista, mesmo dentro do modo de produção capitalista, a figura patronal e a condição proletária podem ser suprimidas, porém, permanecem determinações próprias do capitalismo, como a produção mercantil e a concorrência, o que leva, muitas vezes, à intensificação do trabalho e às diferenciações de gestão, gerando a distinção de poder e de recursos financeiros entre os cooperados. A seguir, apresenta-se um breve histórico do cooperativismo no Brasil.

2.1.2 O cooperativismo no Brasil

De acordo com Luz Filho (1961), a forma associativa de produção agrícola no Brasil aconteceu já a partir da chegada dos jesuítas, em 1610. O trabalho era organizado de forma solidária, coletiva e fundamentado pela ética religiosa e no mutualismo. O surgimento do cooperativismo no Brasil precisa ser analisado no contexto histórico da época. De acordo com Jochen *et al* (2010), os principais fatos que aceleraram o aparecimento do cooperativismo

brasileiro foram: a abolição da escravatura, a Proclamação da República e a Constituição Republicana de 1891. A abolição da escravatura brasileira aconteceu em 13 de maio de 1888, por pressões internacionais. Os escravos tornaram-se livres, mas ficaram desamparados e na mais absoluta exclusão social. A Proclamação da República, no final de 1889, representou a queda da Monarquia, após longa agonia, e a Constituição Republicana promoveu algumas garantias, principalmente quanto à liberdade de associações.

Portanto, a gênese do cooperativismo no Brasil, analogicamente à Europa, possui algumas diferenças. Conforme Jochen *et al* (2010), na Europa, os movimentos cooperativistas iniciaram como uma forma de reação do proletariado aos problemas sociais e econômicos oriundos do capitalismo. No Brasil, várias classes sociais de diversos segmentos buscavam incentivar o cooperativismo, principalmente na área agroexploradora. Logo, na sua origem, não se pode visualizar o cooperativismo nascente no Brasil somente como um movimento de conquista e de luta contra a exploração, mas sobretudo como um instrumento de manutenção do poder econômico e social dos envolvidos.

No ano de 1933 com o decreto nº 23.611, o governo brasileiro faculta aos indivíduos de profissões similares ou conexas organizarem entre si consórcios profissionais-cooperativos, tendo por fim o estudo, a defesa, o desenvolvimento dos interesses gerais da profissão, dos interesses econômico-profissionais de seus membros, e a realização de suas finalidades econômicas em cooperativas de consumo, crédito, produção e modalidades derivadas. O Art. 2º Para os efeitos do presente decreto são considerados profissionais:

I - Agrários - o proprietário, o cultivador, o arrendatário, o parceiro, o colono, o criador de gado, o jornaleiro e quaisquer pessoas empregadas em serviços rurais; II - Proletários – os indivíduos da mesma profissão ou de profissões auxiliares, conexas, complementares ou industrialmente colaboradoras, assalariados conjuntamente, em exercício efetivo de função ou mister, em qualquer empreendimento de fins econômicos; III - Liberais - médicos, enfermeiros, farmacêuticos, dentistas, engenheiros, arquitetos, agrimensores, agrônomos, veterinários, advogados, solicitadores, escrivães, tabeliães, escreventes, serventuários da justiça, contadores, guarda-livros, corretores, leiloeiros, despachantes, professores, jornalistas e outras conexas ou assemelhadas; IV - Funcionários públicos - cidadãos, civis e militares, que exerçam qualquer função remunerada pelos cofres públicos federais, estaduais e municipais, sempre que não possam ser classificados como operários. (DECRETO Nº 23.61/1933 p.2).

De acordo com Coradini e Frederiq (2009), no Brasil, o cooperativismo no setor agrícola pode ser compreendido, de um lado, pela racionalização econômico/produção que essa forma de organização exerce na sociedade. De outro, pelo caráter de mediação sociopolítica que assume no processo social, considerando-se a viabilização e a reprodução da expansão do capitalismo. O Estado e suas bases sociais utilizam o cooperativismo para

desenvolver as forças produtivas e manter as tensões e conflitos sociais nos limites do politicamente viável para o padrão de acumulação e dominação pública. Nesse sentido, o cooperativismo adquiriu o caráter de instrumento de compatibilização e catalisação das tensões sociais. Por estar inserido na dinâmica do processo social, o cooperativismo no setor agrícola se adapta conforme as transformações e contradições desse processo, de acordo com as condições socioeconômicas e políticas.

Nesse sentido, Pinho (1977) define cooperativismo como um modelo econômico alternativo entre o capitalismo e o socialismo. Inicialmente, convém ressaltar que o panorama brasileiro, conforme Jochen *et al* (2010), apresenta duas formas distintas de cooperativas: as tradicionais e as populares. As tradicionais são as que organizam politicamente os trabalhadores e proporcionam uma forma de trabalho não capitalista, dentro do sistema capitalista, para aqueles que estão à margem do sistema social e produtivo, ou seja, semelhante a muitos empreendimentos empresariais. Já as cooperativas populares são as que possuem fortes laços sociais, destacando-se especialmente pela opção por setores sociais marginalizados, buscando, assim, opor-se ao próprio sistema capitalista.

De acordo com Benato (1999), várias ideias associativas foram desenvolvidas no Brasil. De acordo com o MAPA (2006) o primeiro registro formal de uma cooperativa no Brasil se deu em 1889 em Minas Gerais; e a pioneira, no segmento agropecuário, a ser registrada no Brasil, foi no RS, em 1892. A Figura 2 explicita a relação das primeiras cooperativas implantadas no Brasil.

FIGURA 2: PRIMEIRAS COOPERATIVAS NO BRASIL

Ano	Cooperativa	Local
1889	Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto	Ouro Preto - MG
1891	Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica	Limeira – SP
1892	Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli	Veranópolis – RS
1894	Cooperativa Militar de Consumo no Distrito Federal	Rio de Janeiro – RJ
1895	Cooperativa de Consumo Camarajibe	Recife – PE
1897	Cooperativa dos Empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro	Campinas – SP
1902	Cooperativas de Crédito Rural - Caixa Rural de Nova Petrópolis	Nova Petrópolis – RS

Fonte: Benato, 1999 e Mapa, 2006.

A partir da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em 1889, outras cooperativas rapidamente surgiram pelo País. Iniciaram suas atividades oferecendo produtos diversificados, desde gêneros alimentícios, comunicação, crédito, entre outros. No início do movimento, muitas cooperativas eram formadas por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, que juntos buscavam

atender melhor às suas necessidades. Outras estavam vinculadas a empresas, as quais estimulavam a cooperação entre os funcionários. Foi no final dos anos 1890 e início dos anos de 1900, que o cooperativismo começou a se delinear no Brasil, influenciado pela religiosidade e pelo pensamento político dos imigrantes. O movimento seguiu principalmente o denominado “modelo alemão”, que defendia a educação cooperativista para estimular a solidariedade entre as pessoas e a união na defesa dos interesses comuns.

Tendo-se realizado um breve histórico do movimento cooperativista no Brasil, retomase Abrantes (2004), que define a existência de cinco fases do cooperativismo no Brasil:

- a primeira fase pode ser denominada introdutória, que vai de 1889 até 1907, quando surge o primeiro decreto nº 1637, de 5 de janeiro de 1907, sobre o cooperativismo;
- a segunda fase compreende o período entre 1907 a 1926. Naquela época, surgiram algumas cooperativas de crédito do tipo Raiffeisen e bancos populares do tipo Luzzati, com legislação de “sindicalismo-cooperativismo”. Existia, então, uma forte ligação entre sindicalismo e cooperativismo e muitas cooperativas foram criadas como seções de sindicatos, com forte influência político-partidária. De acordo com Abrantes (2004, p.47), “esta mentalidade prevaleceu até 2 de julho de 1926, quando foi publicado o Decreto nº 17.339, que definia legalmente o cooperativismo brasileiro”;
- a terceira fase abrange o período entre 1926 a 1964, período em que surgiram diversas cooperativas no Brasil. Em 1932, foi elaborado o decreto nº 22.239, desvinculando as cooperativas dos sindicatos e adotando os princípios da Aliança Cooperativa Internacional – ACI³;
- a quarta fase compreende o período de 1964 a 1988. Sob a influência da ditadura militar, o cooperativismo foi controlado pelo governo, sofrendo sérias restrições. Em 1971, foi promulgada a lei nº 5.764, que rege as cooperativas brasileiras e que está em vigor até hoje. Nesse período, foram privilegiadas as grandes cooperativas agropecuárias, com sócios detentores de muito capital e grande área de terras, inibindo os pequenos proprietários, que são a base da agricultura familiar, de se organizarem em cooperativas;

³ A ACI foi criada em 1895, constituída como uma associação não governamental e independente reúne, representa e presta apoio às cooperativas e suas correspondentes organizações. Objetiva a integração, autonomia e desenvolvimento do cooperativismo (ACI, 2014).

- a quinta e última fase ocorreu a partir de 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal Brasileira, conferindo maiores liberdades e condições para associação entre pessoas. Muitos artigos da Constituição Federal, porém, ainda carecem de regulamentação, vigorando a lei nº 5.764/71 para os casos não contemplados.

Conforme Benetti (1985), após 1964, os governos militares brasileiros formaram alianças com grandes produtores rurais e agroindústrias para a modernização da agricultura brasileira, voltada para o mercado externo, como forma de possibilitar a acumulação de capital na agricultura. Os governos militares também utilizaram as cooperativas como instrumento institucional de implementação de políticas públicas. Ao final da década de 1960 e na década de 1970, o governo brasileiro estimulou a modernização da agricultura, oferecendo crédito a juros subsidiados, porém, para receber os recursos financeiros, os agricultores deveriam ser cooperados.

Esse procedimento teve duplo caráter. De um lado, impulsionou o crescimento da agricultura e das cooperativas; de outro, diz Benetti (1985), levou muitas cooperativas ao endividamento e, conseqüentemente, muitas foram drasticamente afetadas ou extintas. A política pública de crédito subsidiado era voltada a culturas extensivas — trigo e soja — mediante assistência técnica direcionada à implantação de pacotes tecnológicos, a denominada Revolução Verde, desconsiderando qualquer outro tipo de produção. A expansão dos cultivos de trigo e soja, produtos de exportação, ocasionou o êxodo rural. Os agricultores familiares não tinham acesso ao crédito, que era direcionado para o cultivo do trigo e soja e não para a agricultura diversificada.

No início da década de 1980, o modelo de modernização da agricultura brasileira esgotou-se. Já não havia mais recursos abundantes e a juros baratos, afetando profundamente as cooperativas agropecuárias que tinham seu crescimento atrelado ao financiamento rural. Conforme Bianco (2003), o índice de inadimplência dessas cooperativas aumentou consideravelmente, principalmente com o Banco do Brasil, o que levou muitas delas à liquidação. A crise dos anos de 1980 não afetou somente as cooperativas, mas todo o segmento agropecuário. Então, as cooperativas iniciaram um processo de reestruturação, adotando, no início, a estratégia de diversificação de produtos. E principalmente as cooperativas que tinham como principais produtos o trigo e a soja, de acordo com Pinho (1977), passaram a ter seu desenvolvimento determinado fundamentalmente para a agregação de valor nas cadeias de suínos, aves e leite.

A década de 1990 foi um período de readequação econômica e financeira para as cooperativas brasileiras. Em março de 1990, o Plano Collor promoveu um confisco de liquidez, com o objetivo de retomar a capacidade do governo de estabelecer uma política monetária, o que, de acordo com Bialoskorski (2001), prejudicou o crescimento econômico do País. No caso específico da agricultura, esse confisco ocorreu em um período em que o setor esperava a colheita e os resultados dos investimentos da safra de 1989/1990, ocasionando um impacto negativo.

No entendimento de Bialoskorski (2001), o descolamento entre as taxas de indexação balizadas pela inflação oficial do período e as taxas de juros efetivamente aplicadas criou uma situação particular e perversa para o endividamento das cooperativas na década de 1990. A manutenção de taxas de juros elevadas para a atração de capital externo e, em seguida, o Plano Real, com o estabelecimento da âncora cambial com taxa de câmbio valorizada não auxiliaram a agricultura. A abertura de mercado também favoreceu as importações de produtos agrícolas e agroindustriais, o que contribuiu para intensificar ainda mais as dificuldades das cooperativas.

Em meados da década de 1990, aumentou a inadimplência por parte dos agricultores familiares cooperados. As cooperativas começaram a assumir as dívidas, o que levou muitas à falência. Além disso, conforme Bianco (2003), as pequenas e médias cooperativas perderam a competitividade no mercado e foram obrigadas a se fundirem com outras cooperativas maiores ou então foram adquiridas por empresas privadas, muitas destas multinacionais.

Nesse contexto, cresceu a pressão por parte do setor agropecuário sobre o governo para criar políticas públicas para amenizar a crise. Assim, em 1998, foi criado o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, com a finalidade de restaurar e capitalizar cooperativas de produção agropecuária, visando ao desenvolvimento autossustentável em condições de competitividade e efetividade que resultassem na manutenção, geração e melhoria de trabalho e renda.

As cooperativas que obtiveram benefícios foram as que estavam devidamente amparadas na legislação cooperativista em vigor, cuja consulta prévia tivesse sido acolhida pelo Comitê Executivo do RECOOP. Dentre as condições para o enquadramento das cooperativas constava a apresentação, à instituição financeira e ao Comitê, do plano de desenvolvimento da cooperativa, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária pela maioria dos cooperados (RECOOP, 1998). Nesse mesmo ano (1998), foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, com a seguinte função:

Organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional para as cooperativas; fomentar o desenvolvimento e promoção dos trabalhadores e dos associados das cooperativas; operacionalizar o monitoramento, a supervisão, a auditoria e o controle das cooperativas; executar programas voltados à capacitação para a gestão cooperativa; organizar e executar pesquisas para a melhoria do ensino cooperativista; divulgar as ações cooperativas; promover a cultura e a educação cooperativas (SESCOOP, 2014, p. 15).

Segundo a Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul - OCERGS (2014) cooperar é agir de forma coletiva, trabalhando em prol de um objetivo comum. A prática da cooperação educa e socializa a pessoa, expande as fronteiras culturais do ser humano, tornando-o mais aberto, flexível, participativo e solidário. Tal prática, quanto mais recente forem os ideais do cooperativismo, mais se enraizará na consciência da comunidade.

Conforme o SESCOOP/RS (2014), atualmente, no Brasil, existem cooperativas em vários segmentos da economia. As cooperativas agropecuárias formam o grupo de maior expressão econômica no País e também correspondem a um dos segmentos de maior número com cooperativas. O ramo é composto pelas cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertencem aos próprios cooperados, mas se unem para auferir ganhos na operação no conjunto de suas atividades. Essas cooperativas, normalmente, abrangem toda a cadeia produtiva, desde o preparo da terra até o processamento da matéria-prima e a comercialização do produto final.

As cooperativas podem ter como fim a viabilização da atividade de seus associados, podem adotar qualquer objeto, respeitando as limitações legais, isto é, não exercendo atividades ilícitas ou proibidas em lei. Em 1993, a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB estabeleceu a divisão das cooperativas em ramos, levando em consideração as diferentes áreas em que atuam. As cooperativas estão presentes na economia, no meio rural e urbano, ofertando diversos produtos e serviços, conforme Tabela 1.

TABELA 1: RAMOS DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

Ramo de Atividades	Nº Cooperativas	Nº Cooperados	Nº Empregados
Agropecuário	1.597	1.015.956	164.320
Consumo	122	2.841.666	13.820
Crédito	1.034	5.725.580	39.396
Educacional	300	61.659	4.286
Especial	6	247	7
Habitacional	220	120.980	1.038
Infraestrutura	130	934.892	6.496
Mineral	86	87.190	187
Produção	253	11.600	3.387
Saúde	849	264.597	92.139
Trabalho	977	226.848	1.929
Transporte	1.228	140.151	11.862
Turismo e Lazer	25	1.696	18
TOTAIS	6.827	11.563.427	337.793

Fonte: Agenda Institucional do Cooperativismo, 2015, p. 13.

Na Tabela 1, constam os ramos de atividades, o número de cooperativas, de cooperados e empregados em cada segmento. Percebe-se que o cooperativismo agropecuário no Brasil, possui o maior número de unidades, sendo 1.597 cooperativas, o que representa 23,39% do total em relação aos demais segmentos. Em número de cooperados, ocupa a terceira posição em relação aos demais ramos de atividade e, em número de empregados, volta à primeira posição com 164.320 empregados, respectivamente 48,65%. Isto mostra a relevância social e econômica do cooperativismo agropecuário no Brasil, que é o principal responsável pela inclusão dos agricultores familiares no mercado. O cooperativismo agropecuário possibilita aos agricultores familiares o acesso às tecnologias, aos insumos, e para ganhar economia em escala nos processos de compra e venda de produtos e serviços.

O cooperativismo surgiu do conflito social relacionado principalmente à má distribuição de riquezas, às restritas oportunidades sociais e financeiras, à luta por melhores condições de vida e, em alguns casos, para não perder condições de modo de vida já conquistadas. O cooperativismo foi uma alternativa ao capitalismo crescente. O movimento cooperativo fortaleceu-se em função da defesa e da valorização do trabalho humano, pois o cooperativismo contém, em sua essência, a noção de trabalho e de relações sociais de produção, porém não se desenvolveu de forma homogênea em todos os estados do Brasil. A seguir, explicita-se a contextualização histórica do cooperativismo no Estado do Rio Grande do Sul.

2.1.3 O cooperativismo agropecuário no Rio Grande do Sul

No RS o cooperativismo deve ser entendido como um processo descontínuo, fundado na pluralidade de práticas sociais entre imigrantes alemães, italianos e outros grupos étnicos. Foi no ano 1902 que o padre jesuíta suíço Theodor Amstad trouxe a sua experiência cooperativista europeia para o Estado. De acordo com Bialoskorski (2001), o cooperativismo, no RS, desenvolveu-se de forma mais intensa, inicialmente, no setor primário da economia, devido às estruturas de mercado encontradas.

De acordo com Duarte (1986), a região da campanha desse Estado foi constituída pelas grandes fazendas de criação extensiva de gado, cujas terras foram doadas pela coroa portuguesa. A economia pecuarista sofreu com a falta da mão de obra escrava e a influência do capitalismo. As colônias agrícolas do RS foram constituídas pelos lotes de terras concedidas aos açorianos em 1742, e aos imigrantes alemães e italianos a partir de 1824. Nas

colônias agrícolas, existia a preocupação com a ocupação dos espaços vazios e a necessidade de produção de alimentos.

Nesse sentido, de acordo com Schneider (1998), o cooperativismo agrícola aparece vinculado à necessidade de comercialização da produção excedente e de abastecimento dos centros urbanos. No RS a configuração social fragmentada e imensamente diversificada, seja pela emergência de grupos demandantes de múltiplos interesses e de múltiplas identidades, seja pela diferenciação que se apresenta nas novas formas de organização do processo produtivo das pequenas propriedades, contrastando com o modo de produzir nas grandes propriedades, fomenta o cooperativismo.

Nas três primeiras décadas do século XX, os imigrantes tiveram um papel de destaque no cooperativismo do Estado porque tiveram a capacidade de desenvolver suas próprias soluções para as questões relativas a recursos financeiros. Tal fato, de acordo com Schneider (1998), marcou o cooperativismo de forma singular, porque se evidenciou como alternativa concreta para evitar a desagregação da vida cotidiana no universo econômico e nos valores sociais, culturais e políticos nas áreas de colonização.

Conforme Silva e Salomão *et al* (2003), o cooperativismo constitui-se em um mecanismo utilizado pelos agricultores familiares para enfrentar diretamente a ação dos intermediários. Foi a forma encontrada para defender a remuneração do trabalho familiar frente ao comércio e à indústria de transformação, restringindo-se à comercialização dos excedentes agrícolas. O cooperativismo no RS se caracterizou principalmente pela existência de diversas articulações por meios das quais os indivíduos buscavam no coletivo construir estratégias de sobrevivência em um mundo em transformação.

De acordo com os mesmos autores, nas três primeiras décadas do século XX houve uma grande influência entre sindicalismo e cooperativismo e muitas cooperativas foram criadas como seções de sindicatos e com dominação político-partidária. Nesse sentido, Schallenberger (2003) diz que a interlocução com os órgãos estatais, principalmente a respeito das questões relativas à sindicalização e às políticas agrícolas, e as demandas da política oficial foram causadores da fragmentação da homogeneidade e da exclusividade da proposta de modelação social idealizada pelos atores do associativismo cristão no RS.

Conforme Silva e Salomão *et al* (2003), a afirmação dos princípios cooperativos, o “sujeito coletivo” construído pelos agricultores familiares, adquiriu um sentido social mais amplo, à medida que transformava uma estratégia de sobrevivência em um movimento social. Houve um movimento organizado pelo cooperativismo para a mudança na legislação, ou seja, foi um movimento de “resistência”, a legislação de “sindicalismo-cooperativismo”. Portanto,

deve ser entendido como um movimento de mudança, à medida que, na cooperativa, o grupo de cooperados tinha que inventar e diferenciar-se daquilo que já existia (carências e demandas não atendidas) para construir melhores condições no seu modo de vida.

Entre as décadas de 1940 e 1970, uma nova configuração do comportamento social se consolidou no RS, firmando raízes na ação social e no próprio processo social. Esse período contempla o surgimento de cooperativas de eletrificação rural e de telefonia, o desdobramento acentuado das cooperativas de produção (madeira, tritícolas, cadeia de suínos, aves e leite). Percebe-se, então, nesse período, a complexidade do movimento na emergência de empreendimentos tão diversificados quanto complementares e com forte relevância socioeconômica no Estado (OCB, 2015). Na década de 1960, surgiram as cooperativas habitacionais e ocorreu o declínio das cooperativas de crédito rural, motivado pela lei de Reforma Bancária nº 4.595 de 1964, causando o desaparecimento de muitas cooperativas de crédito rural no Brasil e, conseqüentemente, no RS.

Por outro lado, a nova configuração da economia, marcada pelo cenário internacional do pós-guerra, proporcionou uma política governamental de incentivo às cooperativas de produção a partir do setor produtivo rural (mais significativo economicamente); um cooperativismo crescente, mas cada vez mais dependente das políticas do Estado. Em face das políticas do governo federal que concediam isenções tributárias e facilidades de crédito, conforme Silva e Salomão *et al* (2003), houve um crescimento significativo de um movimento cooperativista passivo que reagiu apenas aos estímulos de um modelo econômico determinado pelo Estado. O cooperativismo deixou de ser um espaço plural e democrático para transformar-se em um instrumento das políticas governamentais e de apoio ao modelo econômico agroexportador no Brasil e também no RS.

No início da década de 1980, a economia foi marcada pelas transformações tecnológicas da informática e da microeletrônica. Esse período caracterizou-se por uma crescente e cada vez maior interdependência nas relações mundiais e associada à valorização excessiva do liberalismo. Conforme Bialoskorski (2001), isso configurou, não só no Brasil, uma profunda crise social representada por índices crescentes de desemprego, miséria, desigualdades e exclusão social. Na década de 1980, no Brasil e também no RS, houve restrição ao crédito, por parte das políticas governamentais, para as cooperativas agropecuárias. Isso ocasionou um aumento do endividamento, o que levou muitas delas ao desaparecimento. As cooperativas remanescentes foram obrigadas a se adequar ao sistema socioeconômico vigente.

O processo do cooperativismo agropecuário no RS foi marcado historicamente como um meio de eliminar o atravessador e conseguir melhores preços para os produtos agrícolas e foi se consolidando com uma estratégia de defesa de grupos sociais marginalizados pelas políticas macroeconômicas. As cooperativas do setor agropecuário, de acordo com Bialoskorski (2001), consistiram em uma forma de organização que resultou em um conjunto de ações realizadas por pessoas mobilizadas, a partir da cooperação, com o fim de superar as dificuldades em função de um interesse comum, como maneira de gerar trabalho e renda mensal, principalmente entre os agricultores familiares. Semelhante ao que ocorria no Brasil, o RS manteve um considerável número de cooperativas, mostrando sua importância na dinâmica da vida social e econômica.

A partir de dados estatísticos do SESCOOP/RS (2014), as cooperativas agropecuárias formam o grupo de maior expressão econômica. O RS possui 148 cooperativas agropecuárias, dentre as quais 50 possuem unidade de transformação de matéria-prima, 67 comercializam produtos com a marca própria, e 31 comercializam produtos agropecuários. O sistema cooperativo possui também forte presença no segmento lácteo. São 42 cooperativas, distribuídas em todas as regiões do Estado. Dessas, 11 possuem plantas de processamento e comercializam leite e seus derivados com marca própria. Esse segmento é composto por agricultores familiares ou agropastoris, cuja terra e os meios de produção pertencem aos próprios cooperados, mas eles se unem para auferir ganhos com suas atividades na operação em conjunto. As cooperativas, de acordo com o SESCOOP/RS (2015), abrangem toda a cadeia produtiva, da origem da matéria-prima, do seu processamento até a comercialização do produto final, e atuam no mercado nacional e internacional.

De acordo com o SESCOOP/RS (2016), no RS as cooperativas operam em diversas cadeias do agronegócio, entre os quais se destacam: laticínios (leite e seus derivados), grãos (soja, trigo, milho e arroz), proteína animal (suínos, aves e bovinos), entre outros. A comercialização dos produtos das cooperativas agropecuárias influencia a fixação de preços nos mercados internos e internacionais. As cooperativas do RS apresentaram, em 2015, crescimento no faturamento de 15,75% em relação ao ano de 2014, atingindo R\$ 36,1 bilhões.

Conforme o SESCOOP/RS (2016), as cooperativas agropecuárias, no segmento lácteo, adquiriram 45% do leite produzido no Estado, realizaram o processamento, agregaram valor e comercializaram o leite e seus derivados em todo o território brasileiro e também no exterior. Portanto, as cooperativas exercem importante papel econômico e social em suas regiões e no Estado, e com a geração de tributos — no ano de 2015 representou R\$ 1,8 bilhão —,

fortalecem o desenvolvimento da economia do RS. A seguir, faz-se uma reflexão teórica sobre o desenvolvimento do cooperativismo na região do Vale do Taquari.

2.1.4 O cooperativismo no Vale do Taquari

No Vale do Taquari, na primeira metade do século XX, o cooperativismo encontrou condições propícias para o seu desenvolvimento, devido à própria história da ocupação territorial e às necessidades econômicas, sociais e culturais. Portanto, cabe chamar a atenção para uma breve contextualização histórica da ocupação territorial do Vale do Taquari, onde o cooperativismo se fortaleceu. Conforme Schierholt (2002), o nome Vale do Taquari tem origem no rio com o mesmo nome, termo que vem do tupi-guarani *tibiquari*, significando “rio da taquara pequena”.

De acordo com Ahlert (2004), as pequenas propriedades surgiram no RS, após a independência do Brasil, com a chegada dos primeiros colonizadores alemães em 1824. O processo imigratório se alastrou até as primeiras décadas do século XX e a partir de 1875, passou a predominar a etnia italiana. Os imigrantes implementaram um sistema produtivo que produziu uma nova visão de trabalho representada pela mão de obra familiar, que produzia alimentos para o seu sustento e vendia os excedentes, contrastando com o modelo escravista que reinava nas estâncias pastoris do Estado e nas grandes propriedades do Brasil.

Os imigrantes alemães chegaram ao território que hoje compreende o Vale do Taquari, conforme Ahlert (2004), em 1854, ou seja, trinta anos após o início do povoamento do Vale do Rio dos Sinos. E, diz Ahlert (2004), no Vale do Taquari os imigrantes alemães povoaram as regiões baixas, ao sul do território, nas áreas de planície. Os imigrantes italianos ou seus descendentes que chegaram posteriormente ao Vale do Taquari ocuparam a parte alta de encostas do planalto meridional. No entanto, os açorianos já ocupavam o território que hoje compreende os municípios de Taquari, Tabaí e Bom Retido do Sul, e haviam recebido concessões de terras, posteriormente oficializadas em forma de lotes denominados *datas* (272 ha) por família. Esses lotes deveriam ser dedicados exclusivamente à agricultura, tendo, inicialmente, o trigo como o principal cultivar.

Conforme Ahlert e Gedoz (2001), o processo de colonização do Vale do Taquari ocorreu por intermédio de empresas privadas por meio de grandes negócios imobiliários. Essas empresas adquiriam “antigas fazendas”, ou terras devolutas do governo, e as transformaram em lotes (25 ha), denominados colônias, que eram vendidos e financiados aos imigrantes. Esses negócios transformaram a terra em mercadoria, possibilitando, para alguns, a exploração e a obtenção de lucro com a imigração e a colonização do Vale do Taquari.

Os primeiros imigrantes europeus, conforme Barden e Ahlert (2003), que chegaram ao Vale do Taquari, além de agricultores, tinham habilidades artesanais e construíram suas próprias casas, escolas, hospitais, cemitérios, igrejas, locais para atividades esportivas e culturais, mantendo e preservando os seus costumes e suas tradições, além do próprio idioma (alemão e italiano).

Partindo das observações do cotidiano dos colonos, as lideranças da Igreja da Imigração perceberam que lhes faltava poder de competitividade e que, tampouco, muitos deles reuniam condições para remediar as suas necessidades mais prementes. O difícil acesso ao mercado e a pouca valorização dos produtos agrícolas eram elementos impeditivos de novas oportunidades, do acesso aos bens culturais e ao mercado formal. Era necessário, na verdadeira acepção da palavra, melhorar o seu nível material de vida e o seu bem-estar social para promover a sua elevação espiritual. (SCHALLENBERGER, 2003, p. 17)

De acordo com Schallenger (2003), a Igreja, tanto na sua vertente católica quanto na evangélica luterana, desempenhou um papel decisivo na organização social dos imigrantes do Sul do Brasil. Amparada na crença de que os valores surgem como resposta a certas necessidades básicas próprias de todo o sistema social: família, educação, saúde, religião, atividade econômica, organização social. Os imigrantes europeus, que colonizaram o Vale do Taquari eram católicos e evangélicos luteranos e para superar as suas dificuldades encontradas foram convivendo com dignidade e criando condições para construir identidade e formar comunidades coesas, desta forma influenciaram a vida econômica e social. Esses imigrantes constituíram famílias numerosas, o que contribuiu para o domínio de pequenas propriedades no Vale do Taquari.

A criação de suínos já era uma atividade conhecida e incorporada aos hábitos dos imigrantes europeus, portanto, logo se destacaram na criação de suínos e na produção de banha. No início do Século XX, a banha de porco era denominada “ouro branco” pela sua importância econômica e social. Era o principal produto de comercialização e de fonte de renda e de trabalho na região do Vale do Taquari.

A banha de porco era comercializada em Porto Alegre e nas cidades do seu entorno, levada via rio Taquari, em médias embarcações. O agricultor familiar sofria com o baixo preço recebido pela banha pago pelos atravessadores. Convictos do poder da cooperação, 387 agricultores familiares congregaram esforços e, sob a liderança de João Batista Marchese, fundaram, no dia 15 de junho de 1947, a Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda.-Cosuel. Apesar dos modestos recursos e após enfrentar diversos obstáculos, em agosto de 1948, esses cooperados iniciaram suas atividades. Na sua fase inicial, a Cosuel visava atender

às necessidades de industrialização e comercialização da banha de porco e, assim, de eliminar o atravessador.

Na falta do poder público, a sociedade encaminhou e fortaleceu a cultura de ajuda mútua e de cooperação, possibilitando a criação de cooperativas nos diversos segmentos para suprir as demandas comunitárias. A partir da década de 1950, foram criadas várias cooperativas no Vale do Taquari, atuando prioritariamente nas áreas de agropecuária, distribuição de energia, comércio e crédito. Destacam-se, conforme A Figura 3, as principais cooperativas que continuam em atividade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social no Vale do Taquari.

FIGURA 3: PRIMEIRAS COOPERATIVAS NO VALE DO TAQUARI

Ano	Cooperativa	Município
1948	Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda. - COSUEL	Encantado
1956	Cooperativa Agrícola Mista Languiru Ltda.- Cooperativa LANGUIRU	Teutônia
1956	Cooperativa Regional de Eletrificação Teutônia Ltda. - CERTEL	Teutônia
1969	Cooperativa Permissionária de Serviço Público de Energia e Desenvolvimento Rural Taquari Jacuí Ltda. – CERTAJA	Taquari
1992	Sistema de Crédito Cooperativo ⁴ - SICREDI	Teutônia

Fonte: Mallmann, 2017.

Na década de 1950, os descendentes de imigrantes europeus, em sua maioria de origem italiana, habitavam a região de Encantado. Já majoritariamente os de origem germânica habitavam a região de Estrela, época em que o Município de Teutônia era distrito do Município de Estrela. Os municípios tinham por atividade principal a exploração das lavouras e a criação de suínos, complementada com a criação de aves e gado leiteiro. O objetivo da exploração era o sustento da família e as eventuais sobras eram comercializadas nas pequenas casas comerciais que, em troca, forneciam os alimentos e insumos não disponíveis nas propriedades rurais.

Com a crise do preço da banha, no final da década de 1950 e durante a década de 1960, e o avanço do óleo de soja em substituição à gordura animal, nos mercados consumidores, o Vale do Taquari experimentou uma transformação na produção suína, deixando de produzir banha para produzir carne. Esse processo modificou a estrutura produtiva, alterou as relações de trabalho entre os agricultores familiares, a indústria e os mercados. Desse modo, foi intensificado o sistema de criação suína, substituindo-se as raças anteriores por raças com aptidão para a carne (BEROLDT, 2010).

⁴ Remanescente das Cooperativas de Crédito Rural - Caixa Rural de Nova Petrópolis (1902). Em 16 de outubro de 1995, autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução nº 2.193/95), as cooperativas filiadas à Central Sicredi/RS constituem o Banco Cooperativo Sicredi S.A, primeiro banco cooperativo privado brasileiro.

Na década de 1950, no Município de Estrela, hoje Teutônia, os agricultores familiares encontravam dificuldade de acesso a bens de primeira necessidade e também para comercializar os seus produtos agrícolas excedentes. Então, 174 agricultores familiares reuniram-se e, em 13 de novembro de 1955 fundaram a Cooperativa Agrícola Mista Languiru Ltda.. As atividades iniciaram no dia 1º de junho de 1956, em um pequeno armazém que fornecia gêneros de primeira necessidade e insumos agrícolas. Em contrapartida, o estabelecimento recebia a produção dos cooperados.

Com o intuito de obter melhores resultados na venda de suínos, a Cooperativa Agrícola Mista Languiru Ltda. alugou um frigorífico de suínos e bovinos em 1º de janeiro de 1957, localizado em Linha Schmidt, hoje Município de Westfália. Essa estrutura recebeu grandes investimentos nas décadas seguintes. Buscando atender às necessidades dos cooperados, a cooperativa construiu a primeira sede de sua Fábrica de Rações, no mesmo ano. O investimento foi realizado no Distrito de Languiru. A Cooperativa Cosuel também diversificou as suas atividades com o objetivo de proporcionar a comercialização dos produtos dos agricultores familiares cooperados. Com base nos princípios de cooperação e atendendo à necessidade do mercado emergente, fundou, em 1957, a fábrica de óleo de soja.

As cooperativas Cosuel e Languiru se caracterizam pelos serviços prestados aos cooperados: venda de insumos e equipamentos; armazenagem; industrialização e/ou comercialização da produção; assistência técnica, entre outros serviços. Para Becker (2003), as cooperativas são um esforço regional para enfrentar a crescente oligopolização da economia, principalmente em momentos de crise. As cooperativas, no Vale do Taquari, surgiram como forma necessária para organizar econômica e socialmente as comunidades e para suprir prioridades básicas do seu desenvolvimento comunitário.

No início da década de 1960, os agricultores familiares do Vale do Taquari enfrentaram dificuldades de acompanhar as alterações no cenário político e econômico em que estavam inseridos, pois, nesse período, a produção agrícola estava voltada para a produção em grande escala, tendo como consequência a perda de competitividade frente ao mercado concorrente. As cooperativas agropecuárias sofreram transformações que, de certa forma, acompanharam as mudanças no meio rural, o que também ocorreu no Vale do Taquari, impostas por um novo modelo operacional voltado a atender à demanda provocada pelos novos padrões de modernização tecnológica agrícola, a Revolução Verde.

Para enfrentar a crise no mercado de produtos suínos, os agricultores familiares do Vale do Taquari perceberam na criação de aves e gado leiteiro, atividades até então consideradas secundárias e desenvolvidas geralmente pelas mulheres nas propriedades rurais,

uma oportunidade de gerar trabalho e renda, principalmente o leite, que apresentava uma possibilidade de renda mensal. Na década de 1960, os agricultores familiares de pequenas propriedades do Vale do Taquari buscavam sua sobrevivência e permanência no meio, e encontraram na produção leiteira uma forma de continuarem a desenvolver suas atividades agrícolas. À época, o leite era vendido *in natura* e de porta em porta, nos centros urbanos. Com a expansão urbana, o leite e seus derivados começaram a se consolidar como fonte de trabalho e de renda mensal.

Em 1963, com a ampliação da produção leiteira, a Cooperativa Languiru Ltda. deu início, no Distrito de Languiru, à obra de sua Indústria de Laticínios. Com o início das atividades em 1964, foi a primeira indústria no Brasil a envasar o leite em saquinho plástico (barriga mole). Na ocasião, também iniciou a divulgação de leite com a marca MiMi, amplamente comercializado na Grande Porto Alegre. Atendendo à demanda do mercado, em 1963, a Cooperativa Cosuel fundou a fábrica de rações e, em 1965, a indústria de laticínios, atividades que permanecem até os dias atuais (LANGUIRU, 2015).

Atualmente, o Vale do Taquari está organizado no modelo familiar, em minifúndios. A atividade econômica da região caracteriza-se pela diversidade de culturas e criações, estas sempre em regime semiconfinado ou confinado e, na maioria das vezes, organizadas em sistema integrado com a indústria de alimentos. Conforme o Censo Agropecuário (2006), o Vale do Taquari possui 25.698 propriedades rurais, com tamanho médio de 13,53 ha e, conforme o Censo Demográfico (2010), 35,42% da sua população vive na área rural. O Vale do Taquari tem na produção agropecuária uma importante fatia do seu mercado. Nesse contexto, o efetivo de animais da região vem apresentando parcela expressiva de participação no total do efetivo estadual e, em consequência desse processo, a produção primária tem importância significativa no produto gerado da região.

No Vale do Taquari, os pequenos municípios possuem sua base econômica no setor da agropecuária, enquanto os municípios maiores tem sua base econômica nas atividades ligadas à indústria e ao setor de serviços e comércio. De acordo com o IBGE (2015), essa região tem forte característica na produção de alimentos, e aproximadamente 80% da sua atividade produtiva provém da industrialização de produtos agropecuários, especialmente derivados de lácteos e carnes. As Cooperativas Cosuel e Languiru possuem planta industrial e obtêm sua matéria-prima exclusivamente do cooperado agricultor familiar. Por outro lado, as cooperativas fornecem insumos e os demais produtos que o agricultor familiar necessita em sua propriedade. Conforme Frantz (2012), os agricultores familiares, predominantemente, depositaram na organização cooperativa uma esperança de poder melhorar, por meio de suas

múltiplas práticas, as suas condições de vida. A seguir, discorre-se sobre as questões contemporâneas do cooperativismo.

2.2 O cooperativismo na atualidade

Neste subcapítulo, buscou-se contextualizar as cooperativas como sociedades de pessoas de natureza civil, tendo forma jurídica própria. Para tanto, foi necessário explicitar a diferença entre cooperativa e empresa mercantil, descrever os princípios do cooperativismo e a estrutura organizacional de uma cooperativa. Assim, faz-se uma reflexão sobre as relações que ocorrem no processo de produção social do segmento cooperativista, pois as cooperativas apresentam uma estrutura particular de organização se comparadas com outras formas empresariais mercantis.

De acordo com Bialoskorski Neto e Marques (1998), na cooperativa não há a intenção inicial de obtenção de lucros dos negócios, não se recolhe imposto de renda e, ao final do exercício, fala-se em “sobras operacionais⁵”, que são distribuídas *pro-rata*⁶ e proporcionais às operações de cada um dos cooperados naquele exercício. Conforme a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo - OCESP (2015), atualmente o capital social de uma cooperativa é a soma do valor pago pelo cooperado como quota-parte, que não pode ser inferior à soma de 20 (vinte) quotas-partes. Deve ser constituída por, no mínimo, vinte pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoa jurídica que tenha por objeto as mesmas atividades econômicas das pessoas físicas, ou ainda aquelas sem fins lucrativos.

Algumas características diferem a cooperativa de uma empresa mercantil (empresa comercial). Em uma cooperativa, o elemento principal é o homem; o cooperado é dono e usuário da sociedade; a sociedade é simples, com leis simples; há assembleias para a tomada de decisões; o controle das instâncias é democrático; as quotas-partes não podem ser transferidas a terceiros da cooperativa; afasta os intermediários; o objetivo é a qualidade de vida dos cooperados; o retorno dos resultados é proporcional ao valor das operações com a cooperativa (OCERGS, 2014). A ACI/RS (2014, p.10) define a cooperativa como sendo “uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer as aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma propriedade coletiva e

⁵ As sobras, também conhecidas como sobras financeiras, assim como as perdas, são o resultado das atividades do ano da cooperativa. Para calculá-las é necessário realizar o Balanço Patrimonial (LEI 5.5764/71).

⁶ *Pro-rata* é uma divisão realizada de acordo com uma proporção determinada. Trata-se de valor proporcionalmente estabelecido ou conforme a própria palavra indica, rateado. Nesse sentido, o indivíduo deverá receber ou pagar determinado valor proporcionalmente (Dicionário Jurídico, 2013).

democraticamente gerida”. Na Figura 4, explicitam-se as diferenças entre as cooperativas e as sociedades mercantis.

FIGURA 4: COOPERATIVAS E SOCIEDADES MERCANTIS

COOPERATIVAS	SOCIEDADES MERCANTIS
<ul style="list-style-type: none"> • O principal é o Homem (ser humano); 	<ul style="list-style-type: none"> • O principal é o Capital;
<ul style="list-style-type: none"> • O cooperado é dono e usuário da sociedade; 	<ul style="list-style-type: none"> • Os sócios são vendedores de produtos e serviços aos consumidores;
<ul style="list-style-type: none"> • É uma sociedade simples, regida por legislação específica; 	<ul style="list-style-type: none"> • Sociedade de capital – ações;
<ul style="list-style-type: none"> • Assembleia: quórum baseado no número de associados/cooperados; 	<ul style="list-style-type: none"> • Assembleia: quórum baseado na participação no capital social;
<ul style="list-style-type: none"> • Controle democrático; 	<ul style="list-style-type: none"> • Controle financeiro;
<ul style="list-style-type: none"> • Sociedade de pessoal que funciona democraticamente; 	<ul style="list-style-type: none"> • Sociedade de capital que funciona hierarquicamente;
<ul style="list-style-type: none"> • As quota-partes não podem ser transferidas a terceiros estranhos à cooperativa; 	<ul style="list-style-type: none"> • As ações podem ser transferidas a terceiros;
<ul style="list-style-type: none"> • Afasta os intermediários; 	<ul style="list-style-type: none"> • São, muitas vezes, os próprios intermediários;
<ul style="list-style-type: none"> • Objetivo: melhoria da qualidade de vida dos cooperados; 	<ul style="list-style-type: none"> • Objetivo: lucro;
<ul style="list-style-type: none"> • O retorno dos resultados é proporcional ao valor das operações com a cooperativa. 	<ul style="list-style-type: none"> • O dividendo é proporcional ao valor total das ações.

Fonte: ACI, 2014, p.11.

Para criar uma cooperativa, é necessário que as pessoas interessadas estejam conscientes do que pretendem. O cooperado deve estar ciente de sua função de dono e usuário da cooperativa. Organizado em comitês, conselhos, núcleos ou comissões, ele deve contribuir da melhor maneira possível em favor daqueles que recebem a incumbência da administração da cooperativa, para que todas as decisões sejam corretas e representativas da vontade da maioria (SESCOOP, 2014). Portanto, os princípios do cooperativismo são:

- 1) **Adesão voluntária e livre** - cooperativas são organizações voluntárias abertas para todas as pessoas aptas para usar seus serviços e dispostas a aceitar suas responsabilidades de sócio sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa.
- 2) **Gestão democrática pelos cooperados** - as cooperativas são organizações democráticas controladas por seus cooperados, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e nas tomadas de decisões. Homens e mulheres, eleitos pelos cooperados, são responsáveis para com os cooperados.
- 3) **Participação econômica dos cooperados** - eles contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa. Parte desse capital é usualmente propriedade comum da cooperativa para seu desenvolvimento. Usualmente, os cooperados recebem juros limitados sobre o capital, como condição de

sociedade. Os cooperados destinam as “sobras” para os seguintes propósitos: desenvolvimento das cooperativas, apoio a outras atividades aprovadas pelos cooperados, redistribuição das “sobras” na proporção das operações.

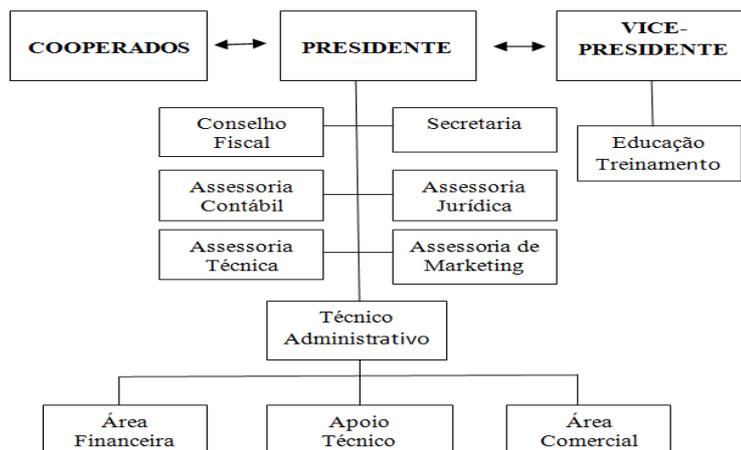
- 4) **Autonomia e independência** - as cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua. Entrando em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, elas devem fazê-lo em termos que preservem o seu controle democrático pelos cooperados e mantenha sua autonomia.
- 5) **Educação, formação e informação** - as cooperativas oferecem educação e treinamento para seus cooperados, representantes eleitos, administradores e funcionários para que eles possam contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Também informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.
- 6) **Intercooperação** - as cooperativas atendem seus cooperados mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntos, e de forma sistêmica, por meio de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, por intermédio de Federações, Centrais, Confederações, entre outros.
- 7) **Compromisso com a comunidade** - as cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, por meio de políticas aprovadas pelos seus membros, assumindo um papel de responsabilidade social junto às comunidades onde estão inseridas.

No início, além das pessoas estarem convictas dos princípios do cooperativismo, geralmente uma cooperativa começa com poucos cooperados ou com o número mínimo exigível por lei. Apesar disso, ela deve ser organizada de forma a ser administrada segundo os conceitos modernos, especialmente no que se refere à gestão, ao marketing e à qualidade.

Conforme a lei nº 5.764/71, uma cooperativa deve ter os seguintes cargos ocupados pelos seus cooperados: presidente; vice-presidente e conselho fiscal. Os demais cargos e funções serão ocupados por funcionários contratados segundo a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e por prestadores de serviços. Podem ser previstos os seguintes funcionários efetivos para uma cooperativa: um secretário; um técnico administrativo; um ajudante geral e um motorista que fará as entregas dos produtos e movimentos de materiais da cooperativa. Cabe lembrar que, na cooperativa, todos são donos e que o presidente é apenas um cooperado, escolhido em assembleia para ocupar o cargo.

A gestão de uma cooperativa deve ser a mais democrática possível, devendo haver um sistema de decisões que conte com a participação de todos os cooperados. Para tanto, é fundamental que haja perfeita comunicação entre todos os cooperados. A maior responsabilidade cabe aos cooperados, que devem manter o espírito de pioneirismo, baseado na filosofia cooperativista. A seguir, na Figura 5, apresenta-se o organograma da estrutura organizacional de uma cooperativa.

FIGURA 5: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE COOPERATIVA



Fonte: Abrantes, 2004, p.111.

Nessa estrutura organizacional, as responsabilidades inerentes aos principais cargos são as seguintes:

- o presidente tem a responsabilidade de gestão. O ideal é que o cooperado presidente seja uma pessoa com formação ou conhecimentos de administração e economia, além de demonstrar fácil relacionamento e forte espírito de liderança.
- o vice-presidente tem como responsabilidade a doutrina cooperativista, mantendo os cooperados unidos e em constante contato. É muito importante que faça visitas aos cooperados para melhor definir necessidades de assistência técnica e oferecer-lhes treinamentos. O treinamento deve abranger diversas áreas: filosofia cooperativista, gerenciamento pela qualidade, combate aos desperdícios, venda dos produtos para detectar os problemas e discutir soluções.
- ao conselho fiscal cabe fiscalizar todas as atividades, promovendo um ótimo relacionamento entre os cooperados e a direção da cooperativa.
- o secretário tem função estratégica, pois é quem faz os contatos com os cooperados, clientes, consumidores e fornecedores. Deve ser um profissional experiente, educado e de fácil relacionamento. É muito importante que os contatos, em especial os

comerciais, sejam feitos por intermédio dessa função para se evitar, por exemplo, que os cooperados negociem de forma isolada com clientes ou fornecedores.

- o técnico administrativo também tem uma função estratégica, sendo responsável pela administração dos dados financeiros, contábeis e comerciais, além de viabilizar o apoio técnico aos cooperados, clientes e fornecedores. Deve ser um profissional formado em administração, dinâmico e de fácil relacionamento.

Os cargos de assessoria - contábil; jurídica; técnica e marketing - devem ser preenchidos por profissionais com formações específicas e registros em seus respectivos conselhos de classe. Os cargos de assessoria podem fazer parte do quadro funcional da cooperativa ou ser contratados sem vínculo empregatício. A estrutura organizacional da cooperativa proposta por Abrantes (2004) pode ser subdividida em três categorias de colaboradores: a primeira — de cooperados e diretoria; a segunda — de assessores ou prestadores de serviços, com ou sem vínculos empregatícios; e a composta por profissionais efetivos da cooperativa, com registros pela CLT. Na terceira categoria, estão o secretário, o técnico administrativo, o ajudante geral e o motorista.

Ao iniciar suas atividades, uma cooperativa precisa de capital para custear a sua estrutura organizacional. Esse capital é obtido com a cobrança antecipada dos serviços utilizados pelos cooperados. Após realizar o balanço anual, e conforme decisão tomada em assembleia geral, as “sobras financeiras” podem retornar proporcionalmente aos cooperados ou serem reinvestidas na cooperativa. A cooperativa deve instituir um fundo de reserva, assistência técnica, educacional e social. A fiscalização ocorre por intermédio do próprio Conselho Fiscal da cooperativa. Conforme Fleury (1983), uma cooperativa precisa gerar receitas para cumprir as suas despesas operacionais. Os cooperados que realizam mais transações comerciais com a cooperativa geram maiores receitas, logo, estes pertencem à categoria de cooperados dominantes.

As cooperativas sobrevivem e se reproduzem no mercado capitalista, diz Fleury (1983), a partir de quatro determinações: relação com o mercado, processo de desenvolvimento do capitalismo, favorecimento das categorias dominantes e relação com o Estado, a seguir transcritas.

- Relação com o mercado: atuando no mercado capitalista, assume padrões de conduta que lhe garantem competitividade. Sendo dominantes tais padrões, transformam-se em empresas;
- Processo de desenvolvimento do capitalismo: com a monopolização do setor industrial, sem a contrapartida agrícola, abre-se espaço para a reprodução de produtos

familiares não capitalistas. Os produtores dessas mercadorias, aliados aos produtores capitalistas que sofrem as mesmas imposições, buscam na cooperativa uma alternativa para a situação;

- Favorecimento das categorias dominantes: o conjunto de cooperados não é homogêneo, mas internamente estratificado. As categorias dominadas não são destruídas, mas aparecem como peça essencial não só para a reprodução da cooperativa, mas também na condição de produtores capitalistas (mercantis);
- Relação com o Estado: o Estado assume a proposta cooperativa tanto por razões de ordem econômica quanto de ordem ideológica.

Apesar de as cooperativas se envolverem em contradições no seu aspecto externo, como atuação mercadológica e a sua relação com o Estado, sua atuação é primordial na economia de uma região. E em relações internas favorecendo, em alguns casos, a categoria de cooperados dominantes, ou seja, os cooperados mais influentes. Mesmo assim, as cooperativistas agropecuárias são organizações que oferecem uma importante contribuição para o desenvolvimento econômico, incorporando a geração, a repartição de renda e a criação de emprego e trabalho nos meios urbano e rural. As cooperativas facilitam a distribuição dos resultados econômicos proporcionais às operações com seus cooperados.

Conforme Benecke (1980), as cooperativas definem suas estratégias em duas dimensões: a social e a econômica. Na área social, a cooperativa está voltada para o fortalecimento do bem-estar do indivíduo na comunidade. Na dimensão econômica, volta-se para a rentabilidade da atividade individual do cooperado. Portanto, as cooperativas são um ambiente delimitado que forma uma rede constituída pela afinidade entre os cooperados e contribui para o desenvolvimento da região. A importância econômica das cooperativas agropecuárias no Brasil, de acordo com Abrantes (2004), vai além de seu número e de postos de trabalho gerados, pois essas organizações agregam valor e distribuem renda e contribuem para a melhoria do modo de vida do agricultor familiar.

No entanto, também pode haver conflitos de interesses na composição da estrutura organizacional de uma cooperativa. A incompatibilidade de interesses pode ocorrer no cooperativismo desenvolvido no Brasil, de acordo com Pinho (1966), em especial nas cooperativas agropecuárias. A busca pelo lucro e crescimento das cooperativas agropecuárias pode dificultar a compatibilização dos interesses dos cooperados. Outro agravante pode ser a não divisão entre uso, propriedade e controle da cooperativa, o que gera problemas estruturais de desempenho. Os cooperados são, ao mesmo tempo, proprietários da cooperativa, usuários de seus serviços e controladores da cooperativa. Um dos problemas deve-se ao fato de que, na

maioria das vezes, conforme Cechin (2014), o agricultor familiar não possui o devido preparo e experiência para administrar uma cooperativa.

Nesse sentido, a administração da cooperativa é então apropriada por uma nova base, mas legítima, ou seja, aqueles cooperados que, com maior conhecimento técnico administrativo e experiência, assumem a gestão da cooperativa. Dessa forma, esses cooperados empossados em cargos diretivos, de acordo com Schneider (1998), colaboram para a perpetuação das relações desiguais que viabilizam a extração de excedentes dos cooperados subordinados por um grupo geralmente minoritário de cooperados e economicamente poderosos, os quais tendem a se revezar no controle dos cargos diretivos da cooperativa.

Essas relações de poder e de tendência de revezamento dos cargos de direção da cooperativa geram tensões entre os cooperados, que conforme Tavares dos Santos (1984), manifestam-se por duas vias. Por um lado, a diretoria estabelece relações de exploração tanto sobre os trabalhadores das cooperativas quanto sobre os agricultores familiares cooperados. A primeira via de tensão são as diretorias das cooperativas, que se constituem em um grupo dominante no interior das mesmas. De acordo com os estatutos, as diretorias são compostas por cooperados eleitos em assembleia geral, podendo ser reeleitos.

A segunda via de tensão, ainda conforme Tavares dos Santos (1984), ocorre quando a cooperativa aparece como instituição da reprodução ampliada do modo de produção capitalista, ou seja, ela é um estabelecimento de transformação de uma matéria-prima agrícola. Assim, a cooperativa apropria-se do sobretrabalho do agricultor familiar. Desse modo, no valor do produto que a cooperativa lança no mercado está incorporado o sobretrabalho do agricultor familiar e a mais-valia dos operários da cooperativa, ou seja, uma massa de trabalho excedente provinda do trabalho do operário e do agricultor familiar.

A gestão de uma cooperativa, em determinadas situações rotineiras, pode permitir a alguns grupos de cooperados perpetuarem-se nos cargos diretivos. Com isso, as decisões da administração são tomadas de forma unilateral, tendo como consequência o acirramento nas relações entre cooperados e dirigentes, conforme Crúzio (1999), principalmente nas transações comerciais. Trata-se de conflitos de interesses em que, de um lado, o cooperado, insatisfeito com a direção, utiliza um benefício qualquer via cooperativa e, ao mesmo tempo, desvia sua produção para terceiros quando lhe convém em termos de preços.

De outro lado, os dirigentes da cooperativa, ao invés de atuarem na defesa incondicional do interesse dos cooperados, conforme declara Crúzio (1999), advogam em causa própria, tudo fazendo para se manterem burocraticamente nos cargos. Tema

desenvolvido por Tavares dos Santos no ano de 1984, em seu livro intitulado *Colonos do Vinho*, afirma que a cooperativa torna-se o local onde acontece a reprodução ampliada do capital, e nela são constituídas as tensões sociais inerentes à dinâmica do modo de produção capitalista, retratando o conflito de interesses. Tema que ainda permanece atual na gestão das organizações cooperativas agropecuárias.

Ainda em relação a essas tensões, Cremonese e Schallenger (2005) afirmam que, quando o desenvolvimento acelerado de uma cooperativa acontece por fatores exógenos — pelas políticas de modernização e pela inserção da agricultura brasileira no mercado globalizado — há a possibilidade de um distanciamento entre os agricultores familiares cooperados e os dirigentes, sendo que estes passam a considerar, em muitos casos, os interesses de grupos monopolistas e a se movimentar numa esfera simbólica distinta da dos agricultores familiares cooperados. Os interesses puramente econômicos e mercantis, em muitas situações, são contraditórios aos interesses dos agricultores familiares.

Outro fator importante é o conflito existente entre a maximização do valor da cooperativa e a maximização do valor do agricultor familiar cooperado, que também é gestor e fornecedor de matéria-prima da cooperativa. De um lado, existe um incentivo para que o agricultor familiar maximize o valor de sua produção agrícola, via mecanismo de preços favoráveis, comprando insumos da cooperativa a preços baixos e vendendo produtos para a cooperativa a preços mais altos. O mecanismo de coordenação mais comum, entre cooperativa e o agricultor, conforme Crúzio (1999), é um contrato de produção com uma fórmula de pagamento, que vincula a remuneração do agricultor à sua eficiência de produção, observada em quantidade e em qualidade do produto agrícola.

As relações de produção entre agricultores familiares e cooperativas são relações que ocorrem no processo de produção social. Essas relações são a essência do processo produtivo e comercial. Os níveis de desenvolvimento dessas relações dependem do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da cooperativa. Nesse sentido, de acordo com Frantz e Benetti (1985), as relações de produção devem ser entendidas como o conjunto das relações que se estabelecem entre os cooperados e uma cooperativa no processo de produção das condições materiais de sua existência. À medida que atendem às novas exigências do mercado e do governo, as cooperativas agropecuárias mudam sua forma de condução, buscando cada vez mais resultados econômicos ao invés de resultados sociais, reproduzindo-se nas relações agroindustriais que subordinam o agricultor familiar à lógica do mercado capitalista.

A ideologia capitalista, afirma Oliveira (1995), procura mostrar que o produto criado é produto do capital e não produto do trabalho e que, para o trabalhador garantir a sua sobrevivência, ele precisa e depende do capital. Na agricultura, para que essa relação ocorra, é necessário que o agricultor compre, herde ou arrende a terra, que é o principal meio de produção no campo. É preciso também que compre os demais meios de produção, as máquinas, as ferramentas, os insumos, entre outros. E Oliveira (1995, p 65) alerta para o fato de que na agricultura “o próprio capitalismo desenvolveu mecanismos de subordinação da renda da terra, de modo a permitir a criação e recriação das relações não capitalistas de produção no campo”. Desse modo, o que o agricultor familiar vende à cooperativa é somente o produto da operação de seu trabalho. Portanto, nesse contexto repleto de contradições, os cooperados reunidos em cooperativas, imaginando-se “donos ou patrões de si mesmos”, terminam por se submeterem, de forma ainda mais alienante, à dinâmica capitalista.

Partindo do pressuposto de que o cooperativismo passou a rever as suas práticas gerenciais por meio da lógica tipicamente capitalista. As adequações de comportamento ocorridas acarretaram uma crise ideológica do cooperativismo, caracterizada pelo prevalecimento dos valores capitalistas sobre os valores originários do cooperativismo. As bases do cooperativismo agropecuário derivaram de ações que variam desde o uso do solo, condições impostas pelo ambiente que propiciava a organização coletiva para a sobrevivência do agricultor familiar produtor de leite. Procura assegurar posição privilegiada no mercado para seus produtos, defendendo-os contra a concorrência externa. Porém, a ação da cooperativa limita a ação de liberdade e independência do cooperado, que fornecer com exclusividade para a sua cooperativa. Desta forma, consiste em uma relação de subordinação e obediência do agricultor familiar para com a cooperativa, pois os mesmos perdem autonomia em seu trabalho, seguindo as determinações da cooperativa.

De acordo com Cechin (2014), entre os diversos arranjos organizacionais, encontram-se as cooperativas, que enfrentam desafios particulares para se adaptarem às novas realidades dos mercados agrícolas contemporâneos em razão de sua estrutura organizacional. As cooperativas apresentam uma estrutura organizacional regida por princípios doutrinários estabelecidos na Cooperativa de *Rochdale*, em 1844. Os agricultores familiares possuem uma relação tríplice com sua cooperativa: de proprietários; de transação/comercial e de controle. Ao mesmo tempo em que são cooperados, também são proprietários de quota-parte; de transação/comercial por utilizarem a estrutura da cooperativa para venda/compra de produtos; e de controle, pois participam das principais decisões por meio do voto nas assembleias.

A diferença entre uma empresa privada e uma cooperativa no segmento agropecuário/agroalimentar está na dimensão das transações. Os cooperados da cooperativa são também os fornecedores de matéria-prima e/ou compradores de insumos ou de produtos. Pelo fato de a cooperativa, de acordo Cechin (2014), ser um arranjo institucional voltado ao cooperado e não ao lucro do investidor, como nas empresas privadas, a questão é: como modificar a estratégia e estrutura da cooperativa agropecuária de modo que ela se torne mais competitiva perante o mercado internacionalizado? Portanto, para ela ser competitiva não depende apenas de fatores econômicos, mas também de uma conduta socialmente valorizada que garanta a sua legitimidade e sobrevivência no contexto ambiental.

Assim, tendo-se analisado o contexto em que houve o surgimento das cooperativas, o cooperativismo no mundo, no Brasil, no Rio Grande do Sul e no Vale do Taquari, incluindo as questões contemporâneas do cooperativismo e a sua relevância, também foi possível refletir sobre as relações de conflito que ocorrem no processo de produção social do movimento cooperativista. No entanto, é no território que se definem as articulações e a implementação das ações de competição e recursos disputados por agentes internos e externos, cujo poder de pressão é tanto maior quanto maiores forem o domínio tecnológico e a capacidade de articulação política e econômica que detêm, o que gera conflitos. Ou seja, tanto as verticalidades quanto as horizontalidades podem interferir no território, pois é no território que a agricultura familiar desenvolve suas atividades. No próximo capítulo, discorre-se, portanto, sobre o território da agricultura familiar.

3 O TERRITÓRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR

No capítulo anterior, buscou-se a contextualização da gênese das cooperativas. Porém, para uma melhor compreensão das relações sociais de produção entre agricultores familiares e cooperativas da cadeia produtiva do leite na região do Vale do Taquari, foi necessária uma reflexão teórica sobre o território da agricultura familiar. Assim, neste capítulo, inicialmente, conceitua-se território, explicitam-se as horizontalidades e as verticalidades, que são vetores espaciais superpostos, ao mesmo tempo condicionados entre si, na intenção de mostrar a relevância da agricultura familiar brasileira.

3.1 Conceito de território

Para definir território, buscou-se fundamentar o conceito em alguns autores, os quais serviram de base para efetivar determinadas argumentações, como notas e concepções a respeito de território. Assim, neste subcapítulo seção, o objetivo foi contextualizar e definir as formas conceituais com que o território é utilizado na reflexão da agricultura familiar, considerando-se a diversidade de usos desse conceito. Parte-se do princípio de que, para a análise geográfica, é essencial compreender os conceitos de espaço geográfico e território como indissociáveis, pois o território é formado a partir do espaço. A análise geográfica, por meio do conceito de território, pressupõe analisar o espaço a partir de relações de poder. E também a categoria de análise social, propondo ainda que o território usado, conforme Santos (1999), seja compreendido como uma mediação entre o mundo e a sociedade.

Santos e Silveira (2001), no livro *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, escrito em coautoria com Maria Laura Silveira, apresentam sua concepção de território. Ao considerarem o território como espaço de um país, esses autores propõem a noção de espaço territorial com o significado de presença de um estado, de um espaço e de uma nação (ou mais nações). Para os autores, o território, anterior ao espaço geográfico e, portanto, a base material, “em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.247). Nesse contexto, a análise dar-se-á a partir da categoria de território usado como sinônimo de espaço geográfico.

De acordo com Santos e Silveira (2001), ao se desejar definir qualquer parte do território, deve-se considerar a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política. A proposição do conceito de território usado por esses autores está voltada principalmente à operacionalização do conceito de espaço geográfico. O território, na concepção de Santos e Silveira (2001), diz respeito ao espaço do país (sistemas de ações e sistemas de objetos).

Nesse sentido, entende-se que, geralmente, o território é a extensão de espaço apropriada e usada.

O território é a ação social, enquanto a expressão política implica organização dos componentes do espaço geográfico em processos concretos que procuram alcançar os objetivos comuns. Dessa forma, o espaço e seus componentes adquirem expressão territorial ao possibilitar que a pertinência, a apropriação, o empoderamento e a subordinação social a esse espaço se convertam em mobilização concreta diante das finalidades inerentes a um território identificado em sua dimensão política e institucional. Assim, de acordo com Santos (2002), um território se constitui em ação ou expressão política.

De acordo com Raffestin (1993), o conceito de espaço é relacionado ao patrimônio natural existente em uma região definida. Por outro lado, no conceito de território se incorpora a apropriação do espaço pela ação social de diferentes atores. Em outras palavras, o conceito de território incorpora o jogo de poder entre os atores que atuam em determinado espaço. Como resultado desse jogo de poder, define-se uma identidade relacionada a limites geográficos, ou ao espaço determinado. O território surge, portanto, como resultado de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, apropria-se de um espaço, tanto físico quanto simbolicamente.

Nesse sentido, segundo Raffestin (1993), o território também é formado por superfícies, ou seja, pelas estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais. O território pode ser pensado como um dos elementos que integram o ambiente com o qual ele sistemicamente se relaciona por meio de interações de toda ordem: econômicas, sociais, políticas, institucionais, culturais e ambientais. Isso significa, de acordo com Haesbaert (2002), que os diferentes lugares e regiões que constituem um território, tanto quanto ele em sua totalidade, também representam um sistema dinâmico. Assim, torna-se vital a abordagem de território, como propõem Santos (1999) e Santos e Silveira (2001), como território usado.

A definição e a análise de um território deverão “levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política.” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 247). Essa ideia de território usado expressa a noção de mudança, de processo, de movimento.

O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.10).

No processo de oposição, no território, as perversidades impostas a ele pelo mundo globalizado, de acordo com Santos (2002), não importa a dimensão do território, pois ele é a sede de resistência da sociedade civil. Porém, nada impede que se estudem as formas de estender essa resistência às escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental, o território usado.

Nesse sentido, para Santos *et al* (1994), não é o território em si a categoria de análise social, mas o território usado. E, de acordo com Santos e Silveira (2001), o território usado é simultaneamente material e social, composto por uma dialética, como o espaço geográfico, e o seu uso é manifesto por meio de apropriação, produção, ordenamento e organização pelos diversos agentes que o compõem: as firmas, as instituições – incluindo o próprio Estado – e as pessoas. As firmas declaram os autores, são representadas pelas empresas privadas, sociedades anônimas, cooperativas, sociedade de economia mista, sociedades limitadas que têm a função de produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias e serviços. Assim, as firmas possuem forte influência econômica no território, onde se encontram.

Portanto, esses agentes produzem a dialética do território, que acontece entre o externo e o interno, o novo e velho, o mercado e o Estado. Conforme Santos (1988), o território é formado por agentes externos e internos; novas e velhas infraestruturas e agentes, que produzem as rugosidades do território; e pela cooperação e conflito entre o mercado que, geralmente, é o elemento externo e novo, e o Estado que, na maioria das vezes, atua como o elemento interno e velho. Santos (1988) parte da compreensão de mundo como sendo um conjunto de possibilidades, sugerindo que o espaço geográfico seja assumido como uma categoria de análise social, sinônimo de território usado, território abrigo de todos os homens, de todas as instituições e de todas as organizações.

Porém, Santos (2005) chama a atenção para a necessidade de redefinir o conceito de território de modo a distinguir aquele território de todos, abrigo de todos, daquele de interesse das empresas. O primeiro ele conceitua como território normado, e o segundo como território na qualidade de recurso, território como norma ou território das empresas. O primeiro é o território nacional, e o segundo é o espaço internacional, de interesse das empresas. De acordo com Haesbaert (2004), o território pode ser considerado sob suas dimensões políticas e culturais incorporadas à dimensão econômica, e o autor apresenta três concepções de território:

- política ou jurídico/política: onde o território é considerado um espaço delimitado e controlado por meio do qual se exerce determinado poder, muitas vezes – mas não exclusivamente – relacionados ao poder do Estado;
- cultural ou simbólico/cultural: aquela que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é considerado, sobretudo, o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido;
- econômica: enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado ao embate entre classes sociais e na relação capital/trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho (HAESBAERT, 2004, p.40).

Do ponto de vista de Rückert (2004), o território é a expressão da ação das pessoas divulgada no contexto histórico em que se desenvolvem as formas sociais de produção e trabalho. O território é o resultado das relações sociais e contradições concretas das diferentes categorias sociais que o constituem, que se adaptam e que determinam, fazendo valer seus interesses e os interesses do capital. Nesse sentido, cabe chamar a atenção para a agricultura familiar do território Vale do Taquari, que, produzindo em minifúndios, adaptou-se para produzir leite, sua principal fonte de trabalho e renda atual. Os agricultores familiares, por intermédio das cooperativas agropecuárias Cosuel e Languiru, encontram uma forma de agregar valor ao seu produto, o leite, e de inserção no mercado. Isto faz o Vale do Taquari ser reconhecido como uma importante região produtora de leite, no território do RS.

Santos (2005[1978]) alerta para o fato de que não há uma formação social que também não seja espacial. Daí, o autor propõe enfatizar a estrutura espacial da sociedade, denominando formação socioespacial as particularidades do modo de produção capitalista, ou seja, a formação social ocorre simultaneamente com a formação espacial. Assim, cada sociedade tem seu próprio espaço e sua própria formação socioespacial. Deste modo, o espaço se caracteriza como este conjunto de objetos dispostos na superfície, sendo eles naturais ou construídos artificialmente pelo homem. É este conjunto de objetos, que se relacionam entre si, que dá a característica a esse Espaço: a relação entre Natureza, trabalho/produção e circulação e bens e valores, onde o homem exerce sobre seu espaço natural, que anteriormente o continha, alterações que são a reflexão e a materialidade das relações de poder estabelecidas na sociedade.

De forma geral, se aceita que o território como um todo é a dimensão espacial concreta da síntese das múltiplas determinações da formação social capitalista. O território é assim, o espaço concreto das relações sociais. Os homens, diferenciados em classes sociais, estão a cada dia escrevendo sua história que é ao mesmo tempo, a história do trabalho produtivo e a história do território. As forças produtivas, no decorrer dos processos econômicos e sociais, é que conformam o território, impedindo-lhe as características inerentes às classes sociais e ao tempo presente. (RÜCKERT, 2004, p. 15-16).

De acordo com Raffestin (1993), qualquer concepção efetivada no espaço geográfico, dotada de uma representação, revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. A imagem manifestada como representação da realidade é um instrumento de poder que tem em sua essência uma estrutura predisposta a seus princípios e relações sociais de dominação. Dessa forma, o território é um espaço onde se efetiva ou se concretiza um trabalho, onde se encontram inerentes relações de poder e interesses. Toda a ação desenvolvida no espaço, seja de qualquer gênero, demonstra, em algum nível, um território efetivado (infraestruturas públicas ou privadas, centros financeiros, construções históricas, organizações, entre outros). Sendo assim, os territórios são construídos socialmente, pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social.

As configurações territoriais, sob esse prisma, são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos. De acordo com Santos e Silveira (2001), as configurações territoriais são apenas condições, e sua significação real advém das ações realizadas sobre elas. Assim, pode-se dizer que o espaço é sempre histórico. Sua historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações.

E, para Santos (2002, p 65), a natureza é a origem, ela provê as coisas, que são transformadas em objetos pela ação do homem por meio da técnica que é “a principal forma de relação entre o homem e a natureza” e é definida como “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”. Em continuidade, Santos (2002, p. 33) destaca a contradição do processo de produção do espaço: “o espaço que, para o processo produtivo, une os homens, é o espaço que, por esse mesmo processo produtivo, os separa”.

Desse modo, pode-se entender a questão do processo de construção territorial como uma integração entre os condicionantes das sociedades e da natureza, ou seja, do conjunto e atributos existentes em nível do território. Nesse sentido, Sabourin (2002) explicita que o aspecto territorial deve considerar a valorização coletiva e negociada, das potencialidades das

localidades, das coletividades ou das regiões, denominadas atributos locais ou de ativos específicos. A valorização do território precisa compreender também a preservação e o fortalecimento dos interesses, expectativas, valores e culturas, o que é essencial do ponto de vista social e econômico, porque é por intermédio dessa preservação e fortalecimento que se protege o processo produtivo.

De acordo com Saquet (2004), o processo de produção do território é constituído pelo movimento histórico e por simultaneidades. Há um movimento constante que se materializa na vida cotidiana e no território, centrado na intersecção entre o tempo histórico e coexistente (multiescalar). No território, há uma conjugação entre aspectos da Economia, da Política, da Cultura e da Natureza – EPCN⁷, exterior ao homem. Ou seja, o território é um processo de conjugação de forças, de relações e produções interconectadas, de articulação dos aspectos da Econômica, da Política e da Cultura - EPC, no tempo e no espaço. As relações entre esses diferentes elementos e aspectos das dimensões da EPC variam para cada lugar e momento e/ou período histórico. As dimensões básicas da EPC condicionam e são condicionadas na dinâmica territorial.

A possibilidade de construção de processos baseados na inovação e na cooperação, gerando estratégias territoriais de fortalecimento da economia local, está vinculada à capacidade de se produzir negociações a partir dos conflitos existentes. Conforme Saquet (2004), por esse motivo, entende-se que, antes de tudo, é importante a explicitação dos conflitos existentes localmente para que seja encontrada forma de entendimento, negociações, em busca da construção de processos de cooperação que sejam significativos para todos os atores no território.

Desse modo, é fundamental considerar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento, a fim de integrar políticas no território, pois é nele que se combinam a proximidade social que favorece a solidariedade e a cooperação, com a diversidade de atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos e o acesso ao mercado. Nesse sentido, o fortalecimento da articulação das prefeituras, cooperativas, entidades representativas da agricultura familiar, entidades de assistência técnica e extensão rural, assentamentos, entre outros existentes no território é essencial para gerar processos de desenvolvimento contínuo.

⁷ EPCN e EPC para Saquet (2004, p. 24) é a atenção para analisar e discutir o território “território, quando discutido, é permeado de precauções, pois pode ser empregado com vários sentidos, em diferentes momentos e por diferentes teóricos e estudos. Porém, do ponto de vista da explicação geográfica, o território deve ser analisado como resultado de um processo de forças, de relações e produções interconectadas, da articulação mútua dos aspectos econômicos, políticos e culturais, e, destes com a natureza nata, no tempo e no espaço, predominando ora uma(s), ora outra(s) dimensão(sões), em cada lugar e momento e/ou período histórico”.

Conforme Abramovay (2000), do mesmo modo que os mercados, os territórios também são o resultado de formas específicas de interação social, da capacidade dos indivíduos, das empresas e das organizações locais em promover ligações dinâmicas, capazes de valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes, historicamente, de construir.

3.1. 1 Vetores no território: horizontalidades e verticalidades

A partir da dialética, Santos (2002) identificou vetores no território que denominou horizontalidades e verticalidades, explicando-os do seguinte modo: “as horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (SANTOS, 1998, p. 16). As horizontalidades e as verticalidades são definidas por Santos (2002) como novos vetores para analisar o território e a sua formação socioespacial por meio da dinâmica local e global. Os conflitos de interesses no contexto da globalização, de acordo com Santos (1999), materializam-se nos lugares — o confronto entre o espaço local, aquele “vivido por todos os vizinhos” e o espaço global, “habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los” (SANTOS, 1998, p. 18).

As verticalidades, de acordo com Sabourin (2002), são os processos que ocorrem em escala mundial: a industrialização/desindustrialização, o fluxo de capitais e mercadorias, entre outros que atendem ao interesse de grandes empresas multinacionais e que interferem de maneira decisiva na formação e/ou deformação dos diferentes espaços no mundo. Por sua vez, horizontalidades são os processos que ocorrem no lugar/território: as relações de solidariedade, de reciprocidade, de ajuda mútua, de resistência, entre outros.

As verticalidades, de acordo com Santos (2012b), são vistas como pontos descontínuos, separados entre si, e as relações nesta esfera não dependem de aproximação espacial, mas de aproximação organizacional, pois são relações hierárquicas vindas de fora do território, originadas externamente ao território. As horizontalidades podem ser entendidas como pontos contínuos no espaço, as relações locais ou entre regiões, com origem dentro do território, uma relação contínua sem obstáculos físicos ou virtuais.

A tendência, conforme Santos (2005), é que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isto, em toda parte. Créditos internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes se estabeleçam a serviço do grande capital. Mas os lugares

também podem se unir horizontalmente, reconstruindo a base de vida comum susceptível de criar normas locais ou regionais. As horizontalidades, conforme Santos (2002), podem ser ampliadas mediante as novas formas de produção e de consumo. É, portanto, por meio desses fluxos que podem ser modificadas as formas de produção, distribuição e consumo.

Um exemplo é a maneira como os produtores rurais se reúnem para defender seus interesses, o que lhes permitiu passar de um consumo puramente econômico, necessário às respectivas produções a um consumo localmente definido e que também distingue as regiões brasileiras umas das outras. (SANTOS, 2002, p.20).

É essencial rever a realidade de dentro de uma região específica, isto é, interrogar a sua própria constituição no momento histórico, ou seja, no momento em que estamos vivendo. Conforme Santos (2005), o entendimento é fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. Deve-se ter isso em mente ao se pensar a construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que libere os indivíduos da globalização perversa e os aproxime da possibilidade de construir outra globalização. As horizontalidades e verticalidades complementam a visualização do território e, conforme Santos (2012a, p.339), “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e uma razão local, convivendo dialeticamente”.

A relação das atividades agropecuárias com o mercado, de acordo com Cechin (2014), tem passado por uma significativa transformação. Na atual conjuntura, em que a globalização econômica é a palavra de ordem, os fluxos mercadológicos e comerciais têm que ser considerados com muita atenção, num complexo sistema interligado de rede ou cadeia produtiva. Percebe-se que grandes empresas transnacionais oferecem recursos financeiros e condições de transações comerciais para empresas agroindustriais ou cooperativas em troca de um firme compromisso com a qualidade da matéria-prima, processos de produção, embalagens, transportes, entre outros. Isto é, a atuação das forças centrífugas, conforme Santos (2012), são as verticalidades agindo no mercado globalizado.

O processo de globalização, ao alcançar o Vale do Taquari encontrou nas Cooperativas Cosuel e Languiru um forte elo para instalar o processo comercial com maior alcance e intensidade para a distribuição de implementos agrícolas produzidos pelas empresas transnacionais. Desta forma a modernização da produção leiteira transformou o modo de vida dos agricultores familiares do Vale do Taquari. Os quais sofrem a atuação ocasionada principalmente por estruturas comandadas por interesses externos, as verticalidades que marcam o processo de transformações e, se relacionando com os interesses internos, as

horizontalidades, terminam por conferir novas funções, quase sempre desestruturando as anteriores, gerando, conseqüentemente, novas formas de processos em substituição aos antigos.

Deste modo, o trabalho na produção leiteira, que antigamente era desenvolvido geralmente pela mulher, servindo como auxílio na alimentação e o excedente como segunda fonte renda familiar, hoje utiliza tecnologia moderna. Atualmente, o agricultor familiar, no Vale do Taquari tem o leite como principal fonte de renda familiar e tem que cumprir várias normas técnicas e sanitárias, para poder comercializá-lo com a sua cooperativa. Desta forma, o agricultor familiar se obriga a investir em equipamentos e tecnologia para a produção de leite, geralmente com benefícios as grandes empresas multinacionais produtoras destes equipamentos. As dinâmicas horizontais se manifestam a partir das ações e reações a esses processos de produção e de comercialização, por parte dos agricultores familiares, em defesa dos seus interesses de comercialização do leite e sua influencia na economia local.

Em razão do crescimento e de suas relações socioeconômicas as cooperativas Cosuel e Languiru exercem influencia na economia da região do Vale do Taquari. Isto favorece a expansão da produção de leite, gerando o aumento das relações comerciais e do volume de produção de leite entre os agricultores familiares devido a segurança em fornecer leite às cooperativas e adquirindo insumos das mesmas. Desta forma, as cooperativas Cosuel e Languiru constituem-se em um elo importante entre as horizontalidades e as verticalidades, reorganizando do território do Vale do Taquari.

De acordo com Schneider (2006), a dinâmica socioeconômica das formas sociais no meio rural configura-se como uma projeção particular do conjunto das relações de produção e trabalho que existem e se reproduzem na sociedade mais ampla, onde dominam as relações sociais de caráter capitalista e não capitalista. A maneira como o agricultor familiar interage com o capitalismo pode variar e assumir aspectos heterogêneos e particulares. Em alguns casos, as formas sociais tradicionais (não capitalistas) acabaram cedendo e são absorvidas pelo próprio capitalismo. Em outro contexto, o trabalho do agricultor familiar pode desenvolver relações sociais e econômicas estáveis e duradouras, como é o caso da agricultura familiar.

3.2 Agricultura familiar

A agricultura familiar ganhou reconhecimento internacional quando a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO instituiu 2014 como o ano internacional da agricultura familiar, argumentando que a agricultura familiar tem potencial

como agente de mudança para alcançar a segurança alimentar sustentável e a erradicação da fome no mundo. A agricultura familiar, conforme a FAO (2014), é também guardiã de cerca de 75% de todos os recursos agrícolas do mundo e, portanto, é fundamental para a melhoria da sustentabilidade ecológica e dos recursos.

Assim, a agricultura familiar alcançou importância universal. E, nesta seção, apresentam-se aspectos fundamentais para definir agricultura familiar, envolvendo diferentes contextualizações, partindo-se da contribuição de diversos autores. A agricultura familiar, conforme Oliveira (2007), distingue-se entre a atividade econômica milenar de produção dos alimentos necessários e fundamentais à existência da humanidade, e a atividade econômica da produção de *commodities* (mercadorias) para o mercado mundial. Oliveira (2007, p. 147) assim a define: “na prática da produção econômica, uma distinção importante entre a agricultura tipicamente capitalista e a agricultura camponesa. [...] surge um novo conceito de agricultura de pequeno porte voltada, parcial ou totalmente, para os mercados mundiais e/ou nacional”. Dessa forma, nasceu uma concepção neoliberal para interpretar a agricultura de pequeno porte, ou seja, a agricultura familiar.

O termo agricultura familiar, conforme Abramovay (1997), consolidou-se e difundiu-se em diferentes segmentos da sociedade. Ele é utilizado como um guarda-chuva conceitual, que abriga grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal, tendo como ponto focal da polarização o tipo de mão de obra e de gestão empregada. Nesse sentido, Cremonese e Schallenberger (2005) afirmam que a agricultura familiar pode ser caracterizada pelo fato de o comando do processo produtivo estar assegurado diretamente ao proprietário da terra, onde a própria força de trabalho e a gestão da propriedade estão a cargo da mesma pessoa ou do mesmo núcleo familiar.

A agricultura familiar deve ser compreendida na peculiaridade de sua inserção na divisão social do trabalho. Não exclui a inserção no mercado, muito pelo contrário, diz respeito à forma equilibrada dessa inserção, assegurando, em graus variáveis, a produção direta dos meios de vida pelo agricultor e sua família. Conforme a FAO (2014), a partir do século XX, a agricultura familiar alcançou notoriedade mundial, sendo confrontada com um triplo desafio: o aumento do rendimento agrícola para responder à necessidade mundial de segurança alimentar e de uma melhor nutrição; a sustentabilidade ambiental para proteger o planeta e para garantir a própria capacidade produtiva; e o aumento da produtividade e a diversificação dos meios de subsistência que permitam ao agricultor sair da pobreza e da fome.

De acordo com a FAO (2014), para enfrentar esse desafio, os agricultores familiares precisam ser líderes de inovação, pois só assim podem apropriar-se do processo e garantir que as soluções oferecidas respondem as suas necessidades. A FAO (2014) também faz uma alerta ao setor público, as organizações da sociedade civil e ao setor privado para que trabalhem com os agricultores, no sentido de melhorar os sistemas de inovação para a agricultura. A capacidade de inovação deve ser promovida em vários níveis, com incentivos para os agricultores, investigadores, prestadores de serviços de assessoria e cadeias de valor integradas para interagir e criar redes e parcerias que permitam partilhar informações.

A maioria das propriedades agrícolas familiares, conforme Graziano da Silva (2012), é pequena, ou seja, 84% das culturas de todo o mundo são cultivadas em propriedades com menos de dois ha. No entanto, o tamanho das propriedades agrícolas é variável; as propriedades agrícolas com mais de 50 ha ocupam dois terços das terras agrícolas do mundo. As pequenas propriedades produzem uma proporção maior de alimentos no mundo em relação à quantidade de terras que possuem.

Para incentivar os agricultores familiares a investir em práticas agrícolas sustentáveis, que muitas vezes têm custos elevados e longos períodos de amortização, as autoridades devem procurar criar um ambiente favorável para a inovação. Conforme a FAO (2014), são necessárias políticas destinadas a catalisar a inovação, que terão de ir além da transferência de tecnologia, e devem ser inclusivas e adaptadas aos contextos locais para que os agricultores familiares sejam proprietários da inovação. Essas políticas também devem levar em consideração as questões intergeracionais e de gênero, envolvendo a juventude no futuro do setor agrícola.

Cabe chamar a atenção para o fato de que o agricultor familiar se difere do grande empresário rural não somente pelo tamanho da propriedade, mas pelos valores sociais e pela lógica social, econômica e política que o norteia, que é outra. O agricultor familiar pode ver e valorizar a terra que está inserida no seu cotidiano, diferente do grande empresário rural, que se relaciona com a terra pela mediação da renda fundiária, de forma abstrata. De acordo com Buainain *et al* (2014), o agricultor familiar vê a terra como mediação e condição de um modo de vida; também vê a terra na perspectiva do valor de uso. O grande empresário a vê como instrumento de uma relação racional de interesse, uma relação puramente econômica, na perspectiva do valor de troca que pode produzir.

Nesse sentido, Lamarche (1998) apresenta um modelo alternativo de funcionamento agrícola, que pode impulsionar a agricultura familiar e permitir seu fortalecimento, ao mesmo tempo, econômico e social. Essa teoria é ratificada por Abramovay (1998) ao definir

agricultura familiar como sendo aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vem de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de parentesco. É importante destacar três atributos básicos: propriedade, trabalho e família estão presentes em todas as definições de agricultura familiar.

Por sua vez, Tavares dos Santos (1984) dá sua contribuição e apresenta um conjunto articulado de nove elementos estruturais da produção agrícola, cuja relevância hoje ainda é de suma importância para esclarecer o processo do trabalho na agricultura familiar. Elementos estruturais da produção agrícola:

- a) **a força de trabalho familiar** – é o motor do processo de trabalho na unidade da agricultura familiar, ou seja, a família é um verdadeiro trabalhador coletivo;
- b) **a ajuda mútua entre os agricultores** – é a prática que eles empregam para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; entre essas práticas, está o mutirão ou a troca pura e simples de dias de trabalho entre eles; esse processo aparece em função de os agricultores não disporem de rendimentos monetários necessários para pagar trabalhadores assalariados;
- c) **a parceria** – é outro elemento da produção da agricultura familiar decorrente da ausência de condições financeiras do agricultor para assalariar trabalhadores em sua propriedade; contrata um parceiro, divide com ele custos e ganhos; é comum essa relação de trabalho aparecer articulada com a produção capitalista como estratégia do capital para reduzir os custos com a remuneração dos trabalhadores; da mesma maneira, a parceria pode ser a estratégia que os agricultores familiares utilizam para ampliar a sua área de cultivo e, conseqüentemente, aumentar suas rendas;
- d) **o trabalho acessório** – é o meio pelo do qual o agricultor familiar transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade familiar;
- e) **a força de trabalho assalariada** – aparece na unidade de produção agrícola familiar como complemento da força de trabalho familiar em momentos críticos do ciclo agrícola, nos quais as tarefas exigem rapidez e muitos braços; essa força de trabalho assalariada na unidade agrícola pode, em determinados momentos, começar a ser permanente, e o agricultor familiar passa, então, a combinar as duas forças de trabalho, a familiar e a assalariada;

- f) **a socialização do agricultor** – é importante elemento da produção agrícola familiar, os filhos do agricultor brincam com miniaturas de instrumentos de trabalho.
- g) **a propriedade da terra** – é na unidade agrícola, propriedade familiar, privada para muitos, porém diversa da propriedade privada capitalista (a que serve para explorar o trabalho alheio); na propriedade familiar se está diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador, é terra de trabalho, é propriedade do trabalhador; não é, portanto, instrumento de exploração; nesse particular, há três situações em que o agricultor pode ser colocado: ser o agricultor-proprietário; ser o agricultor-rendeiro (pagar renda para poder ter acesso à terra) ou ser o agricultor-posseiro (recusar-se a pagar a renda e apossar-se da terra);
- h) **a propriedade dos meios de produção** – exceto a terra, na maioria dos casos os meios de produção são, em parte, adquiridos, portanto, são mercadoria e, em parte, produzidos pelos próprios agricultores; como consumidor de mercadorias (instrumentos de trabalho, por exemplo), o agricultor se vê subordinado ao capital, que lhe vende produtos caros e lhe paga preço baixo pelos produtos agrícolas;
- i) **a jornada de trabalho** – é outro elemento da produção agrícola a ser distinguido, pois, neste caso, não há rigidez de horário diário, como na produção capitalista; a jornada de trabalho do agricultor varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados; assim, combinam-se períodos de pouco trabalho (muito tempo livre, quando então o agricultor pode desempenhar um trabalho acessório ou produzir instrumentos de trabalho) e períodos de trabalho intenso (quando muitas vezes) nem mesmo o nascer e o pôr do sol são limites naturais da jornada de trabalho.

Oliveira (1995) também deixa sua colaboração sobre três componentes fundamentais no processo de reprodução da produção agrícola: primeiro, são os proprietários de terra que especulam com a terra-mercadoria; ao venderem a terra, fazendo, principalmente, loteamentos e colonização agrícolas, acabam por criar, contraditoriamente, condições para a recriação do agricultor-proprietário. O segundo componente que atravessa esse processo de reprodução é o Estado, que atua como agente distribuidor de terras em projetos de colonização, e, ao fixar preços mínimos agrícolas, ou cotas de produção, garante condições mínimas contraditórias para que o agricultor se reproduza. O terceiro e último, está centrado no próprio agricultor familiar, sendo incorporado pelo Estado, e diz respeito à formação das cooperativas no meio

rural. Essas nasceram como instrumento de defesa dos agricultores familiares contra o atravessador ou comerciante, que, de certo modo, atua como comprador e usuário explora os agricultores familiares, muitas vezes levando-os à proletarização.

Nesse sentido, Marx (1996a) discorre sobre o assunto e diz que a produção mercantil só existe quando as mercadorias passam a ter valor de troca ao invés de valor de uso. O valor de troca caracteriza-se pela época histórica na qual surgem as contradições entre o capital e o trabalho⁸. No caso da agricultura, o valor de troca surge da necessidade de o agricultor comprar diversas mercadorias ou insumos para iniciar um novo ciclo produtivo. Além disso, o agricultor necessita de recursos monetários, o que o faz vender a produção agrícola no mercado e, em alguns casos, parte da própria terra. Dessa forma o valor de troca é caracterizado.

De acordo com Marx (1996b), a tendência à concentração da propriedade rural foi vista como única saída possível para a agricultura, e que a agricultura familiar não seria capaz de concorrer, no longo prazo, com grandes estabelecimentos capitalistas, transpondo, assim, para a agricultura o esquema da concentração industrial do século XIX. No entanto, no século XXI, a agricultura familiar não desapareceu, muito pelo contrário, é responsável pela produção de alimentos no contexto mundial. Apesar da modernização do campo e da possível concorrência de estabelecimentos capitalistas com alto grau de concentração e uso de trabalho assalariado, a agricultura familiar continua existindo.

A crítica marxista da agricultura refere-se principalmente à propriedade da terra, à forma de apropriação privada da natureza como base da exploração de seres humanos e da destruição das condições de vida das futuras gerações. De acordo com Marx (1983a p. 784), “mesmo toda uma sociedade, uma nação, todas as sociedades de uma época somadas, não são proprietárias da terra. Elas são somente posseiras da terra, os que a utilizam e como bons pais de família a devem repassar às gerações seguintes em melhores condições”.

Portanto, ao lado do desenvolvimento de uma agricultura tipicamente capitalista, a agricultura familiar continua se reproduzindo. As duas formas de produção passaram a coexistir, especializando-se em produtos específicos e em formações sociais distintas. Os aspectos que garantiram a sobrevivência da agricultura familiar dentro de formações sociais

⁸ Capital e o trabalho - as condições históricas da sua existência (do capital) não coincidem com a circulação de mercadorias e da moeda. Só ocorre onde o detentor dos meios de produção e de subsistência encontra no mercado o trabalhador livre que vem vender sua força de trabalho. É esta a única condição histórica que encerra todo um mundo novo. O capital se anuncia desde o início como uma época da produção social (MARX, 1967).

predominantemente capitalistas são os segmentos agrícolas tradicionais e adaptados para a produção em pequenas propriedades rurais.

De acordo com Lamarche (1993), os agricultores familiares são portadores da cultura, por meio dos valores, das tradições, dos saberes, das crenças e dos costumes, cujos fundamentos estão na centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida. Mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, pois todos, de uma ou outra forma, estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência da sociedade global. Por outro lado, deve-se considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais. A agricultura familiar é entendida como o segmento em que a família, ao mesmo tempo proprietária da terra e dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.

Tradicionalmente, a noção de agricultura familiar (ou de agricultura enquanto atividade familiar) repousa sobre a ideia de uma identidade entre a família e exploração. A unidade de produção é uma família, entre outras coisas, um grupo de trabalho no qual os membros estão unidos por laços de parentesco, um grupo que se constitui e se renova sobre a base das relações familiares. No esquema da atividade familiar, a exploração fornece um retorno permitindo assegurar a subsistência do grupo e representa um patrimônio cuja transmissão aparece como um objetivo essencial das estratégias de reprodução do grupo familiar. (LAMARCHE, 1993, p.104).

Na agricultura familiar, na maioria das vezes, não existe divisão dos rendimentos obtidos com a produção e comercialização dos produtos agrícolas, pois os recursos que são obtidos pelo resultado do trabalho familiar são novamente investidos na propriedade. Compromete, assim, ainda mais, os laços econômicos e sociais, ou seja, todos os membros da família participam da produção e da reprodução dos bens, e os jovens (filhos), na maioria das vezes, não recebem renda. Isto faz com que os jovens, muitas vezes, busquem alternativas de trabalho e não permaneçam na atividade agrícola. Assim, a interdependência entre a propriedade, trabalho e família gera noções mais abstratas e complexas, entre as quais a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

Porém, é fundamental considerar que, na agricultura familiar, envolvem-se ambos os gêneros e inclusive crianças. Para Brumer (1996), os principais fatores que afetam a inserção das mulheres agricultoras em atividades produtivas são: a relação entre o tipo de produção desenvolvida, a tecnologia utilizada, a forma de inserção no mercado dos agricultores familiares e a divisão de trabalho que se forma no interior das propriedades agrícolas. Brumer (1996, p.53) complementa dizendo: “homens e mulheres, bem como, com frequência as crianças, participam deste trabalho, pois somente o trabalho masculino não é suficiente para garantir o sustento da família”.

No capitalismo contemporâneo, conforme Abramovay (1992), a produção familiar na agricultura faz dela um setor específico, não havendo atividade econômica, nestas sociedades, em que o trabalho e a gestão estruturam-se tão fortemente em torno de laços de parentesco e onde a participação da mão de obra não contratada seja fundamental. Desse modo, o funcionamento do estabelecimento agrícola pode determinar-se por laços específicos entre fatores familiares e os fatores de dependência. A regulação depende das diversas variáveis que estruturam esses dois fatores. Mas determinar o grau de intensidade de dependência da agricultura familiar envolve a terra, o trabalho e a reprodução familiar no estabelecimento agrícola.

A agricultura sempre esteve presente em todos os países do mundo e chama a atenção para novas propostas. No final da década de 1940, conforme Moreira (2000), surgiu uma proposta, inicialmente nos Estados Unidos da América – EUA, com a intenção de aumentar a produção agrícola e acabar com a fome mundial, por meio do desenvolvimento de pesquisas em sementes e a fertilização do solo para aumentar a produtividade agrícola. As sementes modificadas e desenvolvidas nos laboratórios possuíam alta resistência a diferentes tipos de pragas e doenças. O seu plantio, aliado à utilização de agrotóxicos, fertilizantes, implementos agrícolas e máquinas, aumentaria significativamente a produção agrícola. Esse procedimento ficou conhecido mundialmente como Revolução Verde.

No final da Segunda Guerra Mundial, empresas privadas, como a *Rockfeller e a Ford*, enxergaram na agricultura uma oportunidade para a reprodução do capital. Começaram a investir em técnicas para o melhoramento de sementes, denominadas variedades de alta produtividade, no México e nas Filipinas. Entre as sementes foram ressaltadas a do trigo, do milho e a do arroz, que são a base da alimentação humana. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, outras indústrias químicas que abasteciam a indústria bélica norte-americana iniciaram e incentivaram a utilização de herbicidas, fungicidas, inseticidas e fertilizantes químicos na produção agrícola para eliminar fungos, insetos e ervas daninhas.

Após a Segunda Guerra Mundial, de acordo com Rosa (1998), começou a construção e a adoção de maquinário pesado — tratores e colheitadeiras — para ser usado nas diversas etapas da produção agrícola, desde o plantio até a colheita, finalizando o ciclo de inovações tecnológicas promovido pela Revolução Verde. O alicerce técnico foi complementado com essas inovações e se reuniram, originando os pacotes tecnológicos. Assim, grandes empresas atuaram na modernização da agricultura com a intenção de maximizar os lucros por meio da monopolização de fatias cada vez maiores do mercado e a aquisição de *royalty* por intermédio

dos pacotes tecnológicos. Criava-se, então, um círculo de dependência para o agricultor que só poderia adquirir os pacotes tecnológicos produzidos pelas empresas transnacionais.

O cenário geopolítico, conforme Zamberlam e Froncheti (2001), em que surgiu a ideia de implementação da Revolução Verde teve por base a argumentação política, social e econômica. Uma forte alegação foi a de exterminar a fome no mundo, por meio da alta produtividade de alimentos. Mas o propósito ideológico da Revolução Verde de acabar com a fome escondia sua real intenção, que era a da expansão do capital, por meio da venda dos pacotes tecnológicos para a agricultura.

3.2.1 O contexto da agricultura familiar brasileira

A agricultura no Brasil, de acordo com Lamarche (1993), foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira, com três grandes características: a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a escravatura. Em todo o País, as grandes propriedades, devido ao seu caráter extensivo, constituíram também espaços de reprodução para a agricultura de subsistência. Agricultores familiares ali se instalaram e, em contrapartida, submetiam-se à obrigatoriedade de prestar diversos serviços ao proprietário da terra. Alguns agricultores familiares trabalhavam como meeiros, outros possuíam uma pequena propriedade, e ambos produziam para o sustento de suas famílias e vendiam os excedentes agrícolas sem incentivo financeiro por parte do governo.

A discussão sobre agricultura familiar é recente no Brasil. Abramovay (1992) demonstrou que a agricultura familiar é oriunda do campesinato. No entanto, ela representa uma forma de organização do trabalho e da produção bastante distinta, em função da sua crescente integração aos mercados. Isso não significa que a agricultura familiar seja algo inteiramente distinto ou completamente diferente. Ao contrário, a agricultura familiar tem as suas origens históricas no campesinato; porém ela é uma superação das formas camponesas. A rigor, o campesinato representa um modo de vida, e, quanto mais esse modo de vida vai sendo transformado pela sua crescente interação com a sociedade capitalista, vai levar ao desaparecimento desse modo de vida e ao surgimento de uma agricultura familiar "mercantilizada".

As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social (ABRAMOVAY, 1992 p. 117).

No Brasil, até o final da década de 1920, o dinamismo da economia brasileira em quase todos os estados dependia, essencialmente, do desempenho da agricultura de exportação. Com a Grande Depressão Econômica dos anos 1929 a 1933 e a Revolução de 1930, houve uma queda nas exportações agrícolas e um movimento de diversificação produtiva, com crescimento da produção interna de alimentos e matérias-primas. Isso motivou uma mudança na economia nacional, que passa a residir na capacidade produtiva e de consumo interno. Até a década de 1960, os agricultores familiares, no Brasil, utilizavam adubação orgânica e tração animal para desempenhar suas atividades agrícolas.

No Brasil, de acordo com Andrades e Ganimi (2007), só foi possível ao agricultor ter acesso aos pacotes tecnológicos por meio da ampliação do crédito com parcerias intergovernamentais, ou seja, o governo liberava o crédito aos agricultores para que estes pudessem financiar os pacotes. O Brasil é um país de base agrária e, com a adoção ideológica da Revolução Verde, ocorreu a intensificação da competitividade, do lucro e a união entre agricultura e indústria.

Com a política de modernização agrícola, a agricultura brasileira foi intensamente reformulada a partir da década de 1960. Os agricultores familiares que não conseguiam se adaptar às novas técnicas de produção e não atingiam a produtividade suficiente para se manterem na atividade abandonavam o meio rural. Outros agricultores familiares se endividavam devido a empréstimos bancários solicitados para a mecanização das atividades agrícolas, tendo como única forma de pagamento da dívida a venda da propriedade rural aos produtores capitalizados.

Dessa forma, os agricultores familiares perdiam, cada vez mais, as suas terras para o grande empresário rural ou para o agronegócio. Além da sua terra, perdiam também as suas técnicas de trabalho, pois a Revolução Verde utiliza agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas e máquinas. Assim, não houve condições para que os agricultores familiares competissem com quem tinha mais recursos para investir em pacotes tecnológicos advindos de uma lógica global. De acordo com Lamarche (1997, p.184), parte dos agricultores familiares foi “excluído do processo de modernização, conservando muitas de suas características tradicionais: a dependência em relação à grande propriedade, a precariedade do acesso aos meios de trabalho, a pobreza e sua extrema mobilidade social”.

Por outro lado, de acordo com Lamarche (1997), os agricultores familiares que se modernizaram continuaram a assumir a propriedade fundiária e a dependência penosa e ambígua do trabalho assalariado, que se constitui geralmente de um ordenado pago à força de trabalho local. Dentre vários aspectos negativos da Revolução Verde no Brasil, de acordo com

Grossi e Silva (2002), vivenciados nas décadas de 1970 até 1990, destaca-se o êxodo rural, ocorrido devido ao processo de modernização da agricultura, dificultando o trabalho na agricultura familiar.

As atividades agrícolas, que antes eram executadas por várias pessoas, passaram a ser realizadas por poucas, deixando muitas sem trabalho. Outro aspecto foi a baixa competitividade motivada pelo baixo poder de barganha das propriedades de nível familiar, obrigando muitos desses agricultores familiares a venderem suas terras para se aventurarem nos pequenos, médios e grandes centros urbanos ou sendo obrigados a viverem em condições de miséria, abandonados pelos programas excludentes de incentivo à modernização da agricultura.

O mesmo processo que gerou a exclusão e o abandono do meio rural das famílias de agricultores também foi responsável pelo surgimento de outra dinâmica no meio rural. Essa dinâmica apontou caminhos que poderiam ser considerados a solução para uma permanência digna dos agricultores familiares no meio rural. Assim, segundo Schneider (2005), nos anos de 1990 surgiu a legitimação e a proeminência da agricultura familiar, que buscava, nos espaços políticos, firmar-se como categoria social estratégica no processo de desenvolvimento rural sustentável.

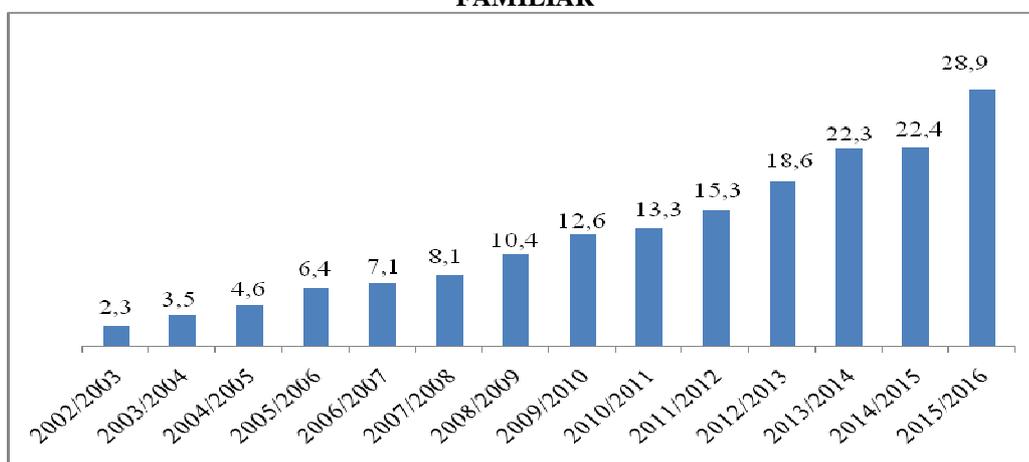
A partir de então, os agricultores familiares sofreram grandes mudanças no seu sistema produtivo com a abertura do comércio internacional na década de 1990. Os agricultores familiares não podem mais restringir-se às atividades produtivas, e a “sua afirmação econômica não estava mais apenas da porteira para dentro, mas supunha um profundo conhecimento do mercado com o qual se relacionavam” (Abramovay, 1998, p. 60), precisam conhecer seus clientes, bem como os potenciais nichos de mercado.

Nesse sentido, Grisa (2012) lembra que ainda é muito recente a denominação agricultura familiar no Brasil. No início da década de 1990, não havia nenhum tipo de política pública específica, com abrangência nacional, voltada para o financiamento do segmento social formado pelos agricultores familiares no Brasil. Reforça que, naquela época, os agricultores familiares eram considerados miniprodutores para efeito de enquadramento no Manual de Crédito Rural - MCR. Com isso, para obter um empréstimo, além de disputarem o crédito com as demais categorias, eram obrigados a seguir a mesma rotina bancária que tinha o perfil voltado para o grande produtor rural.

O primeiro reconhecimento de política pública no Brasil, voltada à agricultura familiar, teve início no ano de 1994, intitulado Programa de Valorização da Pequena Produção Rural - PROVAP, que consistia, basicamente, em uma linha de crédito que

beneficiava os agricultores familiares classificados de acordo com o tamanho das propriedades e o tipo de mão de obra utilizada na produção. Embora o PROVAP tenha tido alcance reduzido, ele foi o embrião do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, criado por meio do decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996. Após sucessivos aprimoramentos nos seus objetivos, lógica de funcionamento e ajustes nas normas para enquadramento de agricultores familiares, o PRONAF obteve a abrangência e alcance nacional, que o coloca como a mais importante política de desenvolvimento rural direcionada aos agricultores familiares no Brasil atualmente. Na Figura 6, consta o Plano de Safra e o desenvolvimento das disponibilidades de recursos financeiros em bilhões de reais das safras de 2002/2003 a 2015/2016.

FIGURA 6: RECURSOS EM BILHÕES DE REAIS, DIPONIBILIZADOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR



Fonte: elaborado pela autora, 2016 com base nos dados do MDA, 2016.

A Figura 4 demonstra a evolução dos recursos em bilhões de reais, disponibilizados exclusivamente para a agricultura familiar. O Plano de Safra da agricultura familiar 2015/2016 disponibilizou R\$ 28,90 bilhões, ou seja, 22,49% maior que o Plano Safra 2014/2015. O PRONAF disponibiliza 11 linhas de financiamento e algumas linhas específicas para as mulheres agricultoras. Outro marco notório para a agricultura familiar brasileira foi a edição do Censo Agropecuário (2006), norteado pela lei que define o que é agricultura familiar para fins de formulação das políticas públicas para essa categoria.

Os Art. 1º até Art. 3º da lei nº 11.326/2006 consideram também os Empreendimentos Familiares. A legislação prevê que 30% da merenda escolar deve ser adquirida dos empreendimentos familiares, o que visa gerar renda para os empreendimentos locais, racionalizar a questão de logística e promover renda sustentável. Para a implementação do empreendimento familiar, a legislação preconiza que 70% da matéria-prima devem ser oriunda das propriedades rurais.

A relevância da agricultura familiar para a produção de alimentos no Brasil foi apontada pelo Censo Agropecuário (2006), evidenciando que, aproximadamente, 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do País são da agricultura familiar. Em termos absolutos, são 4.367.902 estabelecimentos agropecuários. Entretanto, a área ocupada pela agricultura familiar é de apenas 80.250.453 ha, o que corresponde a 24,3% da área total ocupada por estabelecimentos rurais. Isso revela uma concentração fundiária e uma distribuição desigual de terras no Brasil. Quando se realiza uma média do tamanho das propriedades familiares e não familiares, tem-se respectivamente, 18,37ha e 309,18ha. Ou seja, é uma enorme diferença entre minifúndio e latifúndio.

Na Tabela 2, mostra-se a importância da contribuição da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil. Dos dez alimentos de base alimentar humana no Brasil, apenas dois ficam entre 20% e 30% de produção. Os demais superam esses percentuais, o que reforça a necessidade de reconhecimento da relevância do papel da agricultura familiar no País. Outro fato que chama a atenção na Tabela 2 é a produção de leite pela agricultura familiar, atingindo o percentual de 58%.

TABELA 2: PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

PRODUTO	PARTICIPAÇÃO
Mandioca	87,0%
Feijão	70,0%
Suínos	59,0%
Leite	58,0%
Aves	50,0%
Milho	46,0%
Café	38,0%
Arroz	34,0%
Bovinos	30,0%
Trigo	21,0%

Fonte: elaborado pela autora, 2016, com base de dados - Censo Agropecuário (2006).

Considerando-se a notória contribuição da agricultura familiar na produção de alimentos, reflete-se sobre questões adjacentes a este fato: a falta de infraestrutura para esses agricultores que tanto os diferencia do meio urbano. A agricultura familiar no Brasil é elemento decisivo para que haja a cobrança social na oferta racionalizada de serviços de transportes, de educação, de comunicações, de eletricidade, entre outros para que se reduzam as diferenças entre a vida social na cidade e no meio rural. Conforme Abramovay (2003), essa condição é básica para que o meio rural passe a funcionar como manancial de possibilidades na luta contra a exclusão social e haja o reconhecimento dos agricultores familiares como classe social.

Desse modo, fica evidente que, na agricultura familiar, a comercialização de sua produção ocorre no município ou região, pois a área de terras destinadas à produção é pequena. O modo de vida dos agricultores familiares estimula a cooperação comunitária, o respeito pelos recursos naturais e pela diversidade de culturas. Nessa análise, constatou-se que, muitas vezes, foi necessário que o agricultor familiar adaptasse e aperfeiçoasse suas atividades secundárias, já desenvolvidas na propriedade rural, a fim de torná-las a principal fonte de renda, e incentivando-o à permanência com dignidade no meio rural. Um exemplo disso é a produção leiteira no Vale do Taquari. Portanto, é fundamental refletir sobre a importância econômica e social da cadeia produtiva do leite.

4 A RELEVÂNCIA SOCIECONÔMICA DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE

Neste capítulo, busca-se mostrar a importância socioeconômica da cadeia produtiva do leite, principalmente pela sua capacidade de estabelecer relações com outras cadeias produtivas. A produção de leite abrange o mercado nacional e internacional e possui reconhecimento econômico e social entre os agricultores familiares como fonte de trabalho e renda, e o cooperativismo é um meio para que o agricultor familiar acesse o mercado. Portanto, torna-se necessário, em primeiro lugar, apontar a posição do Brasil no mercado nacional e internacional na qualidade de produtor de leite. Na sequência, explicita-se a relevância da agricultura familiar e o cooperativismo na produção de leite.

Conforme dados do Instituto de Pesquisa em Alimentos e Políticas Agrícolas - (FAPRI, *Food and Agricultural Policy Research Institute*, 2016), o Brasil ocupa o sexto lugar entre os onze países com maior produção de leite no mundo. Na Tabela 3, mostra-se a quantidade de produção e a variação nos últimos dez anos.

TABELA 3: PRODUÇÃO TOTAL DE LEITE - VARIAÇÃO NO PERÍODO

Produtor/País	Produção total de leite milhões toneladas			Produção de leite por vaca Toneladas		
	2006	2016	Variação %	2006	2016	Variação %
União Europeia	130,5	129,6	(0,66)	5,68	6,30	10,92
Estados Unidos	82,5	92,7	12,40	9,05	10,51	16,17
Índia	39,1	46,7	19,54	1,02	1,11	8,20
China	34,9	58,0	66,14	2,30	3,03	31,61
Rússia	32,2	38,5	19,78	3,25	3,92	20,69
Brasil	24,7	34,2	38,17	1,64	2,34	42,46
Nova Zelândia	15,3	18,2	18,81	3,71	4,10	10,44
Argentina	10,3	14,3	39,43	4,79	5,57	16,38
Austrália	10,2	12,6	28,83	4,99	5,46	9,35
México	9,9	11,4	14,00	4,54	5,18	14,02
Canadá	7,7	7,6	(2,47)	7,41	8,54	15,32

Fonte: elaborado pela autora/2016, com base no FAPRI, 2016.

Na Tabela 3, evidencia-se que mesmo com um crescimento de 38,17% na produção de leite, em milhões de toneladas, e uma variação crescente de 42,46% na produção de leite por vaca, o Brasil fica à frente apenas da Índia. Isso serve de alerta para verificar a forma de produção de leite no Brasil e a estruturação da sua cadeia produtiva, que ainda carecem de mais estímulos e políticas públicas direcionadas ao segmento lácteo.

De acordo com a Associação de Produtores de Leite (2015), a pecuária leiteira no Brasil iniciou em 1532, quando a expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza trouxe da Europa para a então colônia portuguesa os primeiros rebanhos. Durante quase cinco séculos de existência, a atividade caminhou morosamente, sem grandes evoluções

tecnológicas. A partir das décadas de 1940 e 1950, com a industrialização no País, a pecuária leiteira começou a alcançar valor comercial.

De acordo com Souza (2014), o governo federal atuou de maneira intervencionista no mercado brasileiro de produtos lácteos durante o período de 1945 a 1991, tabelando o preço do leite no País. A intenção era garantir o abastecimento de leite barato no mercado interno nos períodos de safra e entressafra, nos quais o governo federal importava leite em pó a fim de garantir o abastecimento do mercado interno. O controle era exercido principalmente sobre o leite tipo C⁹, cujo preço era tabelado. O leite em pó tinha o seu preço controlado pela relação consumo versus custos de produção. Já os leites tipos A¹⁰ e tipo B¹¹ tinham os seus valores liberados. Nesse período, as cooperativas agropecuárias, com planta processadora, e outras empresas de laticínios nacionais, operavam principalmente na produção e comercialização do leite pasteurizado¹². As empresas multinacionais dominavam o mercado de derivados lácteos e a produção do leite em pó.

No período de 1945 a 1991, houve uma grande sazonalidade da produção láctea, com períodos de super oferta e períodos de escassez do produto. Assim, geravam-se altos custos pela estocagem do produto e pelos custos operacionais dos períodos ociosos. Na década de 1980, o Brasil foi abalado por diversas crises econômicas, o que resultou em um Produto Interno Bruto – PIB, baixo e inflação alta. Com a crise da década de 1980 diminuíram os recursos para investimento na atividade pecuária, a demanda por leite caiu, havendo retração na produção leiteira e o consequente aumento das importações. Assim, nos anos de 1980, os maiores prejudicados foram as cooperativas agropecuárias com planta processadora, que haviam investido no leite pasteurizado.

⁹ Leite tipo C: a ordenha pode ser manual ou mecânica. O leite pode ser armazenado em tanques não refrigerados antes de seguir para a indústria de laticínio, onde será pasteurizado e envasado. Deve ser entregue na indústria de laticínio até às 10 horas da manhã do dia da ordenha. Oferece um padrão microbiológico de até 350 mil bactérias/ml (MAPA, 2013).

¹⁰ Leite tipo A: leite produzido com alta exigência sanitária é retirado pela ordenha mecânica, indo direto para um tanque, onde é aquecido até 70°C em seguida resfriado a -75°C. Os processos de produção, beneficiamento e envasamento são realizados na propriedade rural, e o contato humano é minimizado, garantindo, dessa forma, menor probabilidade de contaminação. Oferece um padrão microbiológico de até 10 mil bactérias/ml (MAPA, 2013).

¹¹ Leite tipo B: diferencia-se pelo fato de os processos de pasteurização e de envasamento poderem ser realizados em laticínio ou na propriedade rural. Assim, esse tipo de leite tem maior possibilidade de contaminação e menor durabilidade que o leite tipo A. Oferece um padrão microbiológico de até 50 mil bactérias/ml. Deve ser refrigerado logo depois da ordenha e atingir a temperatura máxima de 7°C até três horas depois de sua entrada no resfriador; além disso, deve permanecer na propriedade rural no máximo 48 horas desde a ordenha (MAPA, 2013).

¹² Leite pasteurizado: compreende o processo de pasteurização, leite do tipo A, B e C (MAPA, 2013).

Conforme Souza (2014), a produção de leite nacional até a abertura econômica no Brasil (1990) era regionalizada e fragmentada, e a maior parte do leite industrializado destinava-se à produção do leite tipo C, embalado em saquinho de plástico (barriga mole). A validade do leite envasado em saquinhos plásticos não tende a ser muito grande, em torno de cinco a sete dias, e por causa desse fator se torna quase impossível transportá-lo para mercados que estejam além dos regionais. De acordo com Benetti (2004), na década de 1990, houve a expansão de empresas multinacionais do segmento lácteo, que adquiriram cooperativas agropecuárias que, em sua maioria, estavam em dificuldades econômicas. Dessa forma, intensificou-se a concorrência interna do setor de lácteos, o que, conseqüentemente, contribuiu para a modernização do setor.

Com o fim do tabelamento do preço do leite na década de 1990 e a grande invasão das empresas multinacionais no mercado nacional de produtos lácteos, houve modificações no setor. De acordo com Souza (2014), a principal mudança foi a viabilidade da embalagem longa vida¹³, a *tetra pak*, que aumentou o tempo de validade do produto de cinco a sete dias do saquinho plástico, para cerca de 120 dias. Esse fato tornou possível que as cooperativas atuassem em mercados nacionais e até mesmo internacionais, deixando de serem limitadas aos regionais. Outra mudança foi a diversificação no *mix* de produtos e a especialização da gestão das cooperativas. A diversificação ocorreu mediante investimentos em inovações no segmento de iogurtes, bebidas lácteas, doces de leite e queijos, e é realizada principalmente pelas cooperativas que veem nesses produtos uma linha para substituir o mercado perdido do leite em embalagem de saquinho plástico.

A produção leiteira no Brasil, conforme a Embrapa (2015), desenvolveu-se muito para suprir a necessidade de abastecimento das indústrias processadoras, cooperativas e/ou laticínios. Assim, o leite e seus derivados desempenham um papel relevante no suprimento de alimentos e na geração de emprego (trabalho) e renda para a população urbana e rural em todos os estados brasileiros. A atividade leiteira sempre esteve presente na agricultura familiar do RS, como atividade secundária, porém, com a crise da suinocultura na década de 1950/1960, com a modernização de agricultura na década de 1960 e o processo de industrialização e urbanização, a demanda por produtos lácteos foi ampliada, possibilitando a sua evolução.

¹³ Embalagem longa vida: foi desenvolvida pelo grupo Tetra Pak, em 1961, mas só veio a ganhar destaque a partir da década de 1990, com a desregulamentação do setor de lácteos no Brasil (IBGE, 2015).

Desse modo, a produção leiteira tornou-se uma alternativa de produção para a agricultura familiar. De acordo com Schneider (1999), a produção de leite nas regiões próximas da capital do Estado, como é o caso do Vale do Taquari, passou por três fases distintas. A primeira fase iniciou por volta de 1940 até meados de 1960. A segunda começou nos anos de 1960 e foi até o final da década de 1970. E a terceira fase iniciou em 1980, agravando-se na década de 1990 com a abertura comercial, sobretudo com o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, com a desregulamentação dos produtos lácteos e o avanço da globalização. Além disso, no primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994 a 1998), foi implantado o Plano Real, com taxa de câmbio valorizada, o que facilitou a importação e prejudicou a produção interna de leite. Em 1999, mudou o regime cambial e houve depreciação do real, o que beneficiou a produção leiteira.

As mudanças mercadológicas e sanitárias no segmento lácteo alteraram profundamente as condições de funcionamento de diversas cadeias agroindustriais, inclusive a cadeia produtiva do leite. As indústrias de laticínios e as cooperativas com planta processadora estabeleceram exigências mínimas de escala e qualidade de produção de leite, período em que muitos agricultores familiares de pequeno porte foram excluídos do mercado. Porém, o setor pecuário gerava efeitos espaciais, e os agricultores familiares perceberam o que seus vizinhos estavam produzindo e interagiram com eles. De acordo com Almeida (2005), as atividades agrícolas dependem de recursos naturais concentrados no espaço geográfico, por isto, a produção de leite ocorre na forma de agrupamentos (*clusters*), espalhados pelo espaço econômico.

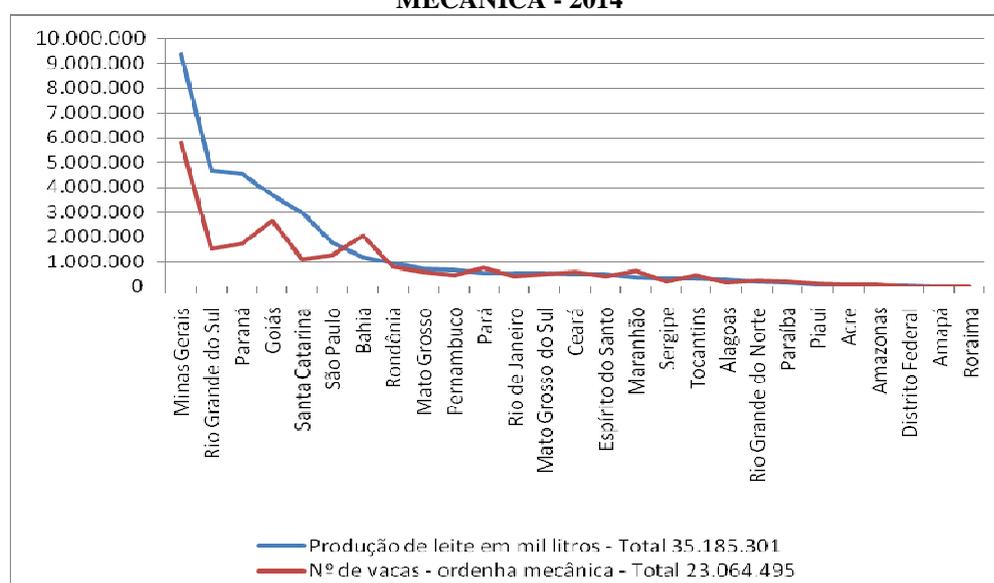
Nesse sentido, os agricultores familiares que se organizaram e conseguiram adequar a sua produção de leite às novas exigências do mercado fortaleceram as cooperativas agropecuárias, que também tiveram que se adaptar para competir no mercado. Conforme o IBGE (2015), a partir dos anos 2000, o Brasil vem apresentando aumento gradativo na produção leiteira, conforme mostra a Tabela 4.

TABELA 4: PRODUÇÃO LEITEIRA - BRASIL

Ano	Produção (em mil litros)
2005	24.620.859
2006	25.398.219
2007	26.137.266
2008	27.585.346
2009	29.085.495
2010	30.715.460
2011	32.096.214
2012	32.304.421
2013	34.255.236
2014	35.185.301

Fonte: elaborado pela autora/2016, com base na pesquisa pecuária IBGE, 2015.

A Tabela 4 mostra o Brasil como um produtor de leite que a cada ano vem se solidificando no mercado lácteo. A produção de leite está presente em todos os estados brasileiros e seus derivados são produtos com valor comercial reconhecido mundialmente. Porém, a produção de leite não é homogênea em todos os estados brasileiros, conforme o demonstra Figura 7:

FIGURA 7: PRODUÇÃO DE LEITE EM MIL LITROS E NÚMERO DE VACAS - ORDENHA MECÂNICA - 2014

Fonte: elaborado pela autora/2016, com base na pesquisa pecuária IBGE, 2015.

No ano de 2014, a produção de leite no RS alcançou o segundo lugar no *ranking* de produção no Brasil. Distribuída por todo o território, ela provém, em sua maioria, da agricultura familiar, sendo, muitas vezes, a sua principal fonte regular de recursos, o que mostra a sua importância econômica e social. A Tabela 5 mostra que o RS ainda possui carência em tecnologia na produção leiteira, mesmo ocupando o segundo lugar no *ranking* de

produção de leite; em número de vacas (cabeças) ordenhadas mecanicamente, cai para o quinto lugar no *ranking* no País.

TABELA 5: PRODUÇÃO DE LEITE EM MIL LITROS E NÚMERO DE VACAS - ORDENHA MECÂNICA – 2014

Estados Brasileiros	Ordem classificação	Produção de leite em mil litros	Ordem classificação	Número de vacas -ordenha mecânica
Minas Gerais	1º	9.367.470	1º	5.808.524
Rio Grande do Sul	2º	4.684.960	5º	1.544.072
Paraná	3º	4.543.614	4º	1.723.996
Goiás	4º	3.684.341	2º	2.658.373
Santa Catarina	5º	2.983.250	7º	1.107.263
São Paulo	6º	1.776.563	6º	1.287.509
Bahia	7º	1.212.091	3º	2.068.800
Rondônia	8º	940.621	8º	773.079
Mato Grosso	9º	721.392	12º	580.254
Pernambuco	10º	656.673	14º	470.478
Pará	11º	554.195	9º	742.821
Rio de Janeiro	12º	540.056	16º	421.460
Mato Grosso do Sul	13º	528.738	13º	517.385
Ceará	14º	494.024	11º	580.358
Espírito do Santo	15º	485.685	17º	419.488
Maranhão	16º	393.030	10º	623.347
Sergipe	17º	345.020	19º	235.303
Tocantins	18º	325.145	15º	467.669
Alagoas	19º	304.674	21º	161.462
Rio Grande do Norte	20º	232.338	18º	257.044
Paraíba	21º	170.479	20º	213.958
Piauí	22º	79.957	22º	139.980
Acre	23º	51.921	24º	81.342
Amazonas	24º	51.337	23º	110.518
Distrito Federal	25º	34.767	26º	23.413
Amapá	26º	11.670	27º	13.941
Roraima	27º	11.290	25º	32.658
TOTAL		35.185.301		23.064.495

Fonte: elaborado pela autora/2016, com base na pesquisa pecuária IBGE, 2015.

Esses dados evidenciam que há carência de investimentos nas propriedades rurais para se tornarem competitivas no segmento lácteo: investimentos em eletrificação rural, melhoria das estradas para facilitar a aquisição de insumos e o escoamento da produção, treinamento aos agricultores em boas práticas de manejo e melhores controles sanitários. Esses são alguns problemas enfrentados pela maioria dos agricultores familiares produtores de leite. Além dessas, há outras questões que devem ser consideradas, pois a atividade leiteira envolve diversos segmentos econômicos, dentre os quais, a indústria de implementos agrícolas, insumos, o próprio agricultor e também o comércio. Assim sendo, não é possível falar sobre o leite sem citar a sua cadeia produtiva, que está interligada de forma global.

4.1 Caracterização da cadeia produtiva do leite

A cadeia produtiva do leite se caracteriza como um sistema composto por vários setores econômicos que, entre si, estabelecem diferentes relações, articulados em um processo produtivo. Conforme Viana e Ferras (2007), a cadeia produtiva do leite envolve toda a atividade de produção e comercialização e, no seu decorrer, o leite é processado para que lhe seja agregado valor. Em relação à expressão cadeia produtiva, Hansen (2004) diz que essa expressão se origina do francês *filière*, fileira, e pode ser conceituada como:

uma sucessão de operações de transformações dissociáveis, capazes de ser separadas e ligadas por um encadeamento técnico, um conjunto de relações comerciais e financeiras que estabelecem, entre todos os estados de transformação, um fluxo de troca. Situado de montante a jusante, entre fornecedores e clientes, um conjunto de ações econômicas que presidem a valoração dos meios de produção e asseguram a articulação das operações. (HANSEN, 2004, p.28).

Com uma cadeia produtiva bem organizada e coordenada, é possível dar respostas rápidas e mais eficientes às necessidades do consumidor que é, de fato, a fonte inicial e principal de informações para toda a cadeia: o que, quanto, como e a que custos produzir. Possibilita também qualificar o fluxo das transações que ocorrem ao longo da cadeia, remover os gargalos e reduzir os chamados custos de transação, tornando todo o sistema mais eficaz e mais competitivo. A organização da cadeia produtiva do leite, de acordo com Brum *et al* (2014), abrange quatro grandes áreas.

A primeira, são áreas relacionadas à produção, com os produtores de insumos, máquinas, implementos e todos os serviços de apoio que possibilita ao agricultor um bem para gerar sua produção por meio da utilização de seus fatores de produção. Na sequência, encontra-se o sistema produtivo, que irá utilizar esses insumos para realizar a produção em si — sistema em que estão inseridos os agricultores. Em terceiro lugar se tem a indústria de transformação da produção (agroindústria ou cooperativa com planta agroindustrial), que transforma o produto bruto em condições de ser usado pelo consumidor. Por fim, encontra-se o bloco de distribuição, que envolve ainda o atacado e o varejo, além de diversos serviços de apoio que são necessários para propiciar a comercialização do produto ao consumidor final.

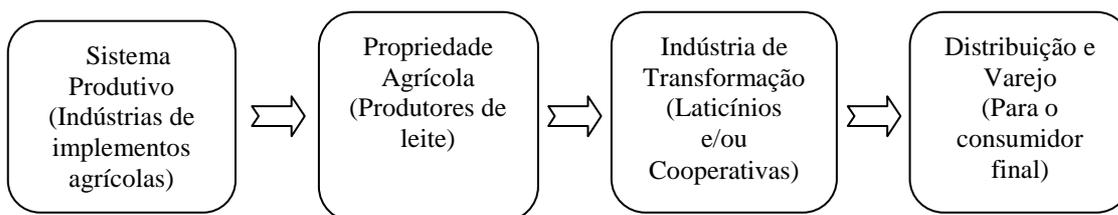
Assim, de acordo com Canziani (2003), a cadeia produtiva do leite é formada por um conjunto de atores que interagem entre si; e o início dessa cadeia acontece com a produção de insumos, da qual fazem parte empresas fabricantes de matéria-prima, equipamentos, crédito, serviços e pesquisa. O elo seguinte refere-se à produção leiteira, que envolve os agricultores, os animais, o desenvolvimento genético, a qualidade e o preço do leite. A indústria láctea

representa o terceiro elo dessa cadeia, e inclui as empresas que transformam a matéria-prima, além daquelas responsáveis pela logística do recolhimento do leite e distribuição dos produtos industrializados. O último elo da cadeia produtiva do leite é o consumidor, que adquire o leite e os produtos dele derivados.

Desse modo, a cadeia produtiva do leite exibe interação, sendo que, em determinados momentos, um ou outro elo possui certa dominância sobre os demais, o que ocorre pela sua força e pelo seu poder de mercado. Na cadeia produtiva do leite, o elo mais forte é o da indústria ou cooperativa processadora, tanto pelo seu tamanho em relação aos outros elos quanto pelo domínio da informação. De acordo com Viana e Ferras (2007), todos os elos da cadeia produtiva do leite têm a sua importância, mas o elo referente à indústria de transformação merece uma atenção especial. Isso porque é nele que o leite *in natura* recebe algum tipo de processamento, tornando-se um produto, por exemplo, o UHT (leite longa vida) e o leite em pó, ou é pasteurizado para alimentar a produção de derivados — queijos e bebidas lácteas, entre outros.

Portanto, é no elo da industrialização que há o processo de transformação com agregação de valor, tendo-se a referência tanto para a precificação do produto final ao mercado consumidor quanto para a remuneração dos elos anteriores da cadeia. Na Figura 8, apresentam-se as quatro grandes áreas de atividades da cadeia produtiva do leite. Brum (2012) ratifica que a cadeia produtiva do leite é um conjunto de atividades econômicas e sociais que se articulam progressivamente desde o início do produto até o consumidor final.

FIGURA 8: GRANDES ÁREAS DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE



Fonte: elaborado pela autora/2016, com base em Brum, 2012

De acordo com Canziani (2003), na cadeia produtiva do leite, na primeira área, encontra-se o sistema produtivo que envolve a indústria de implementos agrícolas, insumos, máquinas, entre outros que são fornecedores dos agricultores produtores de leite. Na segunda área estão os produtores especializados ou não, familiares ou não, grandes propriedades agrícolas ou pequenas propriedades agrícolas produtoras de leite. A terceira área consiste na indústria de transformação, que processa e agrega valor ao produto: o leite e/ou derivados do leite. E na última área encontra-se a distribuição e varejo, ou seja, o responsável pela coleta e distribuição ao consumidor final.

As quatro grandes áreas da cadeia produtiva do leite, conforme Canziani (2003), permitem que se tenha uma visão de cada área e a compreensão da dinâmica da cadeia produtiva do leite, principalmente para entender os impactos decorrentes de ações internas e externas, respectivamente. Assim, pode-se:

- a) visualizar a cadeia de forma integral;
- b) verificar as debilidades e potencialidades;
- c) identificar os gargalos e elementos faltantes; e
- d) perceber os fatores condicionantes de competitividade em cada segmento.

Batalha (2007) complementa a interligação das grandes áreas da cadeia produtiva, que é um sistema formado por um conjunto de setores econômicos, que estabelecem entre si significativas relações de troca, de compra e de venda. Articulados de forma sequencial no processo produtivo, esses setores envolvem toda a atividade de produção e comercialização do produto (leite), de modo que, no decorrer das atividades dessa cadeia, os produtos sejam crescentemente elaborados e agreguem valor ao produto final.

Nesse sentido, de acordo com Frederiq (2009), o processo da produção leiteira pode ser considerado uma sucessão de momentos produtivos de vários subsetores, integrados entre si. Começa pela produção dos insumos e dos equipamentos necessários à exploração leiteira — rações para o gado, máquinas para ordenha, entre outros. Esse subsetor se comunica com um segundo, o da produção leiteira propriamente dita, que, por sua vez, manda seu produto final, o leite cru, para a indústria de laticínio, que o pasteuriza e produz derivados, agregando valor. Depois, os produtos acabados são mandados para o setor de comercialização e, enfim, direcionados ao mercado consumidor. Frederiq (2009) denomina essa sucessão de operações de “ciclo do leite”.

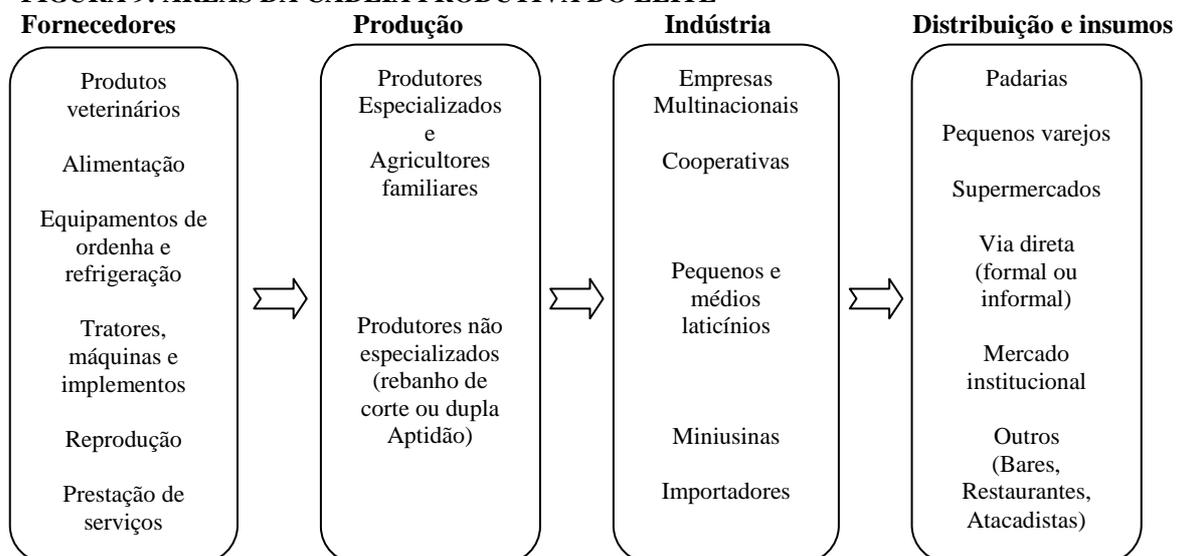
Nessa sucessão de operações, o elo principal é o produtor rural: ele é o responsável pela produção leiteira propriamente dita e, sem ele, os produtos lácteos nunca poderiam chegar até a mesa do consumidor. Porém, quase todos os insumos leiteiros disponíveis no mercado são extremamente concentrados: os mercados de rações, produtos veterinários, corretivos, fertilizantes, sementes e ordenhadeiras são liderados por poderosos oligopólios, o que assegura a essas empresas maior facilidade para impor suas condições de venda, preços, entre outros. Dessa forma, o agricultor familiar produtor de leite não consegue individualmente negociar com essas empresas multinacionais. A solução encontrada é fornecer o leite para uma indústria de laticínio ou ser cooperado de alguma cooperativa agropecuária que possua planta processadora.

A indústria de laticínio e/ou cooperativa consegue barganhar preço e prazo com as indústrias de implementos agrícolas e também com as empresas de distribuição do leite e derivados ao consumidor final. Dessa maneira, viabilizando a produção leiteira ao agricultor familiar, este fica dependente da indústria de transformação ou da cooperativa que lhe impõe as suas condições para a compra do leite. O agricultor familiar não consegue industrializar e agregar valor ao leite cru por falta de conhecimento e recursos financeiros e também porque o leite é um produto altamente perecível.

Dessa forma, o agricultor familiar produtor de leite se transforma no elo fraco da cadeia produtiva do leite. Cabe lembrar que, em muitos casos, as empresas multinacionais produtoras de insumos e equipamentos leiteiros teve sua expansão no Brasil, facilitada pelo Estado: este lhe assegurou isenções fiscais. Desse modo, o agricultor familiar é obrigado a adquirir os insumos e equipamento dessas empresas multinacionais, mesmo que por meio das cooperativas agropecuárias que revendem esses insumos e equipamentos agrícolas. Outra dificuldade enfrentada pelo agricultor familiar, conforme Souza (2014) era o preço do leite tabelado pelo governo federal durante o período de 1945 a 1991.

De acordo com Canziani (2003), o conhecimento dos fluxos das quatro grandes áreas da cadeia produtiva do leite é de suma importância para a viabilidade das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, visando à garantia de mercado e à comercialização da sua produção. Nesses fluxos, é possível identificar as limitações e os gargalos da atividade para avaliar quais indústrias de laticínios e/ou cooperativas oferecem melhores vantagens econômicas e sociais para a sua permanência na atividade leiteira, conforme se demonstra na Figura 9.

FIGURA 9: ÁREAS DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE



Fonte: Canziani, 2003, p. 52.

Na Figura 9, constam os principais fluxos que compõem a cadeia produtiva do leite, e sua estrutura, de acordo com Rodrigues (2012), é similar às demais cadeias do agronegócio. No que se refere aos elos de produção e transações típicas na cadeia, observa-se a presença dos seguintes elos de produção:

- a) fornecimento de insumos e equipamentos: os fornecedores de insumos são compostos pelas casas agropecuárias, que fornecem ração, insumos, sal, medicamentos, vacinas, seringas, sementes de capim e acessórios; pelos revendedores de máquinas, que vendem tanques de refrigeração, máquinas de ordenha e demais acessórios. As empresas fornecedoras de genética e tecnologia de produção animal — semens, fertilizações *in vitro*, embriões — são exemplos de empresas pertencentes a esse elo. Essas organizações oferecem insumos e tecnologia para a produção de leite e impactam o custo de produção, em função do seu poder de oligopólio;
- b) produção primária: genericamente, os produtores primários são classificados em dois grupos: especializados e não especializados. Especializados são os produtores de atividade intensiva, tendo a produção leiteira como principal atividade econômica da propriedade. Caracterizam-se por investimento em tecnologia de produção, investimento em genética superior e rebanhos especializados para a produção leiteira. Não especializados são os produtores rurais que adotam técnicas de produção rudimentares, pela criação extensiva, somente a pasto. Os produtores especializados apresentam excelente desempenho produtivo, em contrapartida, gerando altos custos de produção, o que os torna mais vulneráveis às situações de crise e ao preço baixo do leite no mercado.;
- c) processamento: são responsáveis pela captação e processamento do leite *in natura* e atuam diretamente no controle de qualidade do produto fornecido pelos produtores. Remuneram os produtores rurais conforme a qualidade do produto entregue, mediante análises laboratoriais da qualidade do leite, considerando desde volume entregue, qualidade do produto, presença de sólidos e teor de gordura do leite. Os processadores são classificados em empresas multinacionais, grupos nacionais, cooperativas agropecuárias e pequenos laticínios;
- d) distribuição: o setor de distribuição é o elo da cadeia responsável por fazer com que o leite, ou seus derivados, chegue à mesa do consumidor; é representado por supermercados, padarias e mercearias, no caso do varejo, e por atacadistas; no Brasil, o setor varejista de alimentos, representado sobretudo pelos supermercados, exerce

forte poder sobre as agroindústrias, determinando a margem de comercialização do produto em muitos casos. Podem ser identificados dois grupos distintos no segmento distribuidor: o formal, constantemente fiscalizado e sob as normas da vigilância sanitária e leis específicas do setor, e o informal, o qual está à margem dessa realidade, pois se esquia da fiscalização e monitoramento constante;

- e) consumidor Final: o consumidor de alimentos torna-se a cada dia mais exigente. O consumidor demanda tanto o leite fluido¹⁴, longa vida ou o pasteurizado quanto seus derivados — manteigas, queijos, iogurtes, entre outros.

A cadeia produtiva, ou o mesmo que *supply chain*, pode ser definida como um conjunto de empresas e/ou cooperativas ou sistemas que interagem em um processo produtivo para ofertar produtos ou serviços ao mercado consumidor. Conforme Rodrigues (2012), em razão da globalização, evolução dos mercados consumidores e avanços tecnológicos de processos produtivos e dos ferramentais de gerenciamento, a importância da cadeia produtiva tem se aprimorado. Especificamente para matérias-primas agroalimentares e derivados, principalmente a cadeia produtiva do leite pode ser visualizada como a ligação e a inter-relação de vários elementos segundo uma lógica para ofertar ao mercado *commodities* agrícolas processados.

Para conseguir competir no mercado, o agricultor familiar, de acordo com Brum (2012), precisa compreender três princípios básicos. Primeiro, precisa identificar de que modo o sistema é composto, ou seja, como ele funciona, o que facilita a análise das estratégias. O segundo, consiste em entender a influência do esquema global sobre cada componente da cadeia produtiva. E o último princípio é o dos processos de estruturação da cadeia produtiva. Essa análise é importante, pois as inovações tecnológicas modernas alcançaram distintos segmentos rurais e estão presentes, em grau diferenciado, em quase todas as unidades de produção e são responsáveis pelos ganhos em produtividade.

A cadeia produtiva do leite é complexa e resulta em crescente divisão do trabalho e maior interdependência entre os agentes econômicos. De um lado, a cadeia produtiva do leite é criada pelo processo de desintegração vertical e especialização técnica e social. De outro lado, as pressões competitivas por maior integração e coordenação entre as atividades, ao longo da cadeia, ampliam a articulação entre os agentes, o que gera complexidade e contradições (EMBRAPA, 2015).

¹⁴ Leite fluido: conforme IN 62, o leite pasteurizado é o leite fluido elaborado a partir do leite cru refrigerado na propriedade rural, que apresente as especificações de produção, de coleta e de qualidade dessa matéria-prima contidas em Regulamento Técnico próprio e que tenha sido transportado a granel até o estabelecimento processador.

A configuração da cadeia produtiva do leite segue característica própria da região onde está inserida. Em cada município, cada estado, há uma configuração própria, conforme os agentes e instituições que atuam em cada cenário. Porém, de acordo com a Embrapa (2015), dez fatores envolvem o sistema produtivo de leite: estrutura do rebanho; clima; área; manejo; homem; vacas em lactação; máquinas; mercado; instalações e outros.

Estes fatores interferem no sistema produtivo do leite, podendo beneficiar ou prejudicar a produção de leite, conforme segue:

- a estrutura do rebanho consiste no número de vacas e novilhas e o percentual de vacas em lactação;
- o clima influencia diretamente a produção de leite com a oscilação de temperatura, chuvas e a formação de geadas;
- a área na propriedade, tipo de topografia, fertilidade e drenagem do solo e tipos de culturas forrageiras;
- o manejo com o gado leiteiro, que envolve o melhoramento sanitário, descarte e controle dos problemas com os animais.
- o proprietário deve possuir comprometimento, conhecimento e capacidade gerencial e de planejamento da propriedade rural;
- as vacas em lactação devem produzir leite com qualidade, para isto, devem estar bem nutridas, com conforto nas instalações e condições para a reprodução;
- as máquinas devem apresentar condições de uso, necessitam de manutenção, técnicos responsáveis pelo seu funcionamento;
- o mercado influencia, conforme a sua localização, a venda e a qualidade do leite e a compra de insumos.
- as instalações devem ser funcionais e adequadas e possuir dimensionamento, conforme a necessidade dos animais.

Há outros fatores a serem observados, além desses, que são os impostos, energia elétrica e transporte. Todos esses fatores influenciam, de uma ou outra forma, a cadeia produtiva do leite, que, muitas vezes, prejudicam o agricultor familiar produtor de leite. Esse produtor pode ter dificuldade de compreender a relevância desses fatores, inserido no mercado oligopolizado. Ou seja, que nesse processo existe grande quantidade de produtores de leite que tem o intuito de vender seu produto, e uma restrita proporção de compradores, que são as indústrias de laticínios ou cooperativas que processam e agregam valor ao leite e seus derivados. O agricultor familiar descapitalizado tem dificuldade em adequar-se ao

processo de modernização do sistema de produção leiteira exigido pelas grandes indústrias de laticínios.

Nesse sentido, o cooperativismo aparece como uma forma de organização que pode dar mais autonomia ao agricultor familiar, possibilitando-lhe a disponibilidade de financiamentos para investimentos, além da implantação de estratégias que lhe permitam maior renda com a produção de leite a custo baixo. Desse modo, a cadeia produtiva do leite desperta um interesse especial pela sua capacidade de estabelecer relações com outras cadeias produtivas, por sua relevância comercial e por sua importância social. Conforme Zylberstajn (2000), na cadeia produtiva do leite deve-se considerar também a existência dos ambientes: institucional, organizacional e empresarial.

O ambiente institucional é constituído pelas leis federais, estaduais e municipais, além dos costumes, cultura, etnia e tradições, fatores esses que diferenciam a sociedade, e esta é capaz de envolver e influenciar o ambiente organizacional que envolve as políticas setoriais, refletindo-se na modernização do setor, nas inovações tecnológicas e no comportamento do mercado. O ambiente organizacional compõe-se de estruturas criadas para dar suporte ao funcionamento da cadeia produtiva que podem ser compreendidas por universidades, órgãos de pesquisa, normalização, fiscalização, associações, cooperativas, sindicatos e empresas. Essas organizações são constituídas por indivíduos que acreditam que as ações grupais são mais eficientes que as individuais. Dessa maneira, podem atuar de forma coordenada e coletiva, visando aos seus interesses e agir em um ambiente institucional que estabelece regras formais e informais que podem limitar ou desenvolver as ações das organizações.

O ambiente empresarial são os subsistemas internos das cooperativas e/ou empresas, representados pelos recursos humanos, materiais, financeiros, tecnológicos e pela gestão empregada no cotidiano das cooperativas e/ou empresas, e também nos procedimentos operacionais utilizados nos processos produtivos, o que se reflete no sistema de qualidade do leite. Ou seja, a cadeia produtiva do leite sofre influência e influencia tais ambientes, tanto no mercado externo quanto no interno. Desse modo, as configurações das cadeias produtivas seguem as características próprias de cada país, de cada estado e das regiões onde estão inseridas. E intervêm no modo de vida dos agricultores familiares e em suas relações sociais e econômicas com as cooperativas agropecuárias.

4.2 Agricultura familiar e o cooperativismo na produção de leite

A atividade leiteira sempre esteve presente na agricultura familiar, inicialmente como atividade secundária, depois como uma alternativa para gerar renda regular e trabalho. Para o

desenvolvimento na atividade leiteira, o agricultor familiar deve ter acesso ao mercado, o qual exige, cada vez mais, produtos de qualidade e com procedência comprovada. O agricultor familiar que tem dificuldade em se inserir no modelo de produção tecnificada busca como alternativa ser cooperado de uma cooperativa agropecuária.

De acordo com Zuge (2009), o sistema de certificação da cadeia de produtos agropecuários, no Brasil, segue um modelo produzido em outros países. O setor leiteiro preconiza requisitos de qualidade diversos e várias iniciativas já são empregadas para melhorar a remuneração em termos de qualidade do leite, avaliado por meio de ensaios laboratoriais. A avaliação de conformidade do leite tem um custo e, para o agricultor familiar, pode se tornar cara. Essa avaliação (análises laboratoriais) precisa da adoção de mecanismos auxiliares para possibilitar a sua inserção no sistema de certificação. Nesse caso, o agricultor familiar possui carência de técnicos capacitados para desenvolver a assistência técnica visando à adequação dos sistemas produtivos para cumprir as ações inseridas nas políticas públicas implantadas no País.

A primeira iniciativa de regulamentação da produção leiteira no Brasil foi por meio do decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952. Esse decreto instituiu o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RIISPOA, aplicado aos estabelecimentos que realizavam comércio interestadual ou internacional, tornando obrigatória a pasteurização do leite, a inspeção e o carimbo do Serviço de Inspeção Federal - SIF. Também introduziu a classificação dos tipos de leite, em função das condições sanitárias de sua obtenção, processamento, comercialização, durabilidade e contagem microbiana.

De acordo com o MAPA (2013), o RIISPOA foi parcialmente modificado algumas vezes desde sua publicação. Considerando a necessidade de atualização e ajustes na legislação, em 1998, o MAPA criou um grupo de trabalho formado por técnicos do governo e representantes de setores associados à cadeia produtiva do leite com o objetivo de propor e articular ações necessárias à modernização e ao aumento da competitividade deste setor e seus derivados no Brasil. Como resultado, em setembro de 2002, o MAPA publicou a Instrução Normativa 51 - IN 51, aprovando os Regulamentos Técnicos de Produção, Identidade e Qualidade do leite tipo A, tipo B, tipo C, do leite pasteurizado e do leite cru refrigerado. Em virtude da dificuldade do produtor de leite, inclusive do agricultor familiar, de se adequar aos novos padrões, a IN 51 foi substituída pela IN 62, de 29 de dezembro de 2011.

As iniciativas relacionadas à educação e à assistência técnica oferecidas pelas cooperativas aos seus cooperados, agricultores familiares produtores de leite se mostraram insuficientes, por falta de conhecimento, muitas vezes, do agricultor familiar que supunha que

a qualidade do leite era assegurada apenas com investimentos onerosos em tecnologia. Silva e Tsukamoto (2001) acreditam que é viável produzir leite de qualidade superior com tecnologia simples, disponível a um baixo custo.

Nesse sentido, o MAPA, em 2009, criou o programa de Produção Integrada de Sistemas Agropecuários – PISA, em parcerias público-privadas, cujo objetivo principal era promover o desenvolvimento agropecuário sustentável — em unidade básica de planejamento —, por meio de difusão de tecnologias sustentáveis e transformação do processo produtivo para obtenção de alimentos seguros, com qualidade, incluindo agregação de valor, competitividade, geração de emprego e renda e a permanência do agricultor familiar no meio rural.

A manutenção da agricultura familiar ocorre pelo modo com que ela interage com o capitalismo, e esta interação varia, assumindo formas heterogêneas e muito específicas. De acordo com Schneider (2006), a agricultura familiar tem certa autonomia em relação ao capital e se reproduz nessas condições. Apesar das novas tecnologias, as decisões são adotadas pela família, que leva em conta as condições materiais e do ambiente social e econômico que são determinantes e definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam ou não a sua sobrevivência social, econômica e cultural. A agricultura familiar possui significativos fatores que a limitam, conforme seus obstáculos naturais.

Cabe chamar a atenção para o fato de que a agricultura familiar possui particularidades que a diferenciam das demais atividades econômicas, em especial por suas potencialidades referentes à interdependência dos fatores de produção, propriedade e trabalho e pela sua capacidade de gerar renda no meio rural. Assim, a produção leiteira, especialmente nas pequenas propriedades familiares, significa uma oportunidade de gerar renda e uma forma de utilizar a mão de obra familiar. Conforme Silva e Tsukamoto (2001), o gado representa uma reserva de valor de fácil liquidez, o que acaba por criar condições concretas de permanência do agricultor familiar na atividade agrícola. Além do fato de a comercialização do leite produzir a entrada monetária mensal e o próprio produto e seus derivados servindo para consumo familiar, melhoram as suas condições de vida. Porém, a produção de leite possui características distintas conforme a região em que ela se desenvolve.

A atividade leiteira no Vale do Taquari foi desenvolvida pelos agricultores familiares e alcançou notoriedade econômica a partir da crise da suinocultura nas décadas de 1950/1960, como uma alternativa de trabalho e renda entre as atividades de produção de aves e suínos, que fomentou a agroindústria e, conseqüentemente, incrementou a atividade comercial. Conforme o Censo Agropecuário (2006), mais de 70% da produção de leite do Vale do

Taquari provinha de propriedades com, no mínimo, 10 e, no máximo, 49 vacas ordenhadas. Essa distribuição é similar à média do RS, onde, relativamente ao Brasil, predominavam propriedades leiteiras de menor porte, administradas por agricultores familiares.

Segundo o IBGE (2014), desde o início da abertura comercial e da desregulamentação do setor lácteo, a participação do Vale do Taquari na produção estadual de leite manteve-se oscilando entre 7,4% e 9,4%. Nos 36 municípios que compõem o Vale do Taquari, o número de vacas ordenhadas era superior a 100.000, o que equivalia a 6,9% do rebanho gaúcho. Nesse sentido, a produtividade média nos principais municípios produtores de leite, na região do Vale do Taquari, superava a média estadual (2.900 litros/vaca/ano) e o Vale do Taquari atingia 3.400 litros/vaca/ano.

O setor lácteo, no Vale do Taquari, conforme Feix *et al* (2015), enfrenta dificuldades, o que repercute nas relações socioeconômicas com os agricultores familiares. Parte dos laticínios envolveu-se na Operação Leite Compensado uma investigação do Ministério Público - que comprovou a alteração (fraude) no leite. Essa investigação do Ministério Público obrigou muitos laticínios a encerrar suas atividades ou arrendar suas plantas industriais, deixando passivos entre seus fornecedores e demitindo funcionários. Mesmo as cooperativas Cosuel, Languiru e outros laticínios que não foram alvo da operação sentiram seus reflexos. As investigações realizadas na Operação Leite Compensado evidenciaram a necessidade de maior fiscalização e transparência no controle de qualidade do leite.

A atividade leiteira, de acordo com Feix *et al* (2015), no Vale do Taquari, é fornecedora de matéria-prima para a indústria de lácteos: leite UHT, queijos, manteigas, iogurtes, entre outros. E também fornece matéria-prima para indústrias menores de produtos derivados de leite: queijos, sorvetes e outros gelados comestíveis.

FIGURA 10: COOPERATIVAS E EMPRESAS, QUE ATUAM NA ATIVIDADE DE LATICÍNIOS, NO VALE DO TAQUARI - 2015

Empresa/Cooperativa	Município	Produtos	Marca	Informações Adicionais
Bona Vita	Progresso	Queijos	Bona Vita	
BRF	Teutônia	Leite condensado, manteiga, aromatizados, leite em pó, UHT e especiais	Batavo e Elegê	Adquirida pelo grupo Lactalis. Operação aprovada pelo CADE em abril de 2015.
Cooperativa Languiru	Teutônia	Leite pasteurizado, leite UHT, queijos, doces de leite, requeijões, bebidas lácteas, natas, leite em pó, achocolatados	MiMi, Languiru, Fruitness, Efetive, Chocolan	O reingresso da Languiru no setor de lácteos ocorreu em 2005.
Cooperativa Cosuel	Encantado/ Arroio do Meio	Creme de leite, leite UHT, leite em pó, bebida láctea	Dália	Não encontradas
Cotrilac	Anta Gorda	Queijos, ricota, nata e bebidas lácteas	Latsul e Bella Estância	Não encontradas
Hollmann	Imigrante	Queijos, bebida láctea, creme de leite, leite UHT	Hollmann	Envolvida na Operação Leite Compensado.

Inovare-Pavlat	Paverama	Creme de leite, leite UHT	Pavlat	A Pavlat esteve envolvida na Operação Leite Compensado e, em março de 2015, teve pedido de aut falência aceito pela Justiça.
Lac Max	Marques de Sousa	Queijos, doce de leite, creme de leite e leite pasteurizado	Lac Max	Não encontradas
Lativale/Tangará Foods	Estrela	Compostos lácteos, leite condensado e creme de leite	Purelac, Nutricional e Lativale	Em 2011, a Tangará Foods comprou a Laticínios Vale do Taquari (Lativale). O principal objetivo da empresa foi verticalizar a produção.
LBR	Fazenda Vilanova	Leite UHT e leite em pó	Parmalat, Bom Gosto	Em recuperação judicial. Ativo adquirido pela Lactalis.
Promilk	Estrela	Leite resfriado		A empresa paralisou suas atividades em Estrela no mês de agosto de 2014 e está em processo de recuperação judicial. Em junho de 2016, anunciou a abertura de uma planta industrial de queijos no Município de Rondinha.
Quinta do Vale	Doutor Ricardo	Queijos	Quinta do Vale	Não encontradas
Cooperativa de Laticínios Gloria (Coolag)	Fazenda Vilanova	Laticínios	Não foi encontrada marca registrada	Não encontradas
VRS/Santa Rita Laticínios	Estrela	Leite B, leite C, leite UHT, iogurte, bebida láctea, queijo, doce de leite, nata	Latvida	A VRS esteve envolvida na Operação Leite Compensado. A Santa Rita Laticínios assumiu a planta industrial em março de 2014, porém, um ano depois, decretou falência, alegando ter sido afetada pela crise do setor. OBS.: A planta de Laticínios da VRS foi novamente arrendada, na localidade de Nova Santa Rita. O empreendimento agora passa a se chamar " Alimentos Estrela ", mas manterá a marca Latvida na fabricação de leite UHT (longa vida). A produção recomeçou no dia 08/09/2016.

Fonte: Feix *et al* (2015, p. 47).

Nota: Alguns dados foram consultados nos *sites* das indústrias de laticínios, 2016.

A Figura 10 identifica as principais cooperativas e empresas do Vale do Taquari que industrializam e comercializam produtos lácteos. Muitos desses estabelecimentos são de pequeno porte, estão cadastradas como agroindústrias familiares, além de grandes, médias empresas e as cooperativas Cosuel e Languiru, que atuam no segmento de laticínios. A maior parte desses laticínios utiliza o leite como matéria-prima para transformá-lo em produtos derivados com maior valor agregado, não se restringindo ao beneficiamento do leite para consumo humano. As indústrias de laticínios listados no Quadro 4 possuem atuação em diferentes mercados. A Brasil *Foods* - BRF e Lácteos Brasil - LBR possuem atuação global, que ofertam um amplo *mix* de produtos derivados do leite. Suas plantas industriais na região

cumprem um papel específico e determinado nas suas divisões de negócios de laticínios, aproveitando-se da disponibilidade de matéria-prima na região.

A Quinta do Vale, em 2011, alegando a escassez de matéria-prima na região do Vale do Taquari, decidiu investir na construção de uma nova planta no município catarinense de Itá, situado próximo à fronteira com o RS. A Tangará *Foods*, que recentemente adquiriu a planta industrial da Lativale (Estrela/RS) tem origem em Minas Gerais. As demais indústrias de laticínios são de origem local e suas unidades industriais estão voltadas para o desenvolvimento da região. Além das indústrias de laticínios de maior porte, as agroindústrias também atuam no Vale do Taquari e possuem como principal fornecedor de matéria-prima o agricultor familiar. Essas agroindústrias possuem instalações pequenas e ofertam linhas de produtos diversificadas ou especializadas principalmente em queijos e leite pasteurizado tipo C.

FIGURA 11: AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DO SETOR DE LATICÍNIOS NO VALE DO TAQUARI – 2013

Agroindústria	Município	Produtos
Primo Sole	Encantado	Queijos temperados
Agroindústria Ouro Branco	Encantado	Queijos
Estrelat	Estrela	Leite
Hachmann	Imigrante	Derivados de leite
Rancho Belo	Travesseiro	Leite e queijos
IMF	Nova Bréscia	Laticínios
Angelita F. de Oliveira	Nova Bréscia	Laticínios
Fiori D’Late	Pouso Novo	Leite
Deoclides José Batisti	Progresso	Queijos e leite
Agriborba	Taquari	Leite
Osmar Schneider	Teutônia	Queijos

Fonte: APL – Arranjo Produtivo Local, 2015.

NA Figura 11, registram-se as diversas agroindústrias atuando no mercado lácteo no Vale do Taquari, dentre as quais quatro são especializadas na produção de queijos, uma, em queijos temperados, seis se especializam na pasteurização do leite e o vendem em domicílio. As demais agroindústrias, além do leite pasteurizado, industrializam produtos derivados com agregação de valor — doce de leite e bebida láctea, entre outros.

A produção de leite vem se adaptando às exigências do mercado e se consolidando como atividade estratégica para a agricultura familiar no Vale do Taquari. Uma característica marcante da agricultura familiar é a diversificação de culturas, mas necessita de uma atividade dominante que gere excedentes para viabilizar a permanência do agricultor familiar no meio rural. Dessa forma, o leite tornou-se a principal atividade na composição da renda de milhares de agricultores familiares, com grande alcance econômico e social. E, ao mesmo

tempo, o agricultor familiar está se estabilizando, hoje como ator social, busca alcançar o reconhecimento de classe social.

Neste capítulo, discorreu-se sobre a importância socioeconômica da cadeia produtiva do leite e a sua habilidade de constituir relações com outras cadeias produtivas. Constatou-se que a produção leiteira possui reconhecimento econômico e social entre os agricultores familiares como fonte de trabalho e renda regular, além de gerar interação entre os mesmos. Mas, para ter acesso ao mercado altamente competitivo, o agricultor familiar buscou apoio no cooperativismo, que se apresentou como uma alternativa de organização, agregação de valor e forma de comercializar a produção leiteira. Para dar sequência a este estudo, no próximo capítulo, apresenta-se a pesquisa empírica sobre as relações sociais de produção entre agricultores familiares e as Cooperativas Cosuel e Languiru.

5 AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES PRODUTORES DE LEITE E AS COOPERATIVAS COSUEL E LANGUIRU

Neste capítulo, analisou-se o resultado da pesquisa empírica, articulando as questões teóricas sobre as relações sociais de produção entre agricultores familiares e as cooperativas Cosuel e Languiru na cadeia produtiva do leite, na região do Vale do Taquari/RS-Brasil. A pesquisa empírica foi realizada no período de setembro de 2015 a fevereiro de 2016, e teve como objeto empírico de análise os agricultores familiares produtores de leite do Município de Arroio do Meio/RS, cooperados das duas Cooperativas: a Cosuel, com sede no Município de Encantados/RS; e a Cooperativa Languiru, sediada no Município de Teutônia/RS.

O materialismo dialético foi a abordagem teórica adotada como instrumento lógico de interpretação da realidade, pois a pesquisa qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações e opiniões. No levantamento de dados, utilizou-se a história oral temática, em conformidade com o proposto por Meihy e Holanda (2007), o que possibilitou o aprofundamento da compreensão da complexidade que compõe as relações sociais de produção entre os agricultores familiares e as cooperativas mencionadas.

No levantamento de dados empírico, foram entrevistados 20 agricultores familiares produtores de leite, ou seja, 10 cooperados da Cosuel e 10 cooperados da Languiru. Na pesquisa empírica, foram denominados de 1C a 10C os agricultores familiares cooperados da Cosuel e de 1L a 10L os cooperados da Languiru, todos residentes e domiciliados no município de Arroio do Meio/RS. Também foram entrevistados: um dirigente da Cooperativa Cosuel que atua a muitos anos no cargo de direção, denominado nº L11; um dirigente da Cooperativa Languiru, com mais de 30 anos de trabalho na Cooperativa, e que ocupa cargo diretivo, denominado nº L12; o secretário da Agricultura e do Meio Ambiente do Município de Arroio do Meio, denominado nº L13; o coordenador da assistência técnica e extensão rural da Emater, com muitos anos de experiência de atuação no Município de Arroio do Meio, denominado nº L14; e o consultor do SEBRAE para gestão da pequena propriedade rural, que trabalha no segmento de leite no município, denominado nº L15.

Para a realização das entrevistas com os agricultores familiares, utilizou-se a nominata fornecida pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Arroio do Meio/RS. A escolha dos agricultores para a entrevista foi aleatória. O instrumento história oral temática, de acordo com Meihy e Holanda (2007), consiste na coleta de dados em forma de depoimentos, em que há relatos de histórias de vida com narrações e recordações de

tradições, costumes, partindo-se de um tema específico. Nesse caso, inicialmente solicitou-se ao agricultor familiar que contasse como iniciou a atividade de produção de leite na propriedade e, conforme foi desenvolvendo a conversação, seguiu-se o roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice A).

Para a coleta de dados com os representantes das Cooperativas Cosuel e Languiru, foi realizado o primeiro contato, explicado o objetivo da pesquisa, agendando-se data e horário para a entrevista. Em visita *in loco* às cooperativas, foi explicado o objetivo da entrevista, solicitando-se a autorização para gravá-la. Iniciou-se a entrevista perguntando a identificação do representante da cooperativa e depois seguiu-se o roteiro da entrevista semiestruturada (Apêndice B e C). O mesmo procedimento foi adotado nas entrevistas com o Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, com o Coordenador da Emater e com o Consultor do SEBRAE para gestão da pequena propriedade rural (Apêndices D, E e F).

Tendo-se realizado as entrevistas, foram feitas as transcrições. Elaborou-se uma matriz para tabular as respostas obtidas dos respondentes para analisá-las posteriormente. Portanto, para se compreender as relações sociais de produção entre agricultores familiares produtores de leite e as cooperativas Cosuel e Languiru, é fundamental explicitar as características das propriedades rurais dos agricultores familiares respondentes da pesquisa nas quais desenvolvem suas atividades produtivas. De acordo com Marx (1993), entende-se, pois, que o trabalho é uma atividade social do homem, que visa transformar o meio em que vive com esforço e desejo para a realização de seus objetivos. Desse modo, Marx (1993) caracteriza o trabalho, de um ponto de vista mais geral, como a interação entre o homem e a natureza, com o objetivo de transformar a natureza nos bens necessários à sobrevivência.

5.1 Características do município e das propriedades rurais

As características das propriedades rurais do Vale do Taquari não são homogêneas. O Município de Arroio do Meio/RS, conforme o Censo Demográfico do IBGE (2010), possui uma população de 18.783 habitantes, e, destes, 4.120 (21,93%) encontram-se na área rural. Conforme relatório apresentado pelo Secretário da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Arroio do Meio/RS, no primeiro semestre do ano de 2015, foi realizado o cadastro de 450 famílias de agricultores produtores de leite. Dentre estas, 38% são cooperadas da Languiru, 60% da Cosuel e 2% vendem o leite a outras indústrias de laticínios da região. Porém, há um número significativo de agricultores familiares que ainda vendem leite em domicílio (de porta em porta), os quais não foram cadastrados.

A Figura 6 mostra a vista panorâmica do Município de Arroio do Meio/RS, local da pesquisa empírica com os agricultores familiares produtores de leite, cooperados da Cosuel e Languiru.

FIGURA 12: VISTA PANORÂMICA DO MUNICÍPIO DE ARROIO DO MEIO/RS



Fonte: Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente do município de Arroio do Meio, 2015.
Foto: Eduardo Pires.

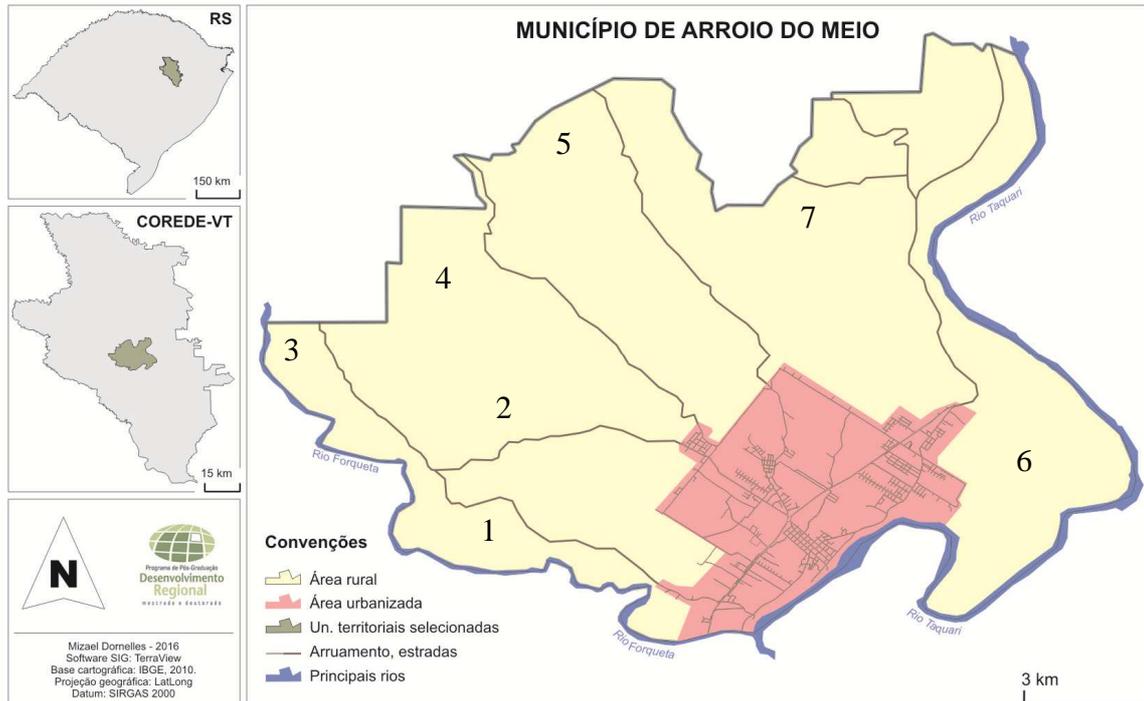
Para a realização desta pesquisa, foram visitadas 20 propriedades rurais de agricultores familiares produtores de leite e cooperados da Cosuel e da Languiru no Município de Arroio do Meio, conforme Figura 13.

Figura 13: Localidades das propriedades rurais

Localidade	Nº Cooperados Cosuel	Nº Cooperados Languiru
Forqueta Baixa	2	2
Forqueta Funda	1	1
Linha Rui Barbosa	1	1
Linha Esperança	1	1
Linha Trinta e Dois	2	2
Picada Café	2	2
São Caetano	1	1

Fonte: Mallmann, 2017

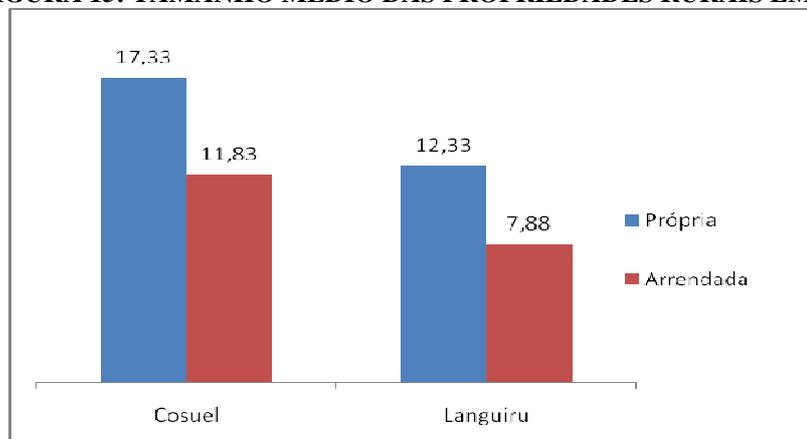
A figura 14 mostra a localização das propriedades rurais pesquisadas no Município de Arroio do Meio/RS.

FIGURA 14: LOCALIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS PESQUISADAS

Fonte: base cartográfica do IBGE, 2010, elaborado por Dornelles, 2016.

Nota: 1= Forqueta Baixa; 2= Linha Rui Barbosa; 3= Forqueta Funda; 4=Linha Esperança; 5= Linha Trinta e Dois; 6= São Caetano; 7= Picada Café.

A mão de obra utilizada nas propriedades rurais pesquisadas é 100% familiar. Geralmente, os membros da unidade produtiva trabalham 12 horas por dia, e em época de fazer silagens chegam a trabalhar 16 horas diárias. Na atividade agrícola, o trabalho tem que ser realizados todos os dias, incluindo sábados, domingos e feriados. As propriedades rurais dos agricultores produtores de leite que responderam a esta pesquisa são minifúndios e todos possuem terras próprias e mais uma área de terras arrendadas de vizinhos lindeiros.

FIGURA 15: TAMANHO MÉDIO DAS PROPRIEDADES RURAIS EM HECTARES

Fonte: Mallmann, 2017

Os cooperados da Cosuel possuem, em média, uma área de terras próprias de 17,33 ha e os cooperados da Languiru, em média, 12,33 ha, sendo que a média das propriedades rurais

no Vale do Taquari é de 13,53 ha. Dessa forma, a média das propriedades dos cooperados da Cosuel é 21,93% acima da média das propriedades rurais do Vale do Taquari e a média das propriedades rurais dos cooperados da Languiru é, em média, 8,87% menor que a média das propriedades rurais do Vale do Taquari. Outro fato relevante é que os agricultores cooperados da Cosuel possuem uma área de terras, em média, 28,85% maior que os cooperados da Languiru.

A origem de aquisição das terras próprias e contrato das terras arrendadas é a seguinte: dos cooperados da Cosuel — 90% é parte de herança e adquirida dos demais herdeiros da propriedade rural e 10% presente de casamento (pai da esposa). Dos cooperados da Languiru — 50% é parte de herança e adquirida dos demais herdeiros da propriedade rural e os outros 50% foram comprados de terceiros. A origem contratual das terras arrendadas é: 80% de vizinhos que foram morar na cidade e 20% de idosos que não conseguem mais desenvolver atividades agrícolas e precisam de renda complementar.

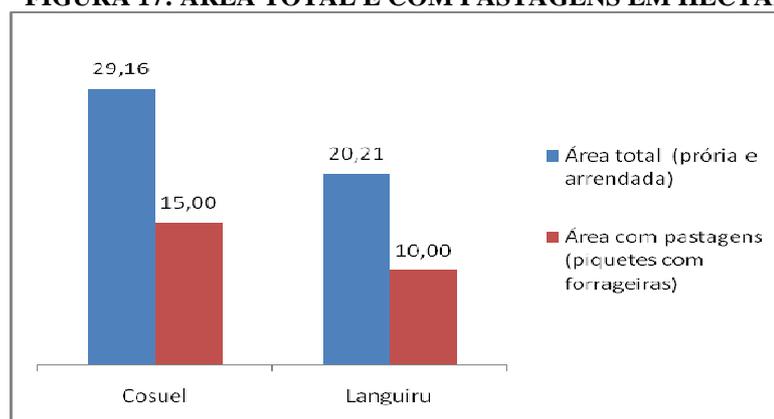
Todos os respondentes da pesquisa afirmaram que, com o desenvolvimento da atividade leiteira, foi necessária a ampliação da área de terra, por isto é fundamental arrendar ou adquirir mais áreas de terra para cultivar forrageiras em piquetes (pastagens).

FIGURA 16: ÁREA DE PIQUETES PARA O GADO LEITEIRO



Fonte: Mallmann, 2017.

Quando somamos a terra própria e arrendada, a média em ha fica bem superior à média das propriedades rurais da região do Vale do Taquari, conforme figura 17.

FIGURA 17: ÁREA TOTAL E COM PASTAGENS EM HECTARES

Fonte: Mallmann, 2017.

A figura 17 demonstra que, em média, 51,44% da área total das propriedades rurais dos respondentes da pesquisa cooperados da Cosuel são arrendadas. Os cooperados da Languiru possuem, em média, 49,48% de área de terra arrendada. Isso mostra a importância e a necessidade da terra para o cultivo de forrageiras (pastagens) para a produção leiteira.

As propriedades rurais dos agricultores familiares produtores de leite, respondentes desta pesquisa, possuem acesso a estradas não pavimentadas (saibro) e identificação, de qual cooperativa é cooperado, conforme mostra a figura 18. A Cosuel utiliza a marca Dália e a Languiru, o próprio nome.

FIGURA 18: IDENTIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS COOPERADAS

Fonte: Mallmann, 2017.

A Figura 18 demonstra a preocupação com a identificação das propriedades rurais pelas Cooperativas. Também mostra a identificação do que é produzido pelos agricultores cooperados. A Cosuel identifica com desenhos a produção (suínos e leite), a Languiru destaca o nome do produto. A identificação nas propriedades rurais dos agricultores cooperados mostra a ação de organização das Cooperativas Cosuel e Languiru no território, demonstrando sua atuação na dinâmica mercadológica, social e política na região.

Todas as propriedades rurais dos respondentes da pesquisa têm energia elétrica com potência energética para o funcionamento dos maquinários agrícolas, um trator por propriedade, e água encanada via associação da água, em que a Prefeitura realiza a obra de construção de poços artesianos e os agricultores, via associação da água fazem a manutenção da rede, por meio de cobrança de taxa, conforme o consumo de água na propriedade. A Figura 19 mostra as características das propriedades rurais.

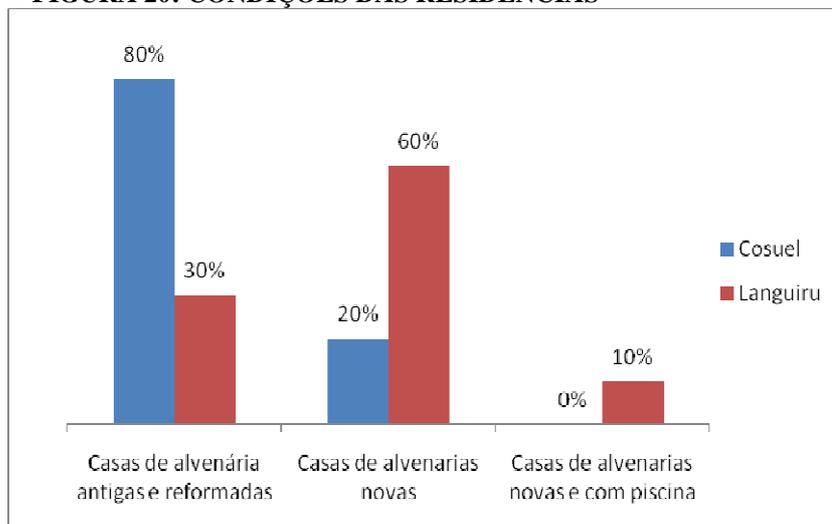
FIGURA 19: CARACTERÍSTICAS DAS PROPRIEDADES RURAIS



Fonte: Mallmann, 2017.

Todas as residências utilizam eletrodomésticos modernos (televisão, rádio, telefone celular, condicionador de ar, refrigerador, freezer, batedeira, forno elétrico e de microondas, cafeteira, entre outros). Dos respondentes da pesquisa, 25% informaram que o sinal do telefone celular é muito ruim. A Figura 10 mostra as condições das residências.

FIGURA 20: CONDIÇÕES DAS RESIDÊNCIAS

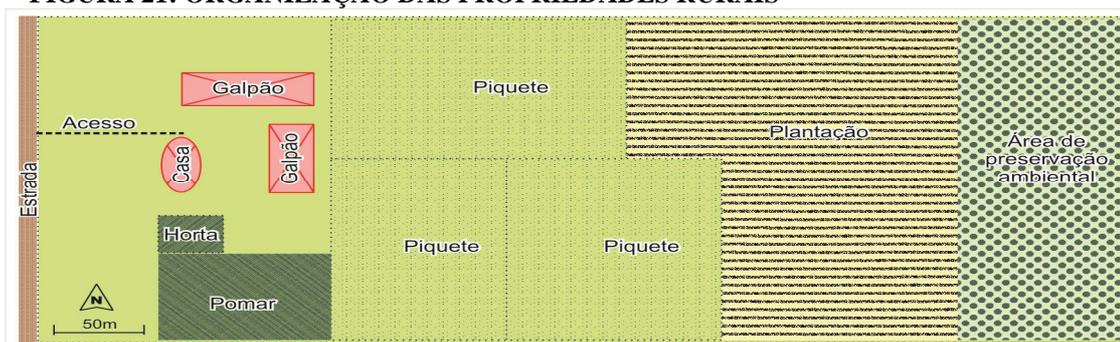


Fonte: Mallmann, 2017

A Figura 20 evidencia que 80% dos cooperados da Cosuel reformaram as casas de alvenaria que eram de seus pais ou avós. Os cooperados da Languiru preservaram 30% das casas antigas de seus antepassados. A construção de casas novas dos cooperados da Cosuel e Languiru ficou na proporção de 20% e 60%, respectivamente. 10% dos cooperados da Languiru têm casa nova, em construção moderna, e com piscina. As propriedades dos cooperados da Cosuel possuem mais área de terras e melhor comunicação, porém a infraestrutura de moradia dos cooperados da Languiru é bem melhor, devido a investimentos realizados em suas casas.

As propriedades rurais dos respondentes da pesquisa estão organizadas da seguinte maneira: na parte da frente (acesso à estrada) estão a residência e os galpões, horta e pomar para subsistência. Em seguida, estão os piquetes de forrageiras para alimentar o gado leiteiro, e, no interior das terras, a plantação de pasto para silagem e a área destinada à preservação ambiental.

FIGURA 21: ORGANIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS



Fonte: com base na pesquisa empírica, elaborado por Dornelles, 2016.

A área de preservação ambiental é fiscalizada pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, mas, mesmo assim, um dos 20 agricultores familiares respondentes da pesquisa utiliza dez ha de área de preservação permanente às margens do rio Forqueta para pastagens do gado leiteiro.

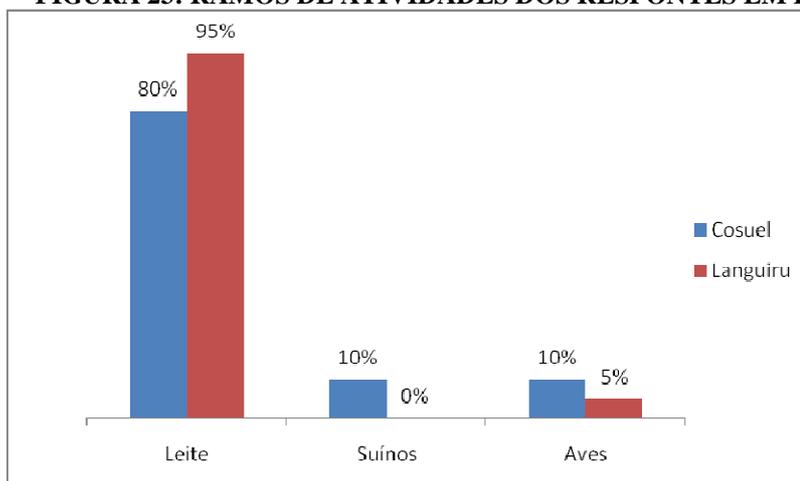
FIGURA 22: VISTA DE PROPRIEDADE RURAL PESQUISADA



Fonte: Mallmann, 2017.

Todas as propriedades pesquisadas produzem leite e produtos para a sua subsistência (horta e pomar), e algumas também produzem suínos e aves. Na Figura 23, mostra-se a composição da fonte de renda dos respondentes da pesquisa.

FIGURA 23: RAMOS DE ATIVIDADES DOS RESPONTES EM PERCENTUAL



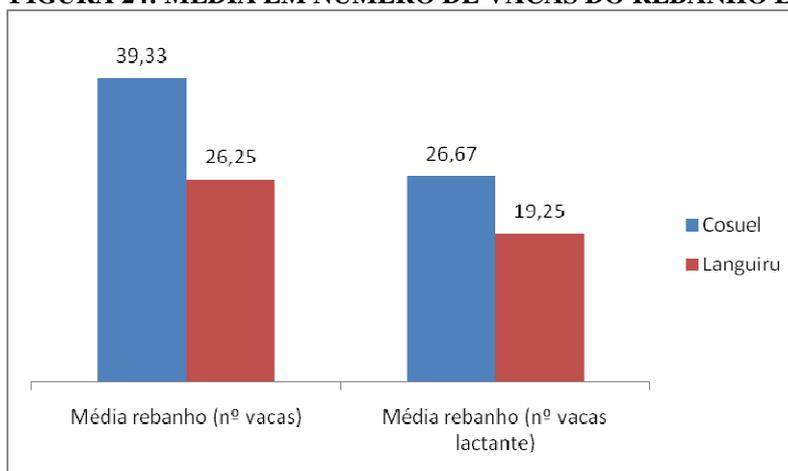
Fonte: Mallmann, 2017 .

Pode-se constatar na Figura 23 que a produção leiteira é a principal atividade econômica desenvolvida nas propriedades rurais pesquisadas. Essa atividade assegura renda mensal para garantir a continuidade na atividade agrícola e o sustento da família, além de proporcionar equilíbrio econômico e social ao agricultor familiar. O rebanho leiteiro constitui-se em um capital, que possui valor comercial e também pode ser negociado. O agricultor

consegue renovar o rebanho com o planejamento de recria, onde as terneiras são criadas para a produção leiteira e os terneiros comercializados, geralmente para o abate ou matriz de sêmen.

Nas propriedades rurais dos cooperados da Languiru, constata-se o percentual de 95% na produção de leite, ou seja, 15,79% a mais do que os cooperados da Cosuel. Isso mostra uma especialização dos agricultores cooperados da Languiru em produzir leite. A Figura 24 mostra a média em número de vacas do rebanho e em lactação.

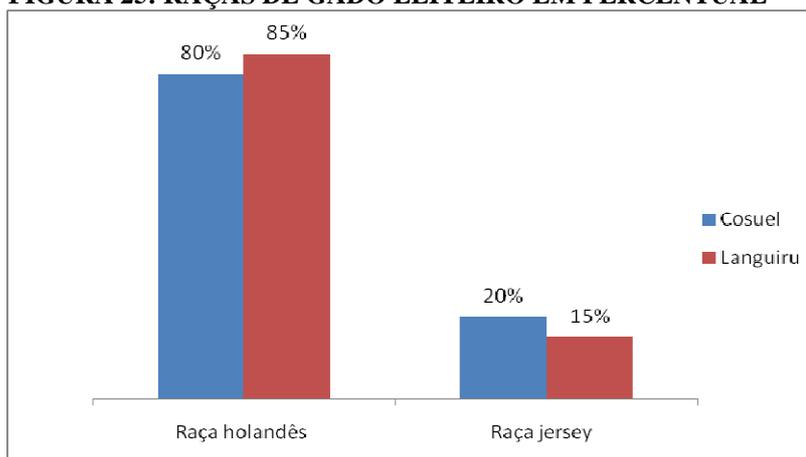
FIGURA 24: MÉDIA EM NÚMERO DE VACAS DO REBANHO E EM LACTAÇÃO



Fonte: Mallmann, 2017

As principais raças de gado leiteiro nas propriedades rurais dos respondentes desta pesquisa são holandês e jersey. Na Figura 25, consta o percentual das raças de gado leiteiro.

FIGURA 25: RAÇAS DE GADO LEITEIRO EM PERCENTUAL



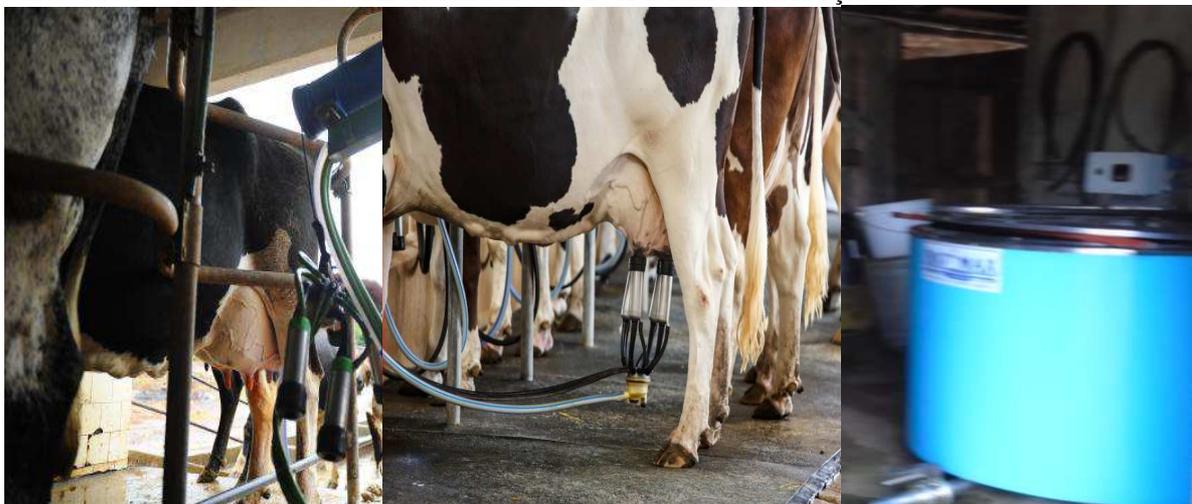
Fonte: Mallmann, 2017

As propriedades dos cooperados da Languiru possuem 5% mais gado leiteiro da raça holandês e 5% menos da raça jersey, que os cooperados da Cosuel. A Figura 19 mostra o gado leiteiro.

FIGURA 26: RAÇAS DE GADO LEITEIRO – HOLANDÊS E JERSEY

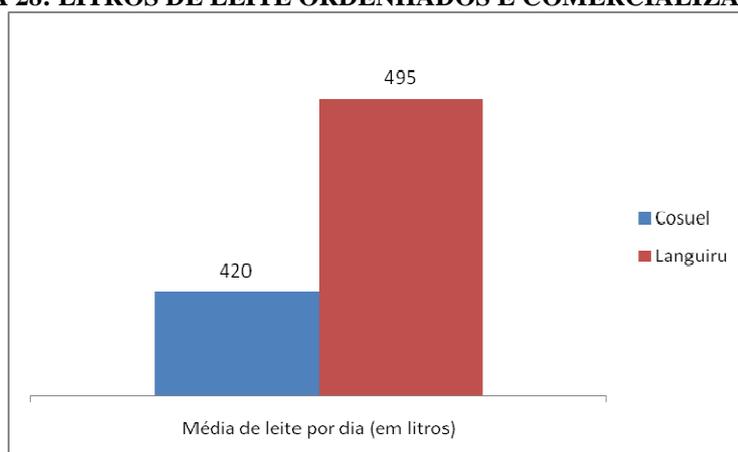
Fonte: Mallmann, 2017.

A coleta do leite é realizada por leiteiros contratados pelas cooperativas, uma vez ao dia, e as vacas são ordenhadas duas vezes ao dia (manhã e tarde). Todas as propriedades rurais pesquisadas possuem sistema de ordenha mecânica e refrigeração para armazenamento do leite, conforme mostra a Figura 27.

FIGURA 27: SISTEMA DE ORDENHA MECÂNICA E REFRIGERAÇÃO

Fonte: Mallmann, 2017,

Há diferença na média da produção leiteira entre os cooperados da Cosuel e da Languiru. A figura 28 apresenta a média de litros/dia de leite ordenhados e comercializados.

FIGURA 28: LITROS DE LEITE ORDENHADOS E COMERCIALIZADOS/DIA

Fonte: Mallmann, 2017

Observa-se que os agricultores familiares cooperados da Languiru possuem, em média, um rebanho 33,26% menor do que os da Cosuel, e a média de vacas em lactação dos cooperados da Languiru é 27,82% menor. Já o percentual de raças de gado leiteiro nas propriedades rurais oscila em 5% entre as raças holandês e jersey, respectivamente. Na Figura 28, constata-se que os cooperados da Languiru produzem, em média, por dia, 15,15% a mais de leite em comparação aos cooperados da Cosuel. Os cooperados da Languiru possuem, em média, uma área de terras 30,69% menor e 33,33% de área de pastagem menor.

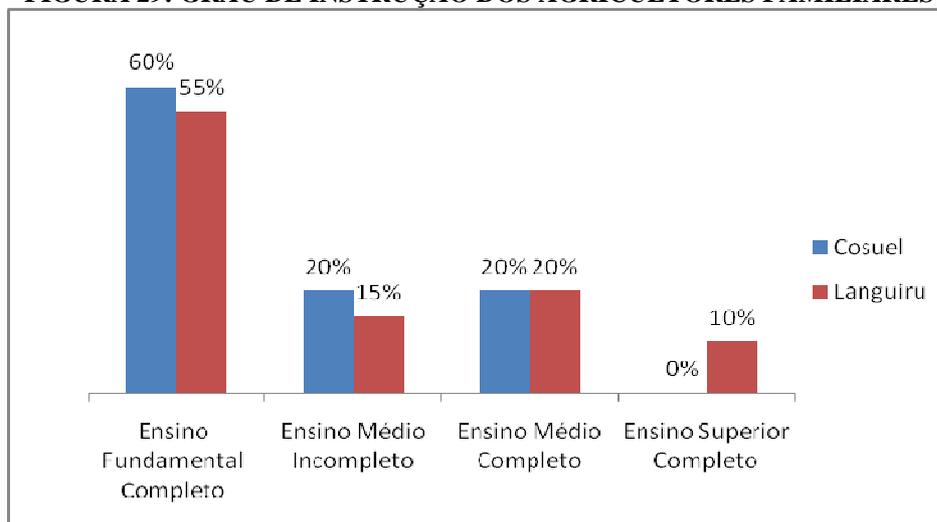
Ao analisar os principais ramos de atividades, percebe-se que 95% dos cooperados da Languiru produzem somente leite, ou seja, há uma concentração na atividade produtiva do leite de 15,79% maior do que os cooperados da Cosuel. Outro fator é o valor que o agricultor familiar recebe por litro de leite. Os cooperados da Languiru recebem, em média, R\$ 0,95 e os da Cosuel, R\$ 0,94. Essa média de valor pago pelo litro de leite obedece aos critérios impostos por ambas as cooperativas. Esses critérios serão detalhados na seção 5.4 - *Relações sociais de produção entre agricultores familiares e as cooperativas*. A seguir, discorre-se sobre o perfil dos agricultores familiares produtores de leite, respondentes desta pesquisa.

5.2 Perfil dos agricultores familiares produtores de leite

Os agricultores familiares, respondentes desta pesquisa, foram capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado altamente competitivo. Especializaram-se em uma atividade que já era desenvolvida na propriedade rural como forma de obter renda complementar, tornando-a, hoje, sua principal fonte regular de recursos. Sua produção direciona-se principalmente ao mercado a fim de manter a propriedade rural e o sustento familiar.

Em relação ao perfil dos pesquisados, esses agricultores familiares se declararam casados, e a média de idade é de 49 anos. Quanto à educação formal, a maioria declarou ter cursado o Ensino Fundamental.

FIGURA 29: GRAU DE INSTRUÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES



Fonte: Mallmann, 2017

Observa-se na Figura 29 que mais de 50% dos cooperados respondentes possuem apenas o ensino fundamental. Conforme seus relatos, esse fator dificulta a compreensão dos manuais dos equipamentos e também quando desejam obter informações sobre as novidades do sistema de produção de leite. A deficiência da educação formal também lhes dificulta a compreensão dos contratos quando adquirem financiamento, via Cooperativas ou por convênio com o Sistema de Crédito Cooperativo – SICREDI, para aquisição de equipamentos, melhorias nos galpões e nas propriedades, e lamentam a falta de instrução.

Essas dificuldades não foram relatadas pelos respondentes que cursaram o ensino superior. Esses agricultores informaram que concluíram o curso e trabalharam concomitante na propriedade e em outra atividade. No entanto, com o falecimento dos pais, herdaram parte da terra e adquiriram o restante dos herdeiros. Assim, continuaram a investir na atividade que já era desenvolvida na propriedade, ou seja, na produção leiteira.

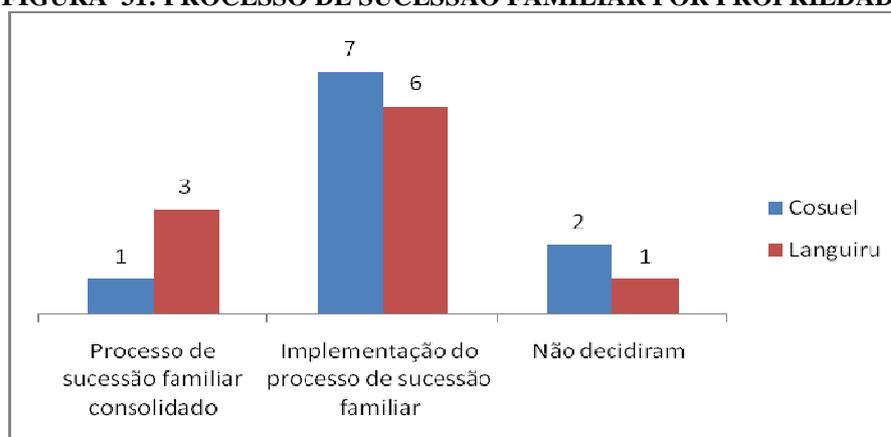
Conforme pesquisa empírica, a média de filhos por família dos respondentes da pesquisa, cooperados da Cosuel, é de três, e da Languiru é de dois filhos. A Figura 30 mostra em números a quantidade de filhos dos 20 agricultores respondentes da pesquisa.

FIGURA 30: NÚMERO TOTAL DE FILHOS FAMILIAS PESQUISADAS

Família - Cosuel	Nº Absoluto filhos	Família - Languiru	Nº Absoluto filhos
1C	3	1L	2
2C	1	2L	5
3C	2	3L	2
4C	5	4L	2
5C	3	5L	2
6C	1	6L	2
7C	4	7L	1
8C	3	8L	1
9C	4	9L	2
10C	3	10L	1
Total nº Filhos	30	Total nº Filhos	20

Fonte: Mallmann, 2017

Na pesquisa empírica, foi questionado sobre a continuidade da atividade leiteira na propriedade a ser desenvolvida pelos filhos dos agricultores e o processo de sucessão familiar. A figura 30 mostra em números total de propriedade rural com número de filhos que pretendem continuar a atividade leiteira, com processo de sucessão familiar consolidado; em fase de implementação do processo de sucessão familiar e os filhos que ainda não decidiram a sua permanência.

FIGURA 31: PROCESSO DE SUCESSÃO FAMILIAR POR PROPRIEDADE

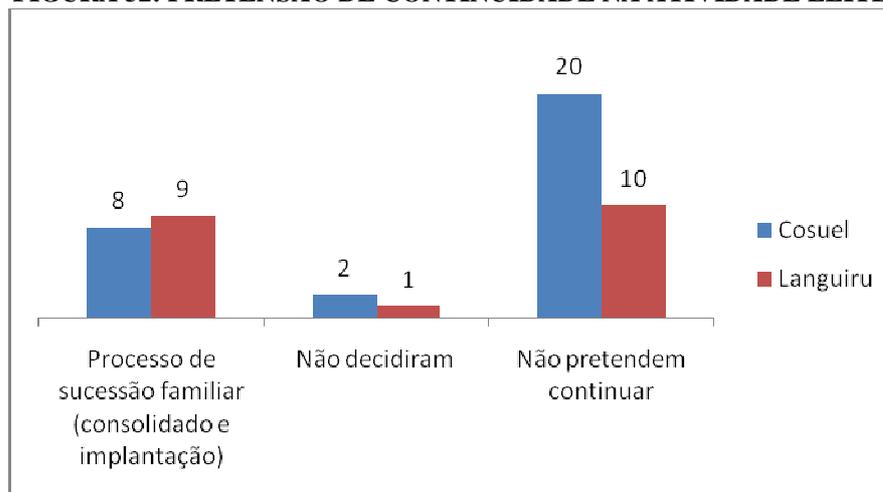
Fonte: Mallmann, 2017

A figura 17 mostra que uma propriedade rural de cooperado da Cosuel já está sendo gerida pelo sucessor, e três propriedades da Languiru já se encontram com a sucessão familiar consolidada, ou seja, 10% e 30%, respectivamente. Em processo de implementação do processo de sucessão, onde o jovem deve ter mais de 16 anos, estudar e trabalhar com os pais nas atividades na propriedade rural. Nestas condições encontram-se sete propriedades rurais pertencentes aos agricultores cooperados da Cosuel e seis da Languiru, ou seja, 70% e 60% das propriedades rurais. Entre os filhos que se encontram no processo de implementação de sucessão familiar cooperados da Cosuel há uma mulher e seis homens e da Languiru, duas mulheres e quatro homens. A soma de todos os filhos dos agricultores, respondentes desta

pesquisa, que estão no processo de implementação de sucessão familiar é 13, ou seja, a maioria são homens, que conforme o IBGE (2010), evidencia a masculinidade no meio rural.

Quando se analisa em número total os filhos dos agricultores produtores de leite, respondentes desta pesquisa, tem-se o seguinte número: 30 filhos dos cooperados da Cosuel e 20, da Languiru. A figura 18 demonstra a pretensão dos filhos dos agricultores em permanecer na atividade leiteira.

FIGURA 32: PRETENSÃO DE CONTINUIDADE NA ATIVIDADE LEITEIRA



Fonte: Mallmann, 2017.

Conforme os respondentes desta pesquisa, os filhos dos agricultores produtores de leite e cooperados da Cosuel que pretendem dar continuidade à produção de leite já se encontram bem inseridos na vida social da comunidade. Participam de festas, coral, viagens com os membros da comunidade e também começam a atuar como liderança política local, motivados pelo Programa de Sucessão Familiar. A Cosuel também possui o Projeto Escola do Leite, por intermédio do qual são ministradas aulas com conteúdos direcionados à melhoria da produção leiteira. Após definido o cronograma do curso, um veículo equipado com sistema multimídia percorre as propriedades dos municípios selecionados informando sobre a participação gratuita dos agricultores e seus filhos no Projeto.

Os agricultores familiares produtores de leite e cooperados da Languiru informaram que seus filhos que optaram pela pecuária leiteira também estão inseridos nas atividades sociais da comunidade e participam de cursos de gestão da propriedade rural oferecidos pelo Programa de Sucessão Familiar. A Cooperativa Languiru incentiva a formação superior em áreas afins (gestão e agrícola) aos agricultores familiares e seus filhos, por meio de convênio com o Centro Universitário Univates e a Faculdade La Salle, com descontos nas mensalidades.

Os filhos dos agricultores familiares que não pretendem continuar na atividade de produção leiteira e na agricultura já estudam e trabalham no meio urbano e auxiliam os pais, quando necessário, nos finais de semana. Aqueles que ainda não decidiram pela profissão são crianças que, em um turno, frequentam a escola básica e, no outro, auxiliam a família na lida doméstica.

Na ocasião da pesquisa empírica, foi questionado o valor bruto recebido por litro de leite e quantidade de litros produzidos ao dia. Com esses dados, foi possível efetuar a média de faturamento mensal nas propriedades dos cooperados da Cosuel e da Languiru. Os cooperados da Cosuel faturam, em média, em cada propriedade por mês, o valor bruto de R\$ 11.844,00. Os cooperados da Languiru faturam, em média por mês, em cada propriedade, o valor bruto de R\$ 14.107,50.

Os agricultores familiares produzem leite exclusivamente para a cooperativa, em troca adquirem o que necessitam para a propriedade e o sustento familiar. Ambas as cooperativas possuem agrocenters; supermercados; loja de departamento e bazar. Dessa forma, os agricultores familiares produtores de leite encontram facilidade em adquirir insumos (rações, medicamentos veterinários, ferramentas, sementes de forrageiras, entre outros) para desenvolver as atividades operacionais na pecuária leiteira. Também adquirem, junto ao supermercado e loja de sua cooperativa, produtos alimentícios que não produzem na propriedade rural: bebidas, produtos de bazar, eletrodomésticos e vestuário (pessoal, cama, mesa e banho), para descontar do valor a receber da conta mensal do leite.

Por intermédio de convênio das cooperativas com o SICREDI, o agricultor familiar pode financiar as melhorias em infraestrutura na sua propriedade rural e na sua residência. Todos os 20 respondentes da pesquisa informaram que modernizaram as suas propriedades rurais por exigência do mercado e que todos possuem dívidas oriundas da compra de animais, tratores, implementos agrícolas, automóveis, eletrodomésticos e das melhorias nos galpões e nas residências. Dessa maneira, os agricultores familiares ficam dependentes da sua cooperativa para conseguir honrar seus compromissos, assumidos na sua própria cooperativa ou via SICREDI.

Portanto, os agricultores familiares, respondentes desta pesquisa, têm apenas uma estimativa dos custos com a produção leiteira. Não há precisão dos custos, principalmente na composição do custo do litro de leite e na gestão da propriedade rural. No Município de Arroio do Meio, há diversas capacitações para auxiliar na gestão financeira, operacional e de manejo na propriedade rural. Os agricultores familiares podem participar dos Programas de Capacitações desenvolvidos pela EMATER, SEBRAE, Prefeitura Municipal e pelas

Cooperativas Cosuel e Languiru, todos específicos na gestão da pequena propriedade rural. A seguir, demonstrar-se-á a trajetória das cooperativas Cosuel e Languiru.

5.3 O cooperativismo na agricultura familiar: a experiência da Cosuel e da Languiru

As cooperativas têm por base o processo democrático, a participação e a tomada de decisões pela maioria do quadro social, um cooperado, um voto. No entanto, não seria viável que os executivos consultassem a todos os cooperados ou promovessem uma assembleia geral sempre que fosse necessária uma tomada de decisão. Por isso, os cooperados escolhem seus representantes ao elegerem o Conselho de Administração, delegando-lhe os poderes definidos no Estatuto Social em nome de todos os cooperados. Um dos grandes desafios do cooperativismo, de acordo com Tavares dos Santos (1984), é fazer com que os cooperados realmente assumam a cooperativa como sendo sua, exercendo seus direitos e deveres na plenitude, e não apenas usufruindo dos produtos e serviços que lhes convêm. Por sua vez, as cooperativas devem constituir estratégias para a sua sustentabilidade, no sistema de produção capitalista. A seguir, especifica-se o panorama da Cooperativa Cosuel e, em sequência, o da Languiru.

5.3.1 A cooperativa Cosuel

A Cooperativa Cosuel, fundada por 387 agricultores familiares, sob a liderança do Sr. João Batista Marchese, em 1947, iniciou suas atividades em 1948, com sede no Município de Encantado. É uma cooperativa com forte visão voltada ao mercado. No início, sua principal atividade era a industrialização e comercialização de produtos suínos. Posteriormente, iniciou a atividade de industrialização de ração balanceada e atividade leiteira; contou com a expansão de atividades no mercado até o final da década de 1970; enfrentou a crise dos anos 1980 e a reestruturação a partir da década de 1990. Após os anos 2000, adaptou-se às novas exigências mercadológicas.

FIGURA 33: EVOLUÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DA SEDE DA COOPERATIVA COSUEL



Fonte: Cosuel, 2016.

Atualmente, a Cooperativa Cosuel atua no mercado nacional e internacional com produtos da marca Dália. Realiza exportação para os seguintes países: Hong Kong, Macau, Cingapura, Egito, Dubai, Angola, Gabão, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Seychelles, Vietnã, Tailândia, Moldova, Georgia, Abkhazia, Azerbaijão e Uruguai. Seus principais produtos da linha de laticínios são: leite em pó, achocolatados, creme de leite, natas e leites (COSUEL, 2015).

Conforme o Estatuto Social de sua fundação, o objetivo inicial da Cooperativa Cosuel era a atividade suinícola, sua industrialização e comercialização, considerada toda a cadeia, além da defesa geral dos interesses econômicos dos cooperados em torno dessa atividade. Desde o início, a Cooperativa Cosuel preocupou-se com a defesa da suinocultura e com a qualidade dos produtos, além de buscar formas de aproveitar racionalmente a produção dos seus associados. Durante os seus 68 anos de atividade no mercado, a Cooperativa Cosuel cresceu e diversificou suas atividades. Na década de 1990, a cooperativa reestruturou as suas atividades, investiu em novas tecnologias e na reorganização administrativa e de produção. Atualmente, para tornar a Cooperativa Cosuel cada vez mais competitiva, foram geradas estruturas de caráter social, técnico e administrativo, baseadas nas mais modernas tecnologias, como forma de enfrentar um mercado cada vez mais exigente e globalizado (COSUEL, 2015).

Ao longo de sua trajetória, a Cooperativa Cosuel passou por diversas fases, que de acordo com Konzen e Ew (1998), foram cinco: primeira fase - fundação (1947/1957); segunda fase - diversificação de atividades (1957/1968); terceira fase – consolidação (1968/1978); quarta fase - crise (1978/1989) e quinta fase – reestruturação (1989/1999). Entretanto, com base na pesquisa empírica e conforme os estatutos da Cooperativa Cosuel, pode-se acrescentar a sexta fase – adaptação mercadológica (a partir de 2000).

Na fase inicial, desenvolveu-se o abatedouro e o frigorífico de suínos, e o principal produto de comercialização com valor agregado era a banha. Esse processo assegurava melhores preços aos produtos dos seus associados e eliminava o intermediário. A segunda fase, que compreende a diversificação de atividades (1957/1968), ocorreu devido ao crescimento da importância comercial de alguns produtos: leite, soja, erva-mate, tungue, uva e trigo. Assim, a Cooperativa Cosuel diversificou suas atividades, visando atender às necessidades dos seus associados. Passou a receber, industrializar e comercializar os demais produtos de seus associados, incluindo bovinos, ovinos e aves, além de industrializar a produção agrícola, fornecendo-lhes os subprodutos. Também começou a produzir rações balanceadas (KONZEN e EW, 1998).

A Cooperativa Cosuel adotou duas estratégias de expansão: multiplicação e diversificação industrial. Também ampliou a sua área de atuação, aceitando novos associados. Conforme os mesmos autores, a multiplicação e a diversificação industrial aconteceram com a implantação das seguintes atividades: fábrica de óleo comestível, adquirida em 1957 para industrializar a soja; fábrica de rações balanceadas e concentrados, instalada em 1962; e indústria de laticínios, em 1965. Em sequência, foi adquirida a indústria de óleos industriais para extração de óleo de tungue; a unidade de laticínios, no Município de Charqueadas, que recebia a produção de leite daquela comunidade, industrializando-a e produzindo queijos para consumo local e regional; a indústria de erva-mate, no Município de Anta Gorda; o moinho de trigo, no Município de Putinga; e uma cantina de vinho, no Município de Nova Bréscia.

A terceira fase, entre 1968/1978, foi assinalada pela consolidação, com a expansão quantitativa de suas industrializações. Nesse período, cessou o processo de diversificação e, em concomitância, houve a ampliação da capacidade de processamento e a modernização do parque industrial, visando absorver o aumento da produção dos seus cooperados. No ano de 1973, visando ao melhoramento qualitativo dos suínos entregues ao frigorífico, aumentando o abate de suíno tipo carne e diminuindo o tipo banha, foi constituído o Projeto Integrado de Suinocultura.

O final dos anos de 1970 e a década de 1980 foram marcados por uma profunda crise econômica e pelo fim da ditadura militar (1964/1985). A volta da democracia possibilitou uma reorganização do movimento social. A inflação alcançou níveis altíssimos e vários planos de combate à inflação foram articulados. A Cooperativa Cosuel, semelhante às demais empresas, sofreu os efeitos das medidas macroeconômicas adotadas pelo governo para reduzir os desequilíbrios na balança de pagamentos e para controlar a instabilidade dos preços. Com a crise econômica, a Cooperativa Cosuel deixou de expandir suas atividades e sua área de atuação. Reduziu gradativamente suas atividades e buscou assegurar a rentabilidade da produção dos cooperados por meio de incentivos à melhoria da genética dos rebanhos suíno e leiteiro. Para isso, aumentou a assistência técnica.

A Cooperativa Cosuel, na fase da crise (1978/1989), restringiu suas atividades à suinocultura e sua industrialização, à produção leiteira e sua industrialização e à atividade da indústria de ração, que serviram de suporte ao melhoramento dos rebanhos de suínos e gado leiteiro. Em concomitância, de acordo com Ew (2001), reduziu progressivamente as outras atividades industriais e, diante da crise, desativou as fábricas de óleo de tungue, a processadora de erva-mate e o moinho de trigo. Em meados da década de 1980, a Cooperativa Cosuel implementou programas de incentivo à produção leiteira e firmou parceria com o

SICREDI para financiamento dos projetos de melhoria de instalações, aquisição de novos equipamentos e resfriadores de leite para os cooperados produtores de leite.

Na fase que compreende os anos de 1989/1999, a Cooperativa Cosuel buscou a reestruturação produtiva e organizacional, com ênfase na máxima eficiência. Nessa fase, houve redução no número de cooperados e concentração das atividades industriais. A Cooperativa Cosuel também reformulou seus objetivos, adequando-os às mudanças nos mercados e buscando a melhoria de sua competitividade. Em 1991, mostrou-se preocupada com as mudanças no contexto econômico, adotando uma gestão e visão empresarial em sua organização. Conforme Ew (2001), alguns dos seus objetivos foram os seguintes: promover e maximizar o desenvolvimento de sua autogestão empresarial; propiciar a obtenção do desenvolvimento profissional e humano de seus cooperados; fomentar a participação dos seus cooperados tanto em sua vida societária quanto em sua administração; e reconhecer o caráter necessário do capital, além de assumir coletivamente a função empresarial, assegurando a colaboração de seus cooperados.

Na década de 1990, a Cooperativa Cosuel passou por um período de reestruturação, reorganizou seu sistema produtivo e administrativo e eliminou algumas atividades consideradas ineficientes. Foram extintas a indústria vinícola (Nova Bréscia), a indústria de erva-mate (Anta Gorda) e os moinhos coloniais (nova Bréscia). Em 1991, foi estabelecido que, para ser aceito, o produtor deveria produzir um produto que fosse industrializado/comercializado pela Cooperativa Cosuel. Também foi exigido que o cooperado lhe entregasse toda a sua produção, mas não estipulava volume mínimo. Visando assegurar sua rentabilidade nos anos 1994/1995, a Cooperativa organizou suas atividades em unidades de negócios:

- ✓ DPS – Divisão de produtos suínos (frigorífico, programas, ração, assistência técnica);
- ✓ DPV – Divisão de produtos vegetais (recebimento, armazenamento e comercialização de grãos e derivados);
- ✓ DL – Divisão de Laticínios (recebimento e industrialização de leite e assistência técnica); e
- ✓ DV- Divisão de varejo (supermercado).

No ano de 1997, ocorreu a fusão de todos os setores de assistência técnica, criando-se uma nova unidade denominada Divisão de Fomentos Agropecuária – DFA, que ficou responsável por toda a área de fomentos, granjas, unidades produtivas de leitões e corpo técnico. Durante a década de 1990, a Cooperativa Cosuel diversificou a produção de laticínios, produzindo leite pasteurizado, creme de leite, doce de leite, diversos tipos de

queijos e bebidas lácteas. Também implantou programas de incentivo à melhoria da qualidade do leite (COSUEL, 2015).

A partir de 1996, a Cooperativa Cosuel adotou várias medidas quanto à entrada, permanência e saída dos cooperados do seu quadro social. Inicialmente, vinculou a admissão do cooperado ao desenvolvimento de uma ou mais atividades de produção agropecuária constantes nos seus Programas de Produção (laticínios, suínos). Ministrou treinamento do cooperado na atividade que desenvolvia, visando à redução de custos e tornando-a mais rentável. A Cooperativa Cosuel também exigiu que as atividades fossem desenvolvidas, por conta própria ou em parcerias, em imóveis de propriedade do candidato a cooperado. A proposta de admissão e o pedido de demissão dos cooperados eram realizados pelo Conselho de Administração (COSUEL, 2015).

Conforme dados da pesquisa empírica, em 1999, foi realizada uma reforma estatutária e incluídas várias mudanças, principalmente em função do planejamento estratégico implantado pela Cooperativa Cosuel e de sua adesão ao RECOOP. As mudanças estatutárias mais rígidas se referiam às atividades do sistema integrado de produção de suínos, fazendo exigências, evitando o desvio de entrega de suínos a intermediários e implantando normas de qualidade. Essas mudanças forçaram os produtores a se empenharem ativamente em suas atividades de modo profissional. Por outro lado, os cooperados que não conseguiam acompanhar ou se adequar às exigências das estratégias acabaram saindo da Cooperativa Cosuel, havendo redução drástica em seu quadro social.

No Estatuto Social da Cooperativa Cosuel constam os deveres dos cooperados. A Cosuel não aceita cooperados e nem a permanência de pessoa física ou jurídica que, mesmo atendendo às exigências estatutárias, dedique-se também a qualquer outra atividade que possa prejudicar os interesses da cooperativa ou colidir com seus objetivos. Os principais deveres e obrigações específicas dos cooperados, constantes no Estatuto Social, visam à consecução dos objetivos sociais da cooperativa:

- ✓ entregar toda a produção de sua propriedade à cooperativa;
- ✓ satisfazer pontualmente os compromissos assumidos com a cooperativa;
- ✓ contribuir com as taxas que lhe caibam;
- ✓ prestar esclarecimentos à cooperativa sobre atividades relacionadas aos objetivos sociais;
- ✓ acusar o seu impedimento nas deliberações sobre qualquer operação em que tenha interesse oposto ao da cooperativa;

- ✓ cumprir as disposições legais do Estatuto, do Regimento Interno e das Resoluções tomadas pela administração, inclusive sobre planejamento, controle e recebimento da produção, e atender às Deliberações da Assembleia Geral e zelar pelo patrimônio moral e material da cooperativa.

Os cooperados da Cooperativa Cosuel, além dos deveres, também possuem direitos. A adesão do cooperado à cooperativa, e posteriormente sua saída, são voluntárias e livres, destacando-se que, para o desligamento, o cooperado deve estar totalmente em dia com as suas obrigações, conforme previsto no Estatuto Social, e se encontrar em pleno gozo de seus direitos sociais, que são os seguintes:

- ✓ tomar parte nas Assembleias, discutindo e votando os assuntos que nelas se tratarem, solicitando, para tanto, informações sobre os negócios da cooperativa;
- ✓ votar com direito a um só voto nas Deliberações, e ser votado para membro dos órgãos estatutários da cooperativa, desconsiderando-se o capital social representado;
- ✓ realizar com a cooperativa as operações constantes de seus objetivos;
- ✓ assistência social, na forma de Programa de Retribuição Social - PRS.

De acordo com Frantz e Benetti (1985), a cooperativa deve trabalhar a serviço do cooperado, agricultor familiar, criando condições para que ele não seja excluído do processo produtivo. Entretanto, na década de 1990, com as medidas de profissionalização dos seus cooperados tomadas pela Cooperativa Cosuel levaram à exclusão grande parte do seu quadro social, e a função de cooperativa tornou-se um processo contraditório aos princípios do cooperativismo.

Cabe salientar que o conflito está no plano das ideias, sendo o resultado de uma contradição na organização da sociedade. Portanto, enfatiza-se que as cooperativas Cosuel e Languiru, devido às suas características peculiares compõem um setor da economia cuja doutrina tem sua ênfase no equilíbrio entre o econômico e o social, seu grande desafio frente à globalização, está em manterem-se eficientes e competitivas. Tal fato implica na necessidade do aprimoramento da gestão, redução de custos, demissão de funcionários, desligamento de maus cooperados e tratamento diferenciado para os associados em função do volume e qualidade do leite, eficiência e reciprocidade. Desta forma, ambas as cooperativas tiveram que rever suas práticas de gestão, para sobreviver o mercado globalizado.

A partir do ano de 2000, atuando em um mercado altamente competitivo e cada vez mais exigente, seja por normas sanitárias ou políticas econômicas, a Cooperativa Cosuel entra na fase de adaptação mercadológica. Começa a implantação de tecnologias modernas, tanto na área operacional como na área de gestão. Assim, após diversas alterações no Estatuto

Social, elaboração de Regimento Interno, pesquisa e viagens a países da Europa, a Cooperativa Cosuel instalou, em março de 2014, o sistema de governança cooperativa. A governança na Cooperativa Cosuel se concretiza com a elaboração de um planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo. Entre as atribuições do Conselho de Administração previstas no Estatuto Social, está o controle sobre as atividades mercadológicas e a elaboração do planejamento estratégico de longo prazo, com a definição das diretrizes gerais que nortearão os planos anuais de metas.

A cada ano, no mês de fevereiro, são realizadas as Assembleias Regionais¹⁵, oito no total, com a participação de todos os associados e familiares, cujo objetivo é informá-los sobre o desempenho dos resultados do ano anterior, posição do balanço, relatórios de produção, além de tendências e projetos para o exercício em vigor. No mês de março é convocada a Assembleia Geral Ordinária, que conta com a participação dos Conselhos de Administração e Fiscal, além dos delegados que representam a totalidade dos cooperados. Essa é uma Assembleia Deliberativa, na qual os delegados votam todas as pautas da ordem do dia. De acordo com sua história, a Cooperativa Cosuel possui uma participação média de 60% de seus cooperados nas Assembleias, mantendo-se assim, por quase 70 anos de atividade (COSUEL, 2015).

De acordo com o respondente da pesquisa, a Cooperativa Cosuel admite como cooperados pessoas físicas e jurídicas¹⁶ que se dediquem a uma ou mais atividades de produção agropecuária constantes nos programas de produção da Cooperativa. Os agricultores familiares devem trabalhar por conta própria ou em parceria, em imóvel de sua propriedade ou ocupado por processo legítimo e que aceitem as disposições legais. Para ser cooperado, o candidato encaminhará uma proposta de admissão ao Conselho de Administração, indicando o programa de produção no qual pretende atuar. Aprovada sua proposta, o candidato subscreve quotas partes de capital na proporção de sua produção, recebe um número de matrícula com o qual exercerá seus direitos e cumprirá seus deveres e obrigações junto à Cooperativa. No caso do leite, não há contrato de produtividade nem cota mínima.

Conforme o respondente da pesquisa, a Cooperativa Cosuel aceita agricultor familiar que produza menos de 50 litros/dia, porém precisa estar adequado ao padrão de qualidade

¹⁵ Regionais: Serafina Corrêa; Progresso; Arroio do Meio; Guaporé; Encantado; Anta Gorda; Júlio de Castilho e Candelária.

¹⁶ Produtor rural pessoa jurídica: cuja atividade econômica seja a industrialização de produção própria ou de produção própria e adquirida de terceiros, incidente sobre o valor da receita bruta proveniente da comercialização da produção, conforme Lei nº 10.256/2001.

exigido pela Cooperativa e à viabilidade de logística de recolhimento junto à propriedade, ou seja, a propriedade deve estar inserida na rota dos transportadores terceirizados pela Cooperativa Cosuel. Atualmente, a Cooperativa Cosuel atua no Vale do Taquari, Rio Pardo, Serra Gaúcha e Centro Ocidental. Está presente em 127 municípios brasileiros e conta com 4.104 cooperados. Na mesma região em que está instalada a Cooperativa Cosuel, também se encontra a Cooperativa Languiru. Ambas operam em mercados semelhantes. A seguir, explana-se o panorama da Cooperativa Languiru.

5.3.2 A cooperativa Languiru

O século XX representou a concretização da colonização no interior do Estado do RS. Antes disso, grupos de imigrantes europeus haviam desembarcado no Vale do Taquari, enfrentando adversidades que a natureza lhes impunha. De acordo com Ahlert e Gedoz (2001), a lida no campo era árdua, a produção escassa e as dificuldades de comercialização dos produtos excedentes das propriedades rurais eram enormes.

Diante desse cenário, um grupo de 174 agricultores familiares, liderados pelo Sr. Elton Klepker, fundam, em 13 de novembro de 1955, a Cooperativa Agrícola Mista Languiru Ltda., que iniciou suas atividades em 01 de junho de 1956, no então Município de Estrela/RS, atualmente Município de Teutônia/RS. A Cooperativa Languiru passou por um período de expansão até o final da década de 1970, crise e adequação ao mercado na década de 1980 até o início dos anos 2000. Após o ano de 2002, houve a reformulação estrutural e funcional.

FIGURA 34 - EVOLUÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DA SEDE COOPERATIVA LANGUIRU



Fonte: Languiru (2016).

Inicialmente a cooperativa Languiru fornecia gêneros alimentícios e insumos agrícolas, em contrapartida recebia a produção de seus cooperados. Atualmente, trabalha nos segmentos: de suínos, aves, rações e laticínios. A Cooperativa Languiru atua no mercado nacional e internacional com a marca Languiru e MiMi e conta com um portfólio de mais de 500 produtos. Realiza exportação para mais de 40 países do Oriente Médio; África; Extremo-Oriente; Leste Europeu e América Central. Em todos os mercados são respeitadas as questões

culturais, religiosas e mercadológicas. Seus principais produtos da linha de laticínios são: iogurtes; bebida láctea; doces de leite, natas e leites (LANGUIRU, 2016).

Nesses 60 anos de atividades, a história da Cooperativa Languiru, de acordo com Kreimeier (2010), passou por três fases distintas:

- ✓ Primeira Fase: fundação e expansão: 1955/1980;
- ✓ Segunda Fase: adequação ao mercado: 1980/2002;
- ✓ Terceira Fase: reformulação estrutural e funcional “uma nova Languiru”: 2002/atual.

A primeira fase, de 1955 a 1980, pode ser resumida como o período de fundação e expansão considerável do parque industrial, período em que a Languiru incorporou e adquiriu outras empresas, especialmente entre os anos 1960 e 1970. As atividades da Cooperativa Languiru iniciaram no dia 1º de junho de 1956 em um pequeno armazém que fornecia gêneros de primeira necessidade e insumos agrícolas e, em contrapartida, o estabelecimento recebia a produção dos cooperados.

Com o intuito de obter melhores resultados na venda de suínos, a cooperativa alugou um frigorífico de suínos e bovinos em 1º de janeiro de 1957. Localizado em Linha Schmidt, hoje Município de Westfália, a estrutura do frigorífico recebeu grandes investimentos nas décadas seguintes. Buscando atender às necessidades dos cooperados, a cooperativa construiu a primeira sede de sua Fábrica de Rações no mesmo ano. O investimento foi realizado no Distrito de Languiru. Em 1963, com a expansão da produção leiteira, a cooperativa iniciou, também no Distrito de Languiru, a obra de sua Indústria de Laticínios.

Essa indústria começou suas atividades em 1964, sendo a primeira indústria de laticínios, no Brasil, a envasar o leite em saquinho plástico (barriga mole). Na ocasião, também iniciou a divulgação da marca MiMi, que se tornou conhecida principalmente em Porto Alegre/RS. A Cooperativa Languiru continuou expandindo os seus negócios e abriu caminho para incorporações na década de 1970. No ano de 1975, incorporou a Cooperativa Agrícola Mista União Ltda., do Município de Estrela e um ano depois, a estrutura recebeu as instalações da Fábrica de Rações. Até o final da década de 1970, a Languiru ainda incorporou a Cooperativa São João, do Município de Bom Retiro do Sul, e as cooperativas teutonienses de Linha Pontes Filho, Linha Geraldo e Linha Wink, todos, à época, eram distritos do Município de Estrela.

Em 1976, foi inaugurada uma seção de consumo formada pelo Supermercado Languiru e Setor de Forragens, no Distrito de Languiru. No mesmo prédio, passou a funcionar o então Departamento Agropecuário, hoje Departamento Técnico, um setor composto por

técnicos em agropecuária, médicos veterinários e engenheiros agrônomos, que começaram a prestar serviços de assistência técnica aos agricultores familiares. Ainda no mesmo ano, foi construído um ginásio de funções múltiplas e o Escritório Central, também no Distrito de Languiru. No ano de 1979, a cooperativa transferiu o abate de bovinos para Bom Retiro do Sul e transformou o frigorífico de Westfália em um Abatedouro de Aves. No mesmo ano, a Languiru adquiriu o controle acionário do Frigosul, em Canoas, e transferiu o abate de bovinos para aquele local.

Na segunda fase, a de adequação ao mercado, a Cooperativa Languiru alcançou renome econômico e social na região. No ano de 1980, houve mobilização social com plebiscito para a emancipação política administrativa do distrito, e as vilas de Canabarro, Languiru e Teutônia formariam o novo Município de Teutônia. Em 1981, sob a lei nº 7.542/81, foi oficializado o novo município. O primeiro prefeito eleito foi o Sr. Elton Klepker, o líder da fundação da Cooperativa Languiru. Esses fatos vêm ao encontro do que diz Tavares dos Santos (1984) quando declara que o poder político e os interesses exercidos pelos membros das diretorias das cooperativas influenciam uma região, tanto política quanto socialmente.

De acordo com Ew (2001), no ano de 1982, a Languiru associou-se à Cooperativa Central Gaúcha de Leite -CCGL. Com isso, desativou sua indústria própria de laticínios, pois o leite proveniente de seus cooperados passou a ser entregue na outra usina, o que promoveu a terceirização da industrialização do leite. A Languiru retirou a marca MiMi do mercado e nesse mesmo ano também vendeu seu frigorífico de suínos. De acordo com o respondente da pesquisa, na década de 1990, iniciaram as obras da Unidade Produtora de Leitões que, atualmente, é formada por quatro granjas, e a construção de um moderno incubatório, ambos no Município de Teutônia.

Conforme o respondente da pesquisa, no final da década de 1990, foi firmada uma *joint venture*¹⁷ entre a Languiru e uma empresa italiana, que investiu na construção de uma nova indústria de embutidos. Localizada no Município de Bom Retiro do Sul, a planta industrial assumiu o processamento de carne suína. Em 2002, a Languiru retirou-se desse empreendimento e firmou uma aliança estratégica com a empresa Alibem Alimentos, do Município de Santo Ângelo, que passou a adquirir os suínos produzidos pelos cooperados.

¹⁷ *Joint venture* é uma expressão de origem inglesa, que significa a união de duas ou mais empresas já existentes com o objetivo de iniciar ou realizar uma atividade econômica comum, por determinado período de tempo e visando, dentre outras motivações, o lucro. As empresas que se juntam são independentes juridicamente e no processo de criação da *joint venture* podem definir se criam uma nova empresa ou se fazem uma associação (consórcios de empresas) (DRUCKER, 1999, p. 141).

Essas ações da Cooperativa Languiru contrapõem-se ao que recomenda a Aliança Cooperativa Internacional, que tem como função básica preservar e defender os princípios cooperativistas de que as cooperativas são sociedades de pessoas de natureza civil, tendo forma jurídica própria, constituída a fim de prestar serviços aos seus cooperados, distinguindo-se das demais sociedades mercantis por diversas características. E uma característica marcante das cooperativas é afastar os intermediários; já, nas empresas mercantis, a principal característica é o lucro. Portanto, evidencia-se aqui uma contradição na função da cooperativa, que busca parcerias e alianças estratégicas com empresas mercantis.

Na terceira fase, de acordo com Kreimeier (2010), a de reformulação estrutural e funcional - “uma nova Languiru” -, o Sr. Dirceu Bayer e o Sr. Renato Kreimeier assumiram a presidência e a vice-presidência, respectivamente, e iniciaram um processo de reformulação estrutural e funcional na Cooperativa Languiru. Buscaram a profissionalização administrativa por meio da implementação de medidas de austeridade e enxugamento em todos os setores. Nessa reformulação, a Cooperativa utilizou técnicas administrativas de empresas mercantis para conseguir permanecer e competir no mercado. Esse processo permitiu que, no início de 2003, reingressasse no mercado de lácteos com o relançamento da marca MiMi, que havia sido retirada do mercado em 1982. A venda do leite viabilizou a construção de uma nova Indústria de Laticínios, que foi inaugurada em 2005, consolidando a marca MiMi no mercado.

No ano de 2005, a Cooperativa Languiru voltou a se recuperar das dificuldades enfrentadas durante a década de 1990. A partir do ano de 2006 fez diversos investimentos na área leiteira e em outros segmentos, iniciando um período de expansão. Em 2006 concluiu uma moderna sala de cortes junto ao Frigorífico de Aves e abriu uma nova Central de Vendas na Serra Gaúcha. Em 2008, retomou a industrialização de embutidos no Frigorífico de Aves, no Município de Westfália. No ano 2009, inaugurou mais uma Unidade Produtora de Leitões em Bom Retiro do Sul; o novo prédio do Supermercado Languiru, em Teutônia; e uma loja Agrocenter na cidade de Cruzeiro do Sul. Em 2010, foi inaugurada outra loja Agrocenter, desta vez no Município de Teutônia. Em Poço das Antas, a Languiru iniciou a construção do Frigorífico de Suínos e em 2011, inaugurou um Supermercado no Município de Bom Retiro do Sul.

Dando continuidade à expansão, em 2012, a Cooperativa Languiru inaugurou o Frigorífico de Suínos em Poço das Antas, uma obra no valor de R\$ 60 milhões. Em setembro de 2013, com o intuito de expandir a rede de lojas de máquinas, equipamentos e bazar, foi inaugurada mais uma loja Agrocenter em Teutônia. E no ano de 2014, entrou em um novo segmento, com o intuito de continuar diversificando os seus negócios e atender às demandas

do mercado. Em fevereiro desse mesmo ano inaugurou o posto de combustíveis do Bairro Languiru, Município de Teutônia. Um ano depois, em fevereiro de 2015, inaugurou mais um posto de combustíveis, desta vez no Município de Westfália.

De acordo com o respondente da pesquisa, em abril de 2015, a Cooperativa Languiru inaugurou a sua nova Sede Administrativa, local que abriga setores administrativos e assessorias, empregando um total de 90 colaboradores, ano em que obteve um faturamento bruto que ultrapassou R\$1 bilhão. No ano de 2016, a Cooperativa Languiru completou 60 anos de atuação no mercado, com forte relevância socioeconômica. Seu quadro social é composto por 6.000 cooperados, cujas propriedades rurais estão localizadas em mais de 70 municípios nos Vales do Taquari, Caí, Rio Pardo e região da Serra.

A atual estrutura da Cooperativa Languiru está organizada nos seguintes setores: setor de aves; setor de suínos; setor de leite; fábrica de rações e concentrados; e varejo e atacado (centrais de distribuição). O setor de leite possui 2.122 cooperados produzindo em 1.691 propriedades rurais. As pequenas propriedades familiares, nas quais o leite é produzido, são ocupadas de forma racional. Representam relevante papel socioeconômico para as pessoas que diretamente são beneficiadas dentro de suas comunidades, principalmente pela importância social que o leite representa na Cooperativa Languiru e também pela necessidade de agregar valor aos produtos lácteos e garantir uma remuneração regular aos agricultores familiares.

De acordo com o respondente da pesquisa, a Cooperativa Languiru adota dois critérios para a adesão de um novo cooperado produtor de leite: indicação do cooperado por outro cooperado, produtor leite, frango ou suíno; ser produtor de leite. A proposta de adesão passa, inicialmente, pelo Conselho de Administração para ser aprovada ou não. Sendo aprovada, é preenchida uma ficha de cooperado com o número de matrícula. Não há contrato comercial para a produção de leite, porém o agricultor familiar se compromete a entregar toda a sua produção leiteira à Cooperativa. A cota mínima de leite é de 20 litros dia, mas isto é informal. A Cooperativa Languiru avalia a diversificação de atividades na propriedade. Também observa se existem filhos que possam suceder os pais na atividade leiteira. Nesse caso, a cota mínima geralmente fica em torno de dez litros de leite dia, desde que a propriedade esteja inserida em uma rota de coleta de leite, que é terceirizada pela Cooperativa.

O principal desafio enfrentado pelo setor de leite da Cooperativa Languiru são as limitações relacionadas à disponibilidade de mão de obra. O esvaziamento do meio rural, sobretudo o decorrente do êxodo rural entre os jovens, é percebido na região do Vale do Taquari como uma das principais ameaças à agricultura familiar. De acordo com o IBGE

(2010), em 2000, o Brasil contava com 6.134.639 jovens no meio rural, o que representava 18% do total do número de pessoas residentes neste meio. Porém, o último censo, o de 2010, registrou 5.493.845 pessoas nas mesmas localidades e na mesma faixa etária, entre 15 e 24 anos, o equivalente a 16% da população total de jovens do País.

A agricultura familiar apresenta significativas transformações no âmbito das concepções de mundo, estilo de vida, modalidades de trabalho e, sobretudo, nos processos de tomada de decisão, principalmente na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração. O ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho entre os agricultores familiares e cooperativas sofre influência do mercado competitivo. A seguir, abordam-se as relações sociais de produção entre agricultores familiares e as cooperativas.

5.4 Relações sociais de produção entre agricultores familiares e as cooperativas

As relações de produção são, em essência, relações estabelecidas entre os homens no processo de produção social. Elas são estabelecidas independentemente da vontade individual de cada um no processo de produção. Os níveis de desenvolvimento dessas relações dependem do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade. Dessa forma, de acordo com Oliveira (2007), as relações de produção devem ser entendidas como o conjunto das relações que se estabelecem entre os homens em determinada sociedade, no processo de produção das condições materiais e sociais de sua existência. As relações sociais de produção, no conceito da economia marxista, são utilizadas para identificar o conjunto de relações econômicas que se estabelece entre homens no processo de produção e reprodução de sua vida social.

De acordo com Marx (1996), em se tratando do modo de produção capitalista, especialmente a relação de produção é fundamental aquela que ocorre entre capitalistas e proletários: os primeiros, enquanto compradores de força de trabalho, e os últimos, como vendedores. De modo geral, a agricultura desenvolveu-se em duas direções: de um lado, a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos; de outro, a agricultura familiar, baseada na articulação com as formas de produção não capitalistas. Conforme Chayanov (1974), a família trabalha para preencher as necessidades fundamentais dos seus membros e, em um segundo plano, para acumular capital. Dessa forma, a unidade econômica da agricultura familiar é não capitalista pelo fato da ausência do trabalho assalariado e pela não acumulação de capital em primeiro plano, sendo um modo de

produção, ou seja, um modo de vida. A base dessas relações está nas relações de propriedade sobre os meios de produção.

De acordo com Oliveira (1995), pode-se afirmar que o desenvolvimento do capitalismo é entendido como processo contraditório de reprodução capitalista ampliada do capital. Ou seja, o modo capitalista de produção não está limitado apenas à produção, mas também à circulação de mercadorias, da troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadorias. Dessa forma, pode-se afirmar que o agricultor familiar do Vale do Taquari troca o produto do seu trabalho (leite) por mercadoria. A cadeia produtiva do leite é um sistema de produção e de organização heterogênea, envolve agricultores familiares, não familiares, grandes e pequenas empresas e cooperativas. Desse modo, essa cadeia se torna complexa e atua no mercado nacional e internacional.

Assim sendo, as relações de produção não capitalistas são relações sociais que pressupõem a troca desigual entre o capital e o trabalho, e ambos, capital e trabalho, são produtos de relações sociais iguais e contraditoriamente desiguais. São, pois, relações que têm necessariamente que suportar capital e trabalho assalariado. As relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho. No entanto, os agricultores familiares produtores de leite, no Vale do Taquari, respondentes desta pesquisa, possuem terra própria e mais uma parte de terra arrendada. Possuem os meios de produção: terra, tratores, ordenhas e demais equipamentos, galpões e o gado leiteiro. Dessa forma são produtores não capitalistas.

A junção das relações de produção e das forças produtivas resulta em um modo de produção historicamente determinado. Ou seja, mostram também seus costumes, suas culturas e a sua influência na organização da vida em sociedade. A forma organizacional para a troca de seus produtos encontrada pelo agricultor familiar do Vale do Taquari foi a de se inserir na cadeia produtiva do leite, segmento que já conhecia. O agricultor familiar produtor de leite é o elo fraco da cadeia. Sendo o que ele vende é o produto (leite) e não a sua força de trabalho, ou seja, o agricultor familiar não contabiliza às 12 horas diárias de trabalho familiar na propriedade. Portanto, a produção leiteira exige uma série de atividades complementares: o manejo com o gado, o cultivo de pastagens, produção de silagem. São horas de trabalho para a produção e comercialização de leite. Como a cooperativa oferece a possibilidade de adquirir insumos, equipamentos, eletrodomésticos e outros alimentos industrializados para descontar na conta do leite a receber, o agricultor familiar torna-se acomodado e dependente da cooperativa.

Os agricultores familiares não se relacionam somente com a sua cooperativa, estão inseridos em um mercado capitalista e por ele são influenciados. As relações sociais dos agricultores familiares produtores de leite envolvem os vizinhos, a Emater, a Prefeitura, o SEBRAE e as demais organizações da comunidade, onde expressam a sua cultura, a tradição e o seu modo de vida. Na região do Vale do Taquari, predominam as pequenas propriedades. Desta forma, há mais interação entre os vizinhos e muitos são parentes. Também fica fácil perceber o modo com que o vizinho desenvolve sua atividade de produção leiteira e trocar ideias sobre manejo, lidas na agropecuária, comentar as experiências positivas e negativas, eventos sociais e culturais da comunidade.

Nesta pesquisa, utilizou-se o método história oral apresentada por Meihy e Holanda (2007). Os autores declaram que “o principal fundamento da história oral temática se constitui em uma dimensão social que abarca a memória coletiva e a identidade social” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.131). Nesse sentido, partiu-se do seguinte questionamento: de que modo a família iniciou sua atividade na produção leiteira? A partir das narrações dos respondentes da pesquisa, foi possível traçar vários elementos que permeiam as relações sociais, ou seja, as experiências individuais e coletivas; as trajetórias, tradições, relações familiares; os aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais, religiosos; o território, a rede de sociabilidade, pois esses são elementos que tecem a vida em sociedade e que transitam entre o reconhecimento de semelhanças, diferenças e desigualdades.

Percebeu-se, ao se analisar as narrativas, que, após a crise da suinocultura na década de 1960 e a concomitante queda da produção de milho, mandioca, trigo e feijão, ocorreram alterações nas atividades, fazendo com que os agricultores familiares migrassem dessas culturas para a produção de leite, que era uma atividade secundária desenvolvida nas propriedades rurais, principalmente pelas mulheres, no Vale do Taquari. Isso ficou evidenciado na pesquisa empírica quando, na entrevista, os agricultores familiares contaram a sua história, como iniciaram a atividade leiteira na propriedade rural.

“sempre tinha leite e antigamente o que sobrava da alimentação, a vó e a mãe, botava no balde, na beira da estrada pra vendê e fazê dinheiro, né”. (nº C4).

“pois é, sempre tirei leite, desde guri, à mão mesmo e a mãe botava num tarro na beira da estrada pro leiteiro levar, no fim do mês dava um dinheirinho, hoje tudo mudou. Temo ordenha, trator e é do leite que se vive aqui”. (nº C7).

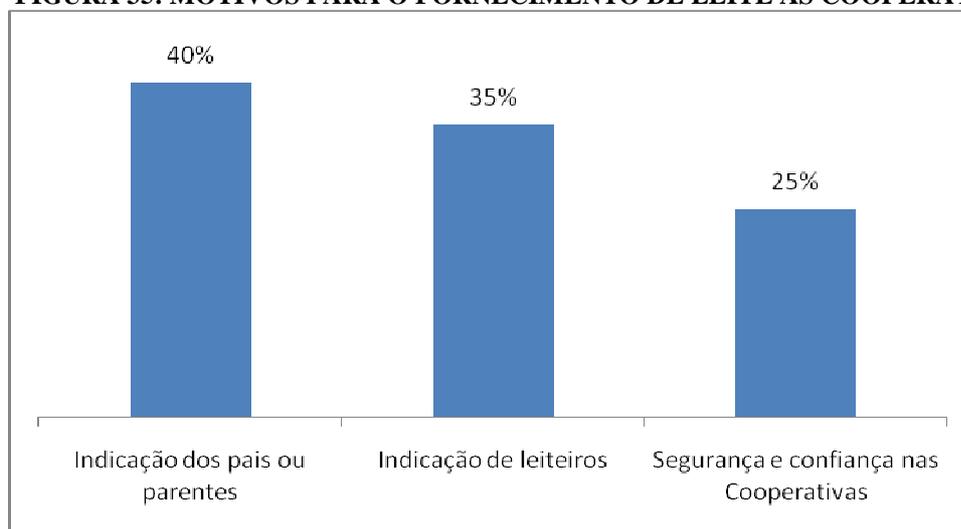
“nasci aqui e sempre vi minha mãe tira leite pra vender, depois meus irmãos foram pra cidade, eu fiquei né, casei e hoje o leite é a nossa moeda”. (nº L5).

De acordo com o dirigente da Extensão Rural da Emater, o leite sempre esteve presente nas propriedades rurais, porém, com grande sazonalidade. A atividade leiteira se desenvolveu a partir da implantação de um Programa de Assistência Técnica, por intermédio da Emater, em 1991. Esse Programa visava a uma mudança no modo de produzir leite e na forma de pensar e agir do agricultor familiar e de garantir a alimentação aos animais. Conforme o entrevistado.

“antigamente tinha ciclos de produção do leite, no inverno pouca produção, no verão mais. As empresas se aproveitavam para baixar o preço do leite no verão. Os ciclos eram ocasionados por problemas de alimentação do gado. A Emater implantou o sistema de silagem em 1991. No começo a silagem era produzida de forma artesanal, de carroça e corte à mão, tinha maior qualidade. Hoje é mecânica, tem volume e pouca qualidade, fungos e focos de bactérias. Antes de 1991, o pessoal fazia um canteiro de pastagem e colhiam o pasto e ofereciam para as vacas, nas cocheiras. Muitas vezes não era suficiente para a vaca produzir leite. Hoje é feito os piquetes onde as vacas são soltas e pastam até ficarem satisfeitas, no sistema de rodízio. O agricultor era escravo da vaca e esta não produzia leite”. (nº 14).

Durante a entrevista, indagou-se sobre os motivos que levaram os agricultores familiares produtores de leite a optarem por fornecer leite às Cooperativas Cosuel e Languiru. As respostas revelaram três motivos: indicação dos pais ou parentes; indicação de leiteiros e segurança e confiança nas Cooperativas.

FIGURA 35: MOTIVOS PARA O FORNECIMENTO DE LEITE ÀS COOPERATIVAS



Fonte: Mallmann, 2017 .

Constata-se, na Figura 19, que 40% dos respondentes da pesquisa optaram por ser cooperados por indicação dos pais ou parentes, o que mostra a influência dos familiares nas decisões econômicas; 35% optaram por sugestão do leiteiro (alguns são cooperados) que possui uma rota de coleta de leite e 25% fizeram a opção por segurança e confiança. Todos os

respondentes informaram que confiam nas Cooperativas Cosuel e Languiru, conforme se constata no depoimento de um dos agricultores entrevistados:

“a gente sempre qué ganhar mais, né! Entregamos leite, por um mês e meio para a empresa ... e não nos pagaram. Então fomos entrega para a empresa... que pagava 0,15 centavos a mais no litro do leite, os primeiros meses foi muito bom, depois aconteceu de novo. Perdemos R\$ 35.000,00. Daí procuramos a Cooperativa. Sabe que é muito bom, paga menos, mas nos dá tudo que precisamos, sempre certinho”. (nº L9).

Os respondentes da pesquisa e representantes das Cooperativas Languiru e Cosuel declararam que começaram a industrialização e comercialização do leite para suprir uma demanda do mercado em 1964 e 1965, respectivamente. A produção leiteira consistiu em uma alternativa de trabalho e renda para os agricultores familiares cooperados, os quais já conheciam a atividade. Até a década de 1980, no Vale do Taquari, a ordenha era manual, não existia resfriadores de leite nas propriedades rurais. O leite era acondicionado em baldes ou tarros à beira das estradas para os transportadores terceirizados das cooperativas apanharem.

Não havia planejamento para a alimentação do gado leiteiro e nem para a reprodução, que era natural com monta (touro). As crias (terneiros) fêmeas eram destinadas à produção de leite e os machos eram vendidos. Existia grande oscilação na produção de leite, as vacas demoravam muito para emprenhar. Em meados da década de 1980, as cooperativas começaram a prestar assistência técnica, na intenção de melhorar a produção leiteira. Atualmente, a maioria das propriedades rurais realiza o planejamento para a recria, conforme os depoimentos a seguir.

“os Programas ensinam a gente a fazer um planejamento para ter leite durante todo o ano. Após três meses que a vaca pariu, tem que emprenhar. Produz leite por sete meses, durante a gestação, tem um recesso de dois meses para parir novamente e recomeça o ciclo. Em média uma vaca produz leite por 10 meses ao ano e tem uma vida útil aproximadamente de sete anos”. (nº C1).

“de primeiro era tudo natural, agora temos a assistência e inseminação pras vacas, então a gente consegue ter leite durante o ano todo, não tem mais escassez no inverno. Só que a gente tem que controlar, três meses depois que a vaca pariu tem que chamar o veterinário, se não dá prejuízo. Antigamente as vacas duravam mais, hoje no máximo é de oito anos”. (nº L2).

Durante a entrevista realizada com o Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, esse relatou que, no final da década de 1970 até meados da década de 1990, ocorreu êxodo rural, principalmente entre os jovens que preferiram trabalhar nas cidades. Naquela época, a infraestrutura das estradas, água encanada e energia rural eram precárias. Por isso, houve o abandono de diversas propriedades rurais no território do Município de Arroio do Meio. Em algumas dessas propriedades rurais, foram construídas residências ao longo da estrada

principal, formando vilas, e seus moradores residem na zona rural e trabalham na zona urbana. No interior dessas propriedades, foi desenvolvida a silvicultura. Outras propriedades foram vendidas e permaneceram sem atividade agrícola.

De acordo com os relatos dos agricultores entrevistados, até a década de 1990, os agricultores produtores de leite realizavam mutirões para plantar pastos e auxiliar os vizinhos nas atividades da pecuária, época em que a maioria do trabalho era braçal, e assim continuaram quando iniciou o processo de silagem nas propriedades rurais. Hoje, o trabalho na pecuária leiteira é mecanizado e a ajuda mútua vem de familiares, parentes e compadres próximos para a execução das tarefas eventuais e para suprir férias, que raramente acontecem, ou para algum evento social — casamento, doença ou morte. Para fazer a silagem, precisam do auxílio dos vizinhos, mas este trabalho é pago. Os respondentes da pesquisa declararam que poderia haver mais reciprocidade entre os agricultores produtores de leite, mas isto não ocorre porque alguns têm desconfiança ou ciúmes, conforme um agricultor familiar, respondente da pesquisa.

“Sabe... a gente sempre ajuda os vizinhos, eles também ajudam. Mas, poderiam ter mais colaboração, pois sempre tem uns que ficam com inveja, né. Ou tem uns que acham que o vizinho pode pegar uns litros de leite, então a gente desconfia, né.”. (nº C9).

A interação nas relações sociais entre os agricultores familiares produtores de leite no Município de Arroio do Meio é incentivada pelos Programas Sociais e de Capacitação desenvolvido pela Prefeitura, Emater, SEBRAE e pelas Cooperativas Cosuel e Languiru.

Os agricultores familiares participam do coral da comunidade, festa comunitária e as mulheres, eventualmente, participam do clube de mães. O esporte do qual eventualmente os homens participam é o jogo de bocha. Os Programas Sociais e de Capacitação também proporcionam visitas *in loco* às propriedades rurais, realizam a “tarde de campo” em busca de informações sobre as atividades que eram praticadas no meio rural. Conforme o Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, a Prefeitura do Município de Arroio do Meio mantém uma associação que disponibiliza alguns equipamentos (roçadeira, plantadeira, entre outros implementos agrícolas) para os agricultores familiares administrarem e se ajudarem. Desta forma trocam experiências. Esta iniciativa de associação mantida pela Prefeitura tem boa aceitação pelos seus usuários.

De acordo com o respondente da pesquisa, Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, o município também realiza parcerias para avaliação do gado e inseminação artificial, sendo 90% subsidiado pela Prefeitura, trabalho que é feito inclusive em fins de semana. Na consulta veterinária, o município reembolsa 75% do valor, e os medicamentos

ficam por conta do agricultor familiar. São oferecidos aos agricultores familiares do Município de Arroio do Meio, diversas capacitações, por meio de parceria da Prefeitura com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR e SEBRAE, que realizam quatro cursos por ano sobre gestão e produção leiteira, incluindo um seminário para tratar da modernização da criação de gado leiteiro e de produção leiteira.

Conforme o Secretário, respondente da pesquisa, a Prefeitura Municipal, por intermédio da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, presta diversos serviços ao agricultor familiar. Atualmente, investiu em infraestrutura para modernizar a agricultura familiar com a implantação de potência de energia elétrica para as propriedades rurais utilizarem maquinários agrícolas e equipamentos modernos na residência. Em 2016, implantou a rede para internet e antena para captar sinal de celulares para o meio rural. Desde 2014, também foi disponibilizada a abertura de poços artesianos; fechamento de silagem; acesso às propriedades; abertura de bebedouros e enterro de animais, todos sem custo para o agricultor familiar. Por outro lado, as melhorias em infraestrutura básica realizadas pela Prefeitura para auxiliar o agricultor familiar geraram um problema socioeconômico que prejudica a atividade leiteira: o uso de algumas propriedades rurais para outros fins, que não a agricultura.

As terras que foram vendidas nas décadas de 1980/1990 e permaneciam sem atividade agrícola, atualmente, estão sendo comercializadas para outros fins. Há tendência de transformar essas propriedades em sítios de lazer, construções de mansões, instalação de empresas industriais e outras atividades não agrícolas. Esse fato está aumentando muito o preço do ha de terra e o dos arrendamentos, inviabilizando ao agricultor familiar a aquisição de novas áreas de terras. Preocupados com essa situação, os jovens líderes da comunidade, engajados nos Programas de Sucessão Familiar das Cooperativas Languiru e Cosuel, estão elaborando, em conjunto com a Câmara de Vereadores, normas restritivas para modalidades de construção e atividades na zona rural, no Município de Arroio do Meio.

Outra mudança ocorrida com a modernização nas propriedades rurais foi o endividamento dos agricultores familiares produtores de leite, respondentes da pesquisa, que contraíram dívidas oriundas da compra de animais, tratores, implementos agrícolas, automóveis, eletrodomésticos e das melhorias nos galpões nas residências. Essa situação se revela na voz de alguns respondentes.

“a dívida é o preço que se paga para continua na roça, precisa segui os vizinhos, pois na cidade não tenho como vivê”. (nº L8).

“é se a gente não investí na propriedade, nas vaca não tem como vendê leite e o leite é o que faz dinheiro todo o mês, compra tudo que precisamos com ele. Ah! e também é bom tê conforto, todo o mundo gosta, né”. (nºL6).

“de primeiro era tudo feio, hoje temos tudo bonito arrumado, por que com o convênio da cooperativa com o Sicredi, a gente financiou as melhoria nos galpões e compramô trator novo, fizemos a sala de ordenha. Né, isto vale a pena”. (nº C3).

Os respondentes da pesquisa informaram que ambas as Cooperativas exigem exclusividade para a aquisição do leite. Não existe a possibilidade de entrega parcial. Quanto ao pagamento mensal do leite ao agricultor familiar, tanto eles quanto as Cooperativas afirmaram que ninguém recebe o valor integral em dinheiro. Isso porque as cooperativas interagem em um mercado globalizado e disponibilizam ao agricultor familiar, por meio dos Agrocenters, insumos, assistência veterinária e técnica, supermercado com produtos industrializados de bazar, vestuário e eletrodomésticos, produtos de origem nacional e internacional. Desse modo, o agricultor familiar adquire tudo o que necessita para a propriedade e para a manutenção da família na cooperativa e desconta da conta do leite a receber. A seguir, o relato de um agricultor, semelhante a todos os relatos dos agricultores entrevistados, quando questionados sobre o recebimento da conta do leite.

“A Cooperativa fornece tudo o que a gente precisa e desconta da conta do leite. É só fazê o pedido e no outro dia o leiteiro entrega. No final do mês a gente recebe o extrato, si sobrô dinheiro tá no Sicredi. Se por acaso, a gente precise de dinheiro, fazem adiantamento na conta do leite, pra nós é muito bom, né”. (nº L3).

Os agricultores familiares produtores de leite produzem para o mercado e destinam o essencial de sua produção para o autoconsumo familiar. De acordo com Lamarche (1998), o agricultor familiar possui autonomia e dependência da organização da produção agrícola — dependência tecnológica, financeira e do mercado. No caso dos agricultores familiares respondentes da pesquisa, eles possuem uma autonomia relativa, participam das principais decisões das Cooperativas, via voto nas assembleias, e possuem autonomia para serem cooperados ou não. Por outro lado, as Cooperativas suprem as necessidades da propriedade e da família, criando uma dependência de tecnologia, considerando-se que as Cooperativas comercializam os implementos agrícolas.

Assim, criam também dependência financeira, porque há a possibilidade de adiantamento parcial dos recursos a receber da conta do leite e convênio para efetuar financiamentos, via Sicredi, para aquisição de implementos e modernização da propriedade

rural. E também criam a dependência de mercado porque as Cooperativas exigem a exclusividade na produção leiteira.

Dessa maneira, o agricultor familiar fica dependente da Cooperativa em relação à tecnologia, finanças e ao mercado. Contudo, o agricultor familiar, respondente da pesquisa, sente-se grato e valorizado perante a comunidade por estar produzindo para a Cooperativa local, a qual antecipa as suas necessidades sociais e mercadológicas. Não há a percepção por parte dos agricultores familiares, respondentes desta pesquisa, de que se trata de uma das diversas estratégias de sustentabilidade das Cooperativas para obterem a continuidade do recebimento de matéria-prima e uma forma de permanecerem competindo no mercado nacional e internacional. Eis as palavras de um dos dirigentes das cooperativas:

“a Cooperativa olha a propriedade como um todo, verifica se tem filhos menores, olha como um cliente, um negócio e prefere a diversificação. Muitas vezes aqueles que produzem leite em torno de 30 litros/dia compram tudo na Cooperativa e outros que produzem 1.000 litros/dia compram produtos fora. Tudo que o agricultor pensar em produzir na propriedade, a Cooperativa estuda a viabilidade econômica. Faz questão que o cooperado esteja estudando, principalmente no meio rural, com cursos de áreas afins. E oferece cursos que tratam da sucessão familiar e formação de líder”. (nº 12).

As Cooperativas Cosuel e Languiru foram constituídas para atender às demandas dos agricultores familiares e eliminar os intermediários. Dessa forma, visam melhorar as condições de vida dos agricultores familiares e garantir preço maior aos produtos agrícolas. De acordo com Pinho (1966), é porque os cooperados possuem uma relação tríplice: de proprietário; de fornecedor e de controle, ou seja, de proprietário – fazem parte da cooperativa (cooperados) e de fornecedor de matéria-prima – transação comercial; e de controle – participam das principais decisões, via assembleia.

No entanto, os princípios cooperativistas são as linhas orientadoras pelas quais as cooperativas devem considerar os seus valores. De acordo com Bialoskoski (2009), o modelo cooperativista é proposto pela economia solidária, que define as cooperativas como organizações de pessoas com objetivos comuns, que se baseiam em valores de solidariedade e democracia. Porém, as cooperativas passaram por uma série de transformações ao longo do tempo, sendo basicamente motivadas pela globalização das relações comerciais. Tal fato, por sua vez, gerou, nas cooperativas, um processo contínuo de aperfeiçoamento e reflexão acerca de suas ferramentas organizacionais, devido à necessidade de concorrerem com as empresas mercantis.

Esse fato é percebido pelos critérios estabelecidos pelas Cooperativas Cosuel e Languiru para a composição do preço do litro de leite pago aos agricultores familiares respondentes desta pesquisa. A Cooperativa Cosuel possui um Programa de Qualidade do

leite que consiste em remuneração e multa. Em conformidade com a Norma nº362 (norma interna da Cooperativa), os agricultores têm meta de qualidade a cumprir gradativamente, baseada em unidades de células somáticas e unidade fecal. Também adota uma política para fixar o preço do litro do leite, baseada em uma projeção para o mês subsequente e acompanha a orientação do Conselho Paritário entre Produtores e Indústrias de Laticínios - Conseleite. A cada mês, o Conseleite faz uma projeção do preço a ser pago e, no mês seguinte, informa o que deveria ter sido pago (projetado versus realizado), apontando a diferença, com nova projeção para o mês subsequente.

A Cooperativa Languiru adota o critério de incentivo ao volume e à qualidade, e conforme vai aumentando a quantidade em litros de leite e o controle (menor nível) de unidades de células somáticas e unidade fecal, maior será o valor a pagar pelo litro de leite. O dirigente da Cooperativa Languiru, ao ser entrevistado, declarou que a política de preço é realizada da seguinte forma: R\$ 0,75 preço base, mais 15% - volume e mais 20% qualidade. Com essa política, a Cooperativa Languiru acredita que motiva o agricultor, pois ele ajuda a formar 35% do preço do seu produto final (leite).

Outro critério adotado por ambas as Cooperativas é o procedimento de coleta de leite. Os leiteiros são terceirizados das Cooperativas e utilizam caminhões tanques refrigerados, observando o seguinte processo: em cada propriedade rural é medida a quantidade de litros e colhida amostra do leite. Todo o leite recolhido em uma rota é misturado no caminhão tanque. No laboratório da Cooperativa, é realizada uma análise geral do leite do tanque do caminhão. Caso o leite apresente avaria (contaminação), realiza-se o teste nas amostras individuais para averiguar quem originou a contaminação. Identificado o agricultor familiar produtor de leite, ele terá de pagar o valor do leite contaminado, ou seja, o volume do tanque do caminhão que, em média, transporta 20.000 litros de leite, conforme se constata nas palavras de um dos respondentes da pesquisa:

“aconteceu com nosso primeiro vizinho, a vaca tinha mamite e ele não cuidou. Tem que cuidar da limpeza e das doenças. Ele teve que pagar R\$ 18.000,00, isto foi feio.... foi mais de um mês de trabalho, né”. (nº L7).

Outra norma estabelecida pelas Cooperativas Cosuel e Languiru é a distribuição das “sobras”. De acordo com Bialoskorski Neto e Marques (1998), em uma empresa mercantil os sócios recebem dividendos, o que, nas cooperativas, denomina-se distribuição das “sobras”. De acordo com o respondente da pesquisa, a Cooperativa Cosuel distribui o percentual das “sobras” após apreciação em assembleia geral, cujo valor é creditado para cooperado na proporção da entrega de sua produção à Cooperativa. Na Cooperativa Languiru, conforme

informou o seu dirigente, a distribuição das “sobras” é realizada da seguinte forma: foi estabelecida uma conta, denominada “Conta Movimento”, ou seja, tudo é contabilizado. Do montante de compra de produtos adquiridos pelo agricultor familiar na Languiru é pago 0,50% do valor total. E na venda dos produtos agrícolas (leite, aves, ovos e suínos) do agricultor familiar para a Languiru, é pago 0,75% do valor montante. Esse valor é pago após a assembleia geral, em abril, independentemente do resultado do balanço da Cooperativa.

As duas Cooperativas têm um sistema semelhante quando se trata das decisões dos cooperados. Ambas possuem, em cada comunidade, um conselheiro e um vice-conselheiro, indicados pelos agricultores cooperados, em assembleia geral. O conselheiro e o vice fazem reuniões na comunidade e levam para as Cooperativas as suas reivindicações. Na ocasião da pesquisa empírica, foi colhido o depoimento de uma vice-conselheira, que disse se sentir muito importante perante a comunidade e a Cooperativa por participar das reuniões. Mesmo quando, muitas vezes, as reuniões realizadas nas Cooperativas sejam apenas informativas.

Os critérios de pagamento utilizados pelas Cooperativas são semelhantes aos adotados pelas empresas mercantis. De acordo com Crúzio (1999), os critérios com uma fórmula de pagamento, que vincula a remuneração do agricultor familiar à sua eficiência de produção, observada em quantidade e em qualidade do produto agrícola, com metas a serem cumpridas, constitui-se em um contrato de produção, mesmo que seja feito de forma tácita. As relações de produção entre agricultores familiares e as Cooperativas Cosuel e Languiru são relações que ocorrem no processo de produção socioeconômica, e, muitas vezes, a diferença entre o trabalhador assalariado e o agricultor familiar produtor de leite está na jornada de trabalho e nos benefícios sociais.

No mercado globalizado, as normas mercadológicas e sanitárias são impostas pelo mercado nacional e internacional. As Cooperativas Cosuel e Languiru precisam se adaptar às exigências para permanecerem no mercado competitivo e repassam essas exigências aos seus fornecedores de matéria-prima, que são os seus cooperados agricultores familiares produtores de leite, os quais devem se ajustar às novas exigências ou serão excluídos, mesmo contrariando os princípios do cooperativismo. Outra interferência na cadeia produtiva do leite são as políticas públicas que, muitas vezes, são executadas por meio de convênio com as Prefeituras e SEBRAE. As Cooperativas também possuem suas políticas e Programas Sociais.

O Secretário da Agricultura e Meio Ambiente informou que no Município de Arroio do Meio foi firmado um convênio com o SEBRAE para executar o programa de Produção Integrada de Sistemas Agropecuários – PISA, desenvolvido pelo MAPA, para difusão de

tecnologias e adequação do processo produtivo em propriedades rurais, visando melhorias na produção leiteira. As cooperativas Cosuel e Languiru possuem, conforme já mencionado, o Programa de Sucessão Familiar a fim de manter o jovem no meio rural. A partir desses Programas, as cooperativas realizam um trabalho em conjunto com os agricultores familiares produtores de leite e seus filhos, ministrando aulas de gestão da propriedade rural, instruindo-os sobre como tomar decisões e como transferir responsabilidades para a nova geração.

A Cooperativa Languiru tem parceria com a Escola Agrícola de Teutônia, e a Cooperativa Cosuel tem a Escola do Leite, onde o aluno acompanha um dia de campo e também participa de palestras sobre higiene e produção leiteira. Conforme relatos do Secretário da Agricultura e Meio Ambiente do município de Arroio do Meio, os Programas de Sucessão Familiar desenvolvidos pelas Cooperativas são importantes para a continuidade das atividades rurais, principalmente na produção leiteira. Essas ações integram o agricultor à comunidade, valorizam as cooperativas, geram nova visão e formam novos líderes.

Os agricultores familiares, respondentes da pesquisa, que participam dos Programas de Sucessão Familiar demonstram apreciá-lo. Sentem-se importantes por serem cooperados e acreditam que é um trabalho social de integração familiar e comunitária. Nessas capacitações, compreendem o papel das mulheres e dos filhos na produção leiteira. Nos relatos dos agricultores familiares ficou clara a necessidade de planejamento e de distribuição de renda entre os membros da família.

“Antes dos Programas das Cooperativas de sucessão nas propriedades rurais, a gente não sabia o que era sucessor, não tinha distribuição de dinheiro. O filho ou filha e a mulher trabalhavam, só como mão de obra. A gente pensava que era obrigação trabalha pro pai, se criamos assim e assim a gente fazia. Hoje é tudo diferente, tem que ter planos e dividi o dinheiro”. (nº C8).

As Cooperativas Cosuel e Languiru estabelecem políticas próprias, como os Programas de Sucessão Familiar para atenderem as exigências do governo federal e do mercado e continuarem atuando em diversos segmentos econômicos, com características exclusivas de empresas mercantis. Dessa forma, percebe-se a força das verticalidades e as horizontalidades no território do Vale do Taquari. As verticalidades são forças vindas de longe, de fora, por meio de políticas públicas, normas e exigências mercadológicas. As políticas públicas que interferem na cadeia produtiva do leite, muitas vezes implementadas por meio de normas executadas pelas Cooperativas Cosuel e Languiru, no Vale do Taquari, constituem-se em verticalidades. A atuação do SEBRAE, por meio de convênio com a Prefeitura Municipal de Arroio do Meio, com recursos do MAPA, para a implantação de

capacitação de gestão da propriedade rural para os agricultores familiares produtores de leite é uma forma de instituir as verticalidades.

As horizontalidades são forças regionais, e, nesse caso, são constituídas pelos agricultores familiares produtores de leite que trocam ideias sobre as exigências mercadológicas e sanitárias implantadas pelas Cooperativas. A discussão entre os agricultores familiares produtores de leite, no Vale do Taquari, envolvidos na participação e utilização do aprendizado nas capacitações do SEBRAE, como forma de organizar a propriedade, a diversificação e o retorno de recursos financeiros investidos na produção leiteira, constituem-se em horizontalidades. Outra representação das horizontalidades está presente no convívio social, ou seja, nos costumes, tradições e no modo de vida dos agricultores familiares.

Quando as cooperativas realizam negociações como os mercados do Oriente Médio, África, Extremo-Oriente, Leste Europeu e América Central, deparam-se com mercados que exigem respeito às suas questões culturais, religiosas e mercadológicas, nem sempre conhecidas. Outro fator é que esses mercados não diferenciam se estão negociando com uma empresa multinacional ou com uma cooperativa que possui como fornecedor de matéria-prima agricultores familiares produzindo em minifúndio, e que também têm suas próprias crenças e modo de vida completamente diferente.

Neste sentido, evidencia-se a força das verticalidades com as exigências de outros países para realizar as transações comerciais com as cooperativas. A força das verticalidades é sentida pelos agricultores familiares quando as cooperativas exigem algumas mudanças na forma de produzir leite, por exemplo, o cumprimento de algumas normas fitossanitárias. E a força das horizontalidades é evidenciada quando há troca de experiências entre os agricultores familiares, por exemplo, na forma de adaptação do modo de produzir leite. Outro fato é o registro de cria e recria para rastreabilidade genética do rebanho leiteiro e a comprovação de vacinas e medicamentos. Outra troca de informação que ocorre entre os agricultores familiares é o tipo de forrageira a ser cultivada e qual proporciona melhor rentabilidade leiteira.

No entanto, as relações sociais de produção dentro do sistema capitalista sempre envolvem dependência, força e poder. Mesmo quando as organizações possuem princípios solidários, influenciam e são influenciadas pelos mercados. A força e o poder podem ser expressos por meio de negociações mercadológicas ou políticas. Quanto às políticas, conforme já se mencionou, os agricultores familiares que fundaram a Cooperativa Cosuel foram liderados pelo Sr. João Batista Marchese, que foi prefeito do Município de Encantado e deputado estadual. Por sua vez, a Cooperativa Languiru foi fundada sob a liderança do Sr.

Elton Klepker, o primeiro prefeito eleito do Município de Teutônia. Nesse sentido, as cooperativas, por meio dos seus líderes, exercem influência social, econômica e política.

Na pesquisa empírica, em relação à liderança nos cargos diretivos das Cooperativas, o que chamou a atenção foi o tempo de permanência, mais de dez anos, nos mesmos cargos. Ambos os dirigentes das Cooperativas são cooperados, têm cursos de pós-graduação em suas áreas específicas, enquanto o nível de instrução dos demais cooperados (95%) não ultrapassa o ensino médio. De acordo com Schneider (1981), os dirigentes investidos nos cargos de direção das cooperativas colaboram para a perpetuação das relações desiguais entre os cooperados e exercem a força do poder social e político. Nesse sentido, os dirigentes das Cooperativas Cosuel e Languiru são líderes com grande influência em suas comunidades.

As diferenças entre os cooperados são consideradas particularidades, o que fez com que se refletisse sobre outros segmentos agropecuários. Nesse sentido, se fez a seguinte indagação a todos os 25 entrevistados: citando o exemplo: na produção de frango, suíno, uva e tabaco ocorre a produção integrada. Na produção de leite, pode-se dizer que ocorre algo semelhante ou o(a) senhor(a) diria que há diferenças gritantes nesses processos produtivos quando comparados com a produção de leite?

A Cooperativa Cosuel, conforme se manifestou o respondente desta pesquisa, disse que há diferenças gritantes entre o sistema integrado e o sistema de produção leiteira no Brasil. No sistema integrado de produção, a maioria dos custos de produção e os riscos da atividade são da empresa ou cooperativa integradora; o produtor é remunerado pelo trabalho prestado e pela cedência das suas instalações (ou terra) para a produção. Na produção leiteira, o produtor é responsável por todos os custos de produção; ele escolhe a maneira de produzir, quando e como, e no final do processo ele comercializa o leite com a empresa ou cooperativa de sua preferência.

Na percepção do respondente da Cooperativa Languiru, ao lhe ser feita a mesma pergunta, a parte agrícola é semelhante em todos os tipos de produção. A diferença é que no leite o agricultor tem uma renda mensal e no tabaco não, pode plantar milho ou outra cultura, mas a renda é por safra e não mensal. Outra diferença é que no processo produtivo do leite há a possibilidade de manter o jovem no meio rural. E na produção de leite não há essa integração, a cooperativa compra o produto e vende mercadorias, a cooperativa vê esse processo como um negócio. Na produção de suíno e de frango, há integração. A cooperativa remunera o serviço prestado pelo agricultor.

Em relação à mesma pergunta, os demais respondentes desta pesquisa acreditam que no sistema de produção de leite não há integração; acreditam que têm liberdade para vender o

leite e sempre aparecem representantes de empresas privadas com propostas para comprar leite, porém, na maioria das vezes não há confiança e também tem que acertar os valores de financiamentos via cooperativa. Conforme os depoimentos dos respondentes:

“no frango e suíno tem integração, no leite não. A gente tem liberdade de vender para outras empresas, o problema é a falta de confiança nestas empresas e também a gente compra tudo na cooperativa. Aí fica difícil, por que a gente tem que vender todo o leite pra cooperativa”. (nº C7).

“no leite não tem integração, por que não tem contrato escrito e no frango e suíno tem. Também a fiscalização na integração é bem rígida, né” (nº L14).

“No sistema de integração o pessoal da cooperativa fornece a ração na medida para durar 15 dias. No leite não a gente compra as rações, usa os insumos. Quando chega a hora de mostrar as anotações de compras para o pessoal dos programas fica difícil, por que tem que tê tudo anotado certinho e muitas vezes a gente se passa”. (nº C5).

Na percepção de todos os respondentes desta pesquisa, não há integração na produção leiteira no Vale do Taquari. Os respondentes desta pesquisa possuem a visão de produção integrada no modelo desenvolvido para a produção de suínos e aves, que consiste no seguinte: as cooperativas Cosuel e Languiru fornecem o suíno (leitão) e o frango (pinto) e todos os insumos, inclusive controlam a quantidade de alimentação, as datas de vacinação e realizam assistência técnica rigorosa (visitas técnicas periódicas). Em contrapartida, o agricultor familiar assina um contrato com a cooperativa. O agricultor familiar, para ser integrado, no caso do suíno e frango no Vale do Taquari, tem que possuir a terra e as instalações (galpões e implementos) conforme as normas exigidas pelas cooperativas. Caso o agricultor familiar não possua as instalações ou precise adequar, há a possibilidade de uma linha de financiamento via Sicredi.

O agricultor familiar no sistema integrado de produção de suínos e aves trabalha todos os dias, inclusive finais de semana e feriados, de 12 horas a 16 horas diárias. Recebe um valor estipulado em contrato, por animal vivo (suíno ou frango), com tempo de criação pré-determinado (mínimo 45 dias) e com cumprimento das normas de qualidade exigidas pelas cooperativas. Nesse caso, há uma tolerância de 10% de perdas (animais que morrem durante o processo de criação), passando deste limite o agricultor familiar deve reembolsar a cooperativa. No sistema integrado de suínos e aves, as cooperativas Cosuel e Languiru não disponibilizam o fornecimento de mercadorias para descontar do valor a receber, devido ao agricultor familiar.

O sistema de produção de leite, na visão dos respondentes, é diferente. O agricultor familiar possui a terra, os galpões, os implementos agrícolas e adquire todos os insumos junto

à cooperativa para descontar na conta mensal do leite, para desenvolver a atividade leiteira e também para o sustento familiar. Porém, as melhorias nas benfeitorias da propriedade rural e aquisição de implementos agrícolas também contam com financiamento via Sicredi.

Ao analisar a produção integrada de frango, suíno, uva, tabaco entre outras, não se deve confundir com os princípios estabelecidos para a produção integrada do decreto lei nº 037/2013, que estabelece as boas práticas agrícolas, com gestão racional dos recursos naturais e privilegiando a utilização dos mecanismos de regulação natural em substituição de fatores de produção. No caso desta pesquisa, o sistema de produção integrada visa analisar o vínculo na produção leiteira entre as cooperativas Cosuel e Languiru e os agricultores familiares cooperados.

Tanto os agricultores familiares como os produtores de suínos, aves e leite possuem a terra, os galpões, os implementos agrícolas e trabalham, no mínimo, 12 horas diárias, todos os dias. E o que tem valor comercial são os produtos, o suíno, o frango e o leite. A remuneração do agricultor familiar é equivalente a sua produtividade e qualidade. Logo, não há diferença entre o agricultor familiar que desenvolve a atividade integrada de suínos e aves para o agricultor familiar que produz leite, ambos são integrados. Porém, no sistema de produção leiteira, a integração aparece de forma tácita. Nesse sentido, evidencia-se que as Cooperativas Cosuel e Languiru obtêm toda a sua matéria-prima junto aos agricultores familiares cooperados, apropriando-se da sua força de trabalho, pois o que tem valor comercial é o produto (leite). Essas condições são mais favoráveis para as cooperativas, do que utilizar o emprego da mão de obra assalariada para produzir a sua matéria-prima, onde teriam que pagar todos os encargos sociais/trabalhistas.

Portanto, as cooperativas Cosuel e Languiru são agentes de introdução de mudanças tecnológicas nas pequenas propriedades, principalmente na produção leiteira. Proporcionam ao agricultor familiar o acesso a linhas de crédito: do Pronaf ou por convênio via Sicredi. O leite passa a ser o dinheiro do agricultor familiar e propicia transformações no modo de produzir e nas relações sociais de produção. De um lado, gera a cooperação e a interação entre os agricultores familiares e, de outro, pode criar contradições.

CONCLUSÃO

Na presente tese, buscou-se responder à questão: de que modo se estabelecem as relações sociais de produção entre agricultores familiares e as cooperativas na cadeia produtiva do leite? As relações de produção são estabelecidas entre os homens no processo de produção social. Elas são estabelecidas independentemente da vontade individual de cada um no processo de produção, e os níveis de desenvolvimento dessas relações dependem do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade em que se encontram.

A partir do marco-metodológico do materialismo dialético como instrumento lógico de interpretação da realidade, foi possível realizar esta pesquisa, que trabalhou com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações e opiniões. Para a reflexão e aprofundamento, utilizou-se a história oral temática, em conformidade com o proposto por Meihy e Holanda (2007), o que possibilitou a compreensão da complexidade que compõe as relações sociais de produção entre os agricultores familiares, produtores de leite e as cooperativas Cosuel e Languiru, no Vale do Taquari.

Para compreender as relações sociais de produção na agricultura familiar sob o modo capitalista de produção, primeiramente, deve-se entender o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção, que apresenta traços típicos da presença de grandes complexos industriais a integrar a produção agropecuária. Esse processo contínuo de industrialização do meio rural traz em sua esteira transformações nas relações de produção na agricultura familiar e, conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no meio rural.

Os agricultores familiares produtores de leite no Vale do Taquari são agentes do processo de transformação na estrutura social e nos meios materiais de subsistência e, ao mesmo tempo, as relações sociais em que produzem são transformadas e se articulam na estrutura social. O leite que era produzido para subsistência e fonte de renda secundária passou a ser a principal atividade desenvolvida, como fonte de trabalho e renda. Desta forma, modificando o modo de produção, utilizando novas tecnologias e mecanismos para se inserir no mercado, cada vez mais influenciado pela globalização.

As relações sociais de produção, na cadeia produtiva do leite, no Vale do Taquari, devem ser compreendidas como um conjunto de relações que se estabelecem entre os agricultores familiares produtores de leite e cooperados, com a cooperativa, no processo de produção e das condições materiais de sua existência. As Cooperativas Cosuel e Languiru possuem planta agroindustrial, compram a produção de leite do agricultor familiar e cooperado, exigem exclusividade e pagam o valor por litro, conforme a quantidade e a

qualidade, obedecendo às normas técnicas implementadas no Brasil, por meio de políticas públicas, e também possuem as suas próprias normas e políticas. O agricultor familiar vai adquirindo os insumos, os produtos para suprir as necessidades de manutenção da propriedade rural e da família, cujos valores são descontados do valor a receber da conta mensal do leite. Sendo que, muitas vezes, ele recebe somente o extrato, pois já comprometeu todos os recursos a receber da conta do leite.

O modo capitalista de produção no meio rural é marcado por características contraditórias, intrínsecas ao próprio sistema. Assim, o capital ora concebe relações capitalistas, ora gera relações não capitalistas, como acontece com o agricultor familiar produtor de leite no desenvolvimento de suas atividades produtivas. Ele recebe pelo produto de seu trabalho (leite) e não pela sua força produtiva ou pela sua jornada de trabalho, que varia de 12 horas a 16 horas diárias, inclusive finais de semana e feriados. No entanto, ao se analisar as ações que envolvem a produção leiteira, pode-se dizer que há exploração e apropriação do sobretrabalho do agricultor e dos membros da sua família, sem remuneração.

De acordo Marx (1996), as relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção. Os trabalhadores devem comparecer ao mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho. O agricultor familiar produtor de leite e cooperado do Vale do Taquari possui terra própria, mais uma parte arrendada, os animais, os meios de produção, compra os insumos, entre outros. Nesse sentido, Oliveira (1995, p 65) alerta para o fato de que na agricultura “o próprio capitalismo desenvolveu mecanismos de subordinação da renda da terra, de modo a permitir a criação e recriação das relações não capitalistas de produção no campo”. Desse modo, o agricultor familiar produtor de leite e cooperado está inserido no modo de produção capitalista.

Cada modo de produção se constitui em uma etapa na produção da história e se manifesta pelo aparecimento de novos instrumentos de trabalho e novas práticas sociais, o que muda a estrutura e o funcionamento das atividades desenvolvidas no cotidiano da vida em sociedade. Nesse sentido, as cooperativas Cosuel e Languiru foram constituídas nas décadas de 1940 e 1950, baseadas nos princípios doutrinários estabelecidos na Cooperativa de *Rochdale* (1844). O cooperativismo é uma doutrina que considera as cooperativas uma forma ideal de organização da humanidade, baseado na participação, direitos e deveres iguais para todos, sem discriminação de qualquer natureza entre os cooperados e reconhecido como símbolo de soberania popular por se caracterizar como um modelo de organização produtivo que estabelece a desvinculação do tradicional conceito patrão-empregado.

No entanto, as Cooperativas Cosuel e Languiru encontram-se inseridas no mercado capitalista e globalizado. Para sobreviver, necessitam se adequar ao sistema capitalista imposto e acabam, com isto, impondo regras capitalistas aos seus cooperados, redirecionando e redefinindo a sua atuação. As cooperativas tinham uma filosofia desde o surgimento: instituições sociais. Atualmente utilizam princípios de gestão organizacionais de empresas mercantis, realizam planejamento estratégico e firmam contratos comerciais no mercado nacional e internacional, no segmento de produtos lácteos.

Porém, para permanecerem no mercado e cumprirem os acordos mercantis, necessitam de matéria-prima para alimentar a sua planta agroindustrial. Em função disso, há uma grande preocupação de ambas as cooperativas para manter o jovem no meio rural e continuar na atividade leiteira. Os agricultores familiares não percebem que o Programa de Sucessão Familiar desenvolvido por ambas as cooperativas consiste em uma estratégia política para continuar obtendo matéria-prima e mercado certo para a colocação dos seus produtos em diversos segmentos mercadológicos em que atuam: por exemplo, agrocenters, supermercado, lojas de bazar. As famílias agradecem a capacitação por valorizar e motivar o jovem a permanecer no meio rural, e também por auxiliar no melhoramento do relacionamento entre os membros da família.

As cooperativas Cosuel e Languiru têm papel essencial no processo de modernização das pequenas propriedades no Vale do Taquari. São elas que apontam as tendências de mercado e, por intermédio das equipes técnicas, multiplicam essas informações no meio rural. As Cooperativas Cosuel e Languiru realizam testes e experimentos técnicos para verificar a efetividade de determinada tecnologia antes de divulgá-la como alternativa para os seus cooperados. No entanto, toda tecnologia precisa de infraestrutura para funcionar, e esta é realizada pelo do poder público no Município de Arroio do Meio. Outro fator é a necessidade de investimentos para modernizar a propriedade rural. Dessa forma, os agricultores familiares buscam recursos financeiros via financiamento com o Sicredi. Assim, adquirem um passivo, imaginando ser um ativo, e ficam dependentes das Cooperativas para honrar seus compromissos.

As relações de produção entre agricultores familiares e as Cooperativas Cosuel e Languiru são relações que ocorrem no processo de produção social. Essas relações são a essência do processo produtivo e comercial. Isso modifica o modo de produzir e também o modo de agir do agricultor familiar produtor de leite. Quanto maior for a força produtiva e comercial das Cooperativas Cosuel e Languiru perante o mercado, maior será o incentivo para a modernização do sistema de produção leiteira, por exemplo, a construção de sala de

ordena. Entretanto, a maioria dos agricultores familiares não possui precisão (controle de gastos) para a formação do custo do litro de leite, nem para a sustentabilidade da propriedade rural, o que aumenta o nível de desigualdade e os submete à lógica do capital.

As Cooperativas Cosuel e Languiru atuam no mercado nacional e internacional, sofrem as exigências, tensões e o poder da força desses mercados, que representam as verticalidades, impostas às Cooperativas, que, por sua vez, transferem as novas exigências aos seus fornecedores de matéria-prima: os agricultores familiares produtores de leite. Esses trocam informações entre si, sobre as novas exigências mercadológicas, que se constituem nas horizontalidades.

A cadeia produtiva do leite pode ser entendida como uma sucessão de operações de transformação separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico, possuindo quatro grandes elos: fornecedores de insumos e implementos agrícolas; agricultores familiares; Cooperativas e o Varejo. Exibe interação, sendo que, em determinados momentos, um ou outro elo possui certa dominância sobre os demais. Essa dominância de um dos elos ocorre pela sua força e pelo seu poder de mercado. Na cadeia produtiva do leite, o elo mais forte é o da Cooperativa com planta agroindustrial, tanto pelo seu tamanho em relação aos outros elos quanto pelo domínio da informação. O elo mais fraco é o do agricultor familiar produtor de leite, que, de forma individual, não consegue se inserir no mercado. O cooperativismo, quando se propõe integrado nas relações sociais de produção capitalista, sem buscar alternativas para esse sistema, tende a reproduzir as relações de alienação e exploração.

Os dirigentes das Cooperativas Cosuel e Languiru também são cooperados e participam da vida comunitária, ministram palestras e participam de programas nas rádios locais. Pelo fato de os dirigentes das Cooperativas possuírem nível de instrução bem superior à média dos demais cooperados, conquistam a confiança dos mesmos e se perpetuam nos cargos. Por outro lado, as cooperativas influenciam o território, incentivam as comunidades rurais a preservarem os seus costumes, por exemplo: festa do padroeiro da comunidade, grupo de coral, conversa com o compadre e/ou comadre. Nesses encontros, com patrocínio das cooperativas, os agricultores familiares trocam ideias sobre as suas atividades e sentem-se valorizados por serem cooperados da Cosuel ou da Languiru.

A influência das cooperativas, criadas há mais de 60 anos, no território do Vale do Taquari é demonstrada pelos agricultores produtores de leite e cooperados com sentimento de respeito, orgulho e lealdade. Os agricultores familiares são cooperados por indicação dos pais ou parentes, o que mostra a influência dos familiares nas decisões econômicas; por sugestão de leiteiros (alguns são cooperados) e por segurança e confiança. Os agricultores familiares

reconhecem que as empresas mercantis pagam de R\$ 0,10 a R\$ 0,15 a mais pelo litro do leite e não oferecem nenhum outro tipo de benefício, nem possuem comprometimento econômico e social com a região do Vale do Taquari, como as Cooperativas Cosuel e Languiru.

As diferenças entre as relações de produção dos agricultores familiares produtores de leite e cooperados da Cosuel e Languiru, e dos agricultores familiares integrados do sistema de produção de suíno, frango, uva e tabaco, entre outros, está na diversidade de insumos utilizados em cada segmento. Logo, a diferença entre o trabalhador assalariado, o agricultor familiar produtor de leite e o produtor integrado está na jornada de trabalho e nos benefícios sociais. Portanto, as relações sociais de produção entre agricultores familiares e as Cooperativas Cosuel e Languiru, no Vale do Taquari, são relações de cooperação e, ao mesmo tempo, de contradição; envolvem o ambiente social e de trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003.

_____. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. *Economia Aplicada* – n° número 2, vol. IV: 379-397, abr/jun/2000.

_____. *Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural*. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932/5051>> . Acesso em: 20 de mai/2015.

_____. *Uma nova extensão rural para a agricultura familiar*. In: seminário nacional de assistência técnica e extensão rural. Brasília, DF. Anais, 1997. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932/5051>>. Acesso em: mai/2016.

_____. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Hucitec. Educamp. Anpocs. São Paulo, 1992

ABRANTES, JOSÉ. *Associativismo e Cooperativismo: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2004.

ACI/RS – Aliança Cooperativa Internacional do Rio Grande do Sul. (Brasil, 2014). Disponível em: < <http://www.agropar.coop.br/aci-alianca-cooperativa-internacional.html>>. Acesso em: 01 out/2014.

AGENDA INSTITUCIONAL DO COOPERATIVISMO. *Sistema Organização Cooperativas Brasileiras*. Edição, 2015. Brasília-DF, março de 2015. Disponível: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/agenda_institucional_d_o_cooperativismo_2015.pdf>. Acesso em: 02 jan/2017.

AHLERT, Lucildo. *Repensando o Agro: um Programa de Discussão e Planejamento do Agronegócio no Vale do Taquari*. (2004). Disponível em: <http://www.cicvaledotaquari.com.br/portal/wp-content/uploads/artigo_ufrgs.pdf>. Acesso em: 19 jul/2016.

AHLERT, Lucildo; GEDOZ, Sirlei Teresinha. *Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul – 1822 a 1930*. *Estudo & Debate*, Lajeado, ano 8, n. 1, p. 49-91, 2001.

ALMEIDA, E. S. *Função de Produção Agropecuária Espacial*. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 41, 2005, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER). Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra>>. Acesso em: jan/2017.

ANDRADES, Thiago Oliveira de. GANIMI, Rosângela Nasser. *Revolução verde e a apropriação capitalista*. *CES Revista*, v.21, Juiz de Fora, 2007, p.43 - p.56. Disponível em:

< http://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf> Acesso em: 27 fev/2015.

APL – ARANJO PRODUTIVO LOCAL – Fundação Alto Taquari de Educação Rural e Cooperativismo (Faterco), 2015. Vale do Taquari/RS. Disponível em:

< <http://www.aplvaledotaquari.com.br/>>. Acesso 14 set/2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE LEITE (2015). *Leite Brasil*. Disponível em: <http://www.leitebrasil.org.br/artigos/jrubez_093.htm>. Acesso em: jan/2017.

BARDEN, Júlia E.; AHLERT, Lucildo. *Fluxos migratórios e distribuição de renda interna na evolução da economia do Vale do Taquari*, no período de 1930-70. *Estudo & Debate*, Lajeado, v. 10, n. 2, p. 7-32, 2003

BATALHA, Mário Otávio. *Gestão agroindustrial*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BECKER, Dinizar F. A Economia Política do Vale do Taquari – uma análise da dinâmica do processo de desenvolvimento regional. In: *Estudo & Debate*. Vol. 10. nº 2. Univates. Lajeado, 2003.

BENATO, João Vitorino Azolin. *O ABC do cooperativismo*. 5 ed. São Paulo: Ocesp, 1999.

BENECKE, Dieter W. *Cooperação e desenvolvimento: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo*. Porto Alegre: Coojornal; Recife: Assocene, 1980.

BENETTI, Maria D. A internacionalização real do agronegócio brasileiro – 1990-03. In: *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v.32 n, 02, ago. 2004. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/260/454>>. Acesso em: jan/2017

BENETTI, Maria Domingues. *Endividamento e crise no cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul*. Análise do Caso Fecotrigo/Centreal sul – 1957-83. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, 1985. Disponível em:

< <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/934/1224>>. Acesso em: 14 ago/2015.

BEROLDT, Leonardo. *Políticas públicas para a agricultura e dinâmica institucional: as transformações capitalistas na agricultura do Vale do Taquari, Rio Grande Do Sul, Brasil* (Tese – Doutorado - 2010). Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/36380>> Acesso em: 02 out/2014.

BIALOSKORSKI, Sigismundo Neto. *Agronegócio cooperativo*. In: Batalha, M. O. (org) *Gestão agroindustrial*. São Paulo. Ed. Atlas, 2001.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. MARQUES, Pedro Valentim. *Agroindústria cooperativa: um ensaio sobre crescimento e estrutura de capital*. *Revista Gestão & Produção*. v.5, n.1, p. 60-68, abr. 1998.

Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/gp/v5n1/a04v5n1.pdf>> Acesso em: 05 fev/2016.

BIANCO, J.; CARDOSO, J. L. Evoluções e transformações do cooperativismo agropecuário no estado de São Paulo. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 41, Juiz de Fora: SOBER, 2003.

BRAGA, L, C. A territorialização da produção leiteira e fumageira na Linha Itaíba, Marmeleiro – PR. 2010. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, área de concentração: Produção do espaço e meio ambiente) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2010. Disponível em: < http://tede.unioeste.br/tede/tde_arquivos/10/TDE-2010-08-16T144846Z-427/Publico/Luis.pdf>. Acesso em: jan/2017.

BRASIL *FOODS* – BRF (2016). *Empresa Brasil Foods S/A*. disponível em: <<https://www.brf-global.com/brasil/sobre-brf/>>. Acesso em: 13 set/2016.

BRUM, Argemiro Luís. *Mercado e cadeias produtivas*. In: SIEDENBERG, Dieter (Org.). *Desenvolvimento sob múltiplos olhares*. Ijuí : Ed. Unijuí, 2012. p. 187-206.

BRUM, Argemiro Luís. KELM, Maiquel e ALBORNOZ, Mauro. *A cadeia produtiva do leite: um estudo contextual entre o Rio Grande do Sul (Brasil) e Buenos Aires (Argentina)*. FEE (2014). Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405277eeg-mesa19cadeiaprodutivaleite.pdf>>. Acesso em: jan/2016.

BRUMER, Anita. *Mulher e Desenvolvimento Rural*. In: PRESVELOU, C.; ALMEIDA, F.R.; ALMEIDA, A.A.(Orgs.). *Mulher, família e desenvolvimento rural*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1996. p. 39 – 58.

BUAINAIN, Antônio Márcio. ALVES, Eliseu. SILVEIRA, José Maria da e NAVARRO, Zander. *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. *E-Book*. Embrapa Brasília, DF, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/O_MUNDO_RURAL_2014.pdf>. Acesso em: jan/2017

CANZIANI, J. *Programa empreendedor rural: cadeias agroindustriais*. Curitiba: Senar, PR, 2003.

CARVALHO, Luiza de. *Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural – FUNRURAL* (2016). Disponível em <<http://www.previdenciasocial.gov.br/funrural>>. Acesso em: 01 nov/2016.

CECHIN, Andrei. *Cooperativas brasileiras nos mercados agroalimentares Contemporâneos Limites e perspectivas*. In: BUAINAIN. Antônio Márcio. ALVES, Eliseu. SILVEIRA, José Maria da. NAVARRO, Zander. *O mundo rural no Brasil no século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Embrapa, Brasília, 2014. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/994073/o-mundo-rural-no-brasil-do-seculo-21-a-formacao-de-um-novo-padrao-agrario-e-agricola>>. Acesso em: 01 out/2014.

CENSO AGROPECUÁRIO (2006): *Banco de dados estatísticos do IBGE* – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf> . Acesso em: 20 jan/2014.

CENSO DEMOGRÁFICO (2010): *Banco de dados estatísticos do IBGE* - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>>. Acesso em: 01 jun/2016.

CHAYANOV, Alexandre V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Nueva Visión. 1974.

CORADINI, Odacir Luiz. FREDERICQ, Antoinette. *Agricultura, cooperativas e multinacionais*. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro 2009. Disponível em:
<<http://static.scielo.org/scielobooks/qqx82/pdf/coradini-9788579820090.pdf>>. Acesso em: 20 dez/2016.

COSUEL - Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda. – (COSUEL, 2015) – *Dados históricos*. Disponível em: <<http://www.cosuel.com.br/>> Acesso em: 01 out/2015.

CREMONESE, Camila. SCHALLENBERGER, Erneldo. Cooperativismo e agricultura familiar na formação do espaço agrícola do Oeste do Paraná. *Revista Tempo da Ciência* (12) 23 : 49-63, 1º semestre 2005. Disponível em:
< <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia>>. Acesso em: 21 dez/2016

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. *Por que as cooperativas agropecuárias e agroindustriais brasileiras estão falindo?* RAE - Revista de Administração de Empresas . v 39, n. 2 . Abr./Jun. São Paulo, 1999. Disponível em: < <http://rae.fgv.br/rae>> . Acesso em 15 fev/2015.

DECRETO Nº 1.637 de 5 de janeiro de 1907. Cria *syndicatos profissionaes e sociedades cooperativas*. Disponível em:
<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/arquivos/Decreto1637_1907.pdf> . Acesso em: 20 ago/2016.

DECRETO Nº 30.691 de 29 de março de 1952. *Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal*. Disponível em:
<www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/.../Decreto%2030691%20de%201952.pdf> . Acesso em: 20 dez/2016.

DECRETO Nº 23.611 de 20 de dezembro de 1933. *Instituição de consórcios profissionais-cooperativos*. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D23611.htm>. Acesso em: 22 jun/2017.

DECRETO Nº 1.946 de 28 de junho de 1996. *Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar* – PRONAF. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm> . Acesso em: 20 fev/2015.

DECRETO Nº 037 de 13 de março de 2013. *Estabelece o regime das normas técnicas aplicáveis à proteção integrada, à produção integrada e ao modo de produção biológica*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0037compilado.htm>. Acesso em: março/2017.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 19 de outubro de 1958. Disponível em:
<<http://www.jangadabrasil.com.br/revista/julho92/cp92007c.asp>>. Acesso em: 16 abr/ 2016.

DORNELLES, Mizael. *Recorte Territorial do Vale do Taquari*. Software SIG: TerraView. Base cartográfica: IBGE, 2010. Projeção geográfica: LatlongDatum: SIRGAS, 2000.

DRUCKER, Peter Ferdinand. *Desafios gerenciais para o século XXI*. São Paulo: Pioneira, 1999

DUARTE, Geraldo. *Dicionário de administração e negócios*. São Paulo: ed. Abril, 2015.

DUARTE, Laura Maria Goulart. *Capitalismo e cooperativismo no R.G.S*. Orientação de Juan Mario Fandiño mariño. Porto Alegre: L&PM: Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisas em Ciências sociais, 1986.

DURANT, W. (Os Pensadores). *História da Filosofia*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

EMBRAPA – Empresa brasileira de pesquisa agropecuária (Brasil 2014-2015). *Gado leiteiro*. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gadoleiteiro/>> . Acesso em: 12 mar/2016.

EMBRAPA – Empresa brasileira de pesquisa agropecuária (Brasil 2016). *Sustentabilidade produção leiteira*. Disponível em:
<<https://www.embrapa.br/sustentabilidadeproducaoiteira>>. Acesso em: 10 set/2016.

ETGES, Virginia Elisabeta. *Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*. Santa Cruz do Sul. Livraria e Editora da FISC, 1991.

EW, Aní Rení. *Reestruturação do cooperativismo agropecuário no Rio Grande do Sul: os casos Cosuel e Coapel – anos 90*. Dissertação apresentada ao PPGER – Universidade do Rio Grande do Sul. (2001). Disponível em:
< <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1668/000305573.pdf?...1>>. Acesso em: 07 set/2016.

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. (2014). *Colocar os agricultores familiares em primeiro para erradicar a fome*. Disponível em:
<<https://www.fao.org.br/cafppef.asp>>. Acesso em: 05 set/2016.

FAPRI - *FOOD AND AGRICULTURAL POLICY RESEARCH INSTITUTE* (2016). Tradução automática via site: *Fornecendo uma análise econômica da política agrícola comércio e para as decisões e intervenientes na agricultura mundial*. Disponível em:
<<http://www.fapri.iastate.edu/>>. Acesso em: 01 set/2016.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. (2010-2015). *Perfil socioeconômico do Estado*. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/estado/>>. Acesso em: 19 jul/2016.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. (1976-1977). *Perfil socioeconômico municípios*. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipio/>>. Acesso em: 05 set/2016.

FEIX, Rodrigo Daniel. JORNADA, Maria Isabel Herz da. GASPERI, Eduardo de. *Aglomeração produtiva de laticínios na região do Corede Vale do Taquari* (2015). Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/relatorios/aglomeracao-produtiva-de-laticinios-na-regiao-do-corede-vale-do-taquari/>>. Acesso em: 13 set/2016.

FLEURY, Maria Tereza Leme. *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Global, 1983

FRANTZ, João Carlos. *O sentido político-pedagógico da metodologia do prorenda: um estudo sobre a agricultura familiar/RS*. Ijuí. Unijuí, 2002.

FRANTZ, Telmo Rudi. BENETTI, Maria Domingues. *Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do RS. 1957-84*. Porto Alegre. Fundação de Economia e Estatística, 1985.

FRANTZ, Walter. *Associativismo, cooperativismo e economia solidária*. Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil, 2012. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/963/Associativismo,%20cooperativismo%20e%20economia%20solid%C3%A1ria.pdf?sequence=1>> . Acesso em: 10 jun/2016.

FREDERICQ, Antoinette. A “Babá” dos Brasileiros: uma multinacional no setor leiteiro. In: CORADINI, Odacir Luiz. FREDERICQ, Antoinette. *Agricultura, cooperativas e multinacionais*. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro 2009. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/qqx82/pdf/coradini-9788579820090.pdf>>. Acesso em: dez/2016.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A luta contra a fome deve estar associada a outros desafios globais* (2012). Disponível em: <<https://www.fao.org.br/jgsndgFAO.asp>>. Acesso em: 05 set/2016.

GRISA, Catia. *Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias* (Tese – UFRRJ, 2012). Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2012/07/Tese-Catia-Grisa.pdf>>. Acesso em: 01 Out/2014.

GROSSI, Mauro Eduardo Del; SILVA, José Graziano da. *Novo rural: uma abordagem ilustrada*. Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná. Vol. 1, 2002

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2004.

_____. *Concepções de território para entender a desterritorialização*. In. *Território, Territórios*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFF e AGB-Niterói, 2002.

HANSEN, Peter Bent. *Um modelo meso-analítico de medição de desempenho competitivo de cadeias produtivas*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) UFRGS, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/9020/000459101.pdf?sequence>>. Acesso em: 01 set/2016.

HOLYOAKE, George Jacob. *Os 28 tecelões de Rochdale*. 14 ed. Sulina. Porto Alegre, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010 - 2014). *Dados estatísticos*. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/dadosestatisticos_2014.pdf>. Acesso em: 20 de jan/2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015) *Banco de dados agregados do IBGE*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/banco de dados](http://www.ibge.gov.br/banco%20de%20dados)>. Acesso em: 12 de jun/2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015). *Pesquisa pecuária municipal: Produção de leite*. <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=3&z=t&o=24&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1>>. Acesso em: 01 set/2016.

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA Representação do Brasil (2002). *Desenvolvimento rural e agricultura familiar*. Documento Síntese do Seminário Internacional, realizado em 24, 25 e 26 de setembro de 2002, em São Luis Maranhão. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Desenvolvimento-Rural-e-Agricultura-Familiar.pdf>>. Acesso em: 30 set/2014.

JEAN, Bruno. *A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna*. Cadernos de Sociologia, PPGS/UFRGS, Porto Alegre, v. 6, p. 76-89, 1994.

JOCHEM, Laudelino. RONKOSKI, José. JOCHEM, Velcir. *Cooperativismo: uma abordagem histórico-filosófica*. Hortolândia, SP: Foco Editorial, 2010.

KONZEN, Otto Guilherme. EW, Aní Rení. *Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda – Cosuel: 50 anos de história em desenvolvimento da suinocultura e da agricultura familiar*. São Leopoldo: CEDOPE/SUNISSINOS, 1998.

KREIMEIER, Renato. *O Crescimento da Participação de Associados Jovens no Quadro Social da Cooperativa Languiru*. Lajeado: Ed. do Autor, 2010.

LÁCTEOS BRASIL - LBR. 2016). *Empresa Lácteos Brasil S/A*. Disponível em: <<http://www.lbr-lacteosbrasil.com.br/>>. Acesso em: 13 set/2016.

LAMARCHE, Hughes. *A agricultura familiar: comparação internacional*. Volume II. Do Mito à realidade. Tradução: Frédérique Bazin. Campinas: Unicamp, 1998.

_____. *A agricultura familiar: comparação internacional*. 2. Ed. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. *A agricultura familiar: comparação internacional*. Vol I. Uma realidade multiforme. Tradução: A. M. N. Tijiwa. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LANGUIRU – Cooperativa Languiru Ltda. – (LANGUIRU, 2015) – *História*. Disponível em: <<http://www.languiru.com.br/historia>> . Acesso em: 30 set/2015.

LEI 4.595/64 (Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964) (BRASIL, 2014) Lei da Reforma Bancária; Lei do Sistema Financeiro Nacional. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4595-31-dezembro-1964-353886-norma-pl.html>> . Acesso em: 20 set/2014.

LEI 5.5764 (Lei 5.5764, de 16 de dezembro de 1971) (BRASIL, 2014). Criação de cooperativas. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/evolucao_no_brasil.asp>. Acesso em: 05 out/2014.

LEI 11.326/06 (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006) (BRASIL, 2014). Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95601/lei-11326-06>>. Acesso em: 04 out/2014.

LUZ FILHO, Fábio. *Teoria e prática das sociedades cooperativas*. 5 ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1961.

MAPA – Ministério da Agricultura, *Abastecimento e Pecuária* (BRASIL- 2009- 2013). *Políticas Públicas*. Disponível em:< www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 19 ago/2016.

_____(BRASIL – 2016). *Evolução do cooperativismo no Brasil: DENACOOP em ação / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*. – Brasília: MAPA, 2006. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Cooperativismo>. Acesso em: 09 jan/2017.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*. Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt, 1967. Tradução Reginaldo Sant'Anna, São Paulo, Difel (1996a).

_____. *O Capital*. O processo global de produção capitalista. Tradução Reginaldo Sant'Anna, São Paulo, Difel, 1996b. Acumulação Primitiva (1.a) [Livro 1, Cap. 24, p.828-882] Renda da Terra (1.b) [Livro 3, Seção VI, Cap. 37 e 47 p. 705-733 e 897- 931].

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário – (2005/2016) - Resolução nº 52 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/territ%C3%B3rios-rurais>>. Acesso em: 30 dez/2016.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

MOREIRA, Roberto J. *Críticas Ambientalistas à Revolução Verde*. (2000). Disponível em: <<http://www.ufrj/leprans/epdf>> . Acesso em: 01 mar/2015.

MUNICÍPIO DE LAJEADO. Ocupação do solo. *Net*. s/d. Disponível em: <<http://www.lajeado-rs.com.br/internas.php?conteudo=ocupacaoSolo.php>> . Acesso em: 04 jul/2016.

NR- NORMA REGULAMENTADORA 51- In: Dürr, João Walter Como produzir leite de qualidade 3ed. Brasília: SENAR, 2009.

OCB – Organização das cooperativas brasileiras (2015). *Período histórico*. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/cooperativismo/historia.asp>>. Acesso em: 25 ago/2016.

OCERGS – Organização das Cooperativas do Estado do RS. (BRASIL, 2014). Disponível em: <<http://www.ocergs.coop.br/>>. Acesso em: 01 out/2014.

OCESP – Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo. (Brasil, 2015). Disponível em: <<http://www.ocesp.coop.br/>>. Acesso em: 20 nov/2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

_____. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. (2015). *Tome leite*. Disponível em: <<http://brasil.babycenter.com/thread/140231/>>. Acesso em: 10 set/2016.

PADULA, M.; ARAÚJO, Z. *Governança corporativa e relações públicas em cooperativas: verdade ou mito*. In: Encontro de pesquisadores latino-americanos de cooperativismo. 5, 2008, Ribeirão Preto. Anais. Ribeirão Preto: FUNDACE, 2008.

PANZUTTI, Ralph. *Cooperativa: Uma empresa participativa*. São Paulo: Ocesp, 2000.

PERICO, Rafael Echeverri. *Identidade e território no Brasil*. Pesquisa sobre tipologias territoriais, realizado pelo Instituto Interamericano de Agricultura, IICA, Brasil, por solicitação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, do Brasil (2013). Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wpcontent/uploads/2014/03/Identidade_e_Território_no_Brasil.pdf> Acesso em: 20 set/2016.

PINHO, Diva Benevides. *A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista*. São Paulo: Editora Pioneira, 1966.

_____. *Economia e cooperativismo*. São Paulo: Saraiva, 1977.

_____. *Universidade gênero e cooperativas*. OCB debatendo grandes temas do século XXI. Brasília: SESCOOP, 2000.

QUINTA DO VALE – Indústria de Laticínios. *A empresa* (2015). Disponível em: <<http://www.quintadovale.ind.br/>>. Acesso em: 13 set/2016.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. *A (re)significação da extensão rural*. O cooperativismo em debate. In: LIMA, Jorge R. T. (Org.). *Extensão rural e desenvolvimento sustentável*. Recife: Bagaço, 2003, 45-70.

PIRES, Marília Freitas de Campos. *O materialismo histórico-dialético e a Educação*. PIRES, M. F. C. *Education and the historical and dialectical materialism*. Interface — Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v1n1/06.pdf>> Acesso em: 10 jun/2014

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RECOOP - Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária.(BRASIL, 1998) Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1999/anexo/and2936-99.pdf> . Acesso em: 16 dez/2015.

RODRIGUES, Fábio da Silva. *Cadeias produtivas de bovinos de leite e de corte*. Maringá. PR. 2012.

RAMBO, Arthur B. *O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil*. Perspectiva econômica, São Leopoldo, v.23, n.62 63, p.3-276, jul./dez. 1988.

_____. *Somando forças: o projeto social dos jesuítas do sul do Brasil*. São Leopoldo, RS: Ed; UNISSINOS, 2011.

ROSA, Antônio Vitor. *Agricultura e meio ambiente*. São Paulo: Atual, 1998.

RÜCKERT, A. A. *Metamorfose do território: a agricultura de trigo-soja no Planalto Médio Riograndense. 1930/1990*. Editora da UFRGS: Porto Alegre/RS, 2004.

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: Sabourin e Teixeira (org) *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais*. DF: Embrapa, p. 21/37, 2002.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, María Laura. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Record, RJ. 2001.

SANTOS, Milton. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005 [SANTOS, Milton. Espaço e sociedade. Petrópolis: Vozes, 1978].

_____. *O território e o saber local: algumas categorias de análise*. In: Cadernos IPPUR, UFRJ. ano XIII, nº 2, agosto/dezembro, 1999.

_____. *O retorno do território*. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun/2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005- [AÑO VI N° 16 ENERO-ABRIL 2005]. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em: 01 set/2016.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec.São Paulo 1988.

_____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 4ed. São Paulo: Edusp, 2012a.

_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. 6ed. São Paulo: Edusp, 2012b.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SCHALLENBERGER, Erneldo. *Social-catolicismo e associativismo cristão: Alemanha e Sul do Brasil*. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXIX. N2. P. 117-134. Dezembro 2003. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/download>>. Acesso em: mar/2017.

_____. Cooperativismo e desenvolvimento comunitário. Revista Mediações, Londrina, v. 8, n.2, p. 9-26, jul/dez.2003. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/issue/view/642/showToc>>. Acesso em: 23 jun/2017.

SCHIERHOLT, José Alfredo. *Estrela: ontem e hoje*. 2 ed. . O Autor. Lajeado. 2002.

SCHNEIDER, José Odelso. Resgate de aspectos da história do cooperativismo.São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1998.

SCHNEIDER, Sergio. *Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso*. In: Froehlich, J. M.; Vivien Diesel. (org). Desenvolvimento Rural – Tendências e debates contemporâneos. Ijuí. Unijuí, 2006. Disponível em:< <http://ifibe.edu.br/arq/2015081315271368961277.pdf> >. Acesso em: jan/2017.

_____. *A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro*. Cadernos do CEAM, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate. Brasília, ano V, n. 17, p. 23-42, fev. 2005.

_____. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003.

_____. *Agricultura familiar e industrialização, pluriatividade e descentralização industrial do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SECEX/MDIC. Secretária de Comércio Exterior e Indústria Comercio Exterior e Serviços(2016). *Balança comercial*. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 10 set/2016.

SERVOLIN, Claude. *L'absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste*. In: *L'univers politique des paysans*. Tradução: Frédérique Bazin. Paris, *Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques*, n° 148, 1972, p. 41-77.

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. (SESCOOP, 2014 - 2016). *O papel do associado*. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/papel_do_associado.asp>. Acesso em: 05 out/2016.

_____. (SESCOOP, 2014). *Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2015*. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/expressao_do_cooperativismo_gaúcho.2015>. Acesso em: 12 nov/2016.

SILVA J. A.; TSUKAMOTO R. Y. *A modernização da pecuária leiteira e a exclusão do pequeno produtor*. Londrina, v. 10, n. 2, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/8574/7218>>. Acesso em: jan/2017.

SILVA, Emanuel Sampaio. SALOMÃO, Inessa L.. MCINTYRE, Jimmy Peixe. GUERREIRO, João. PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. BERGONSI, Sandra S.S.. VAZ, Sidney da Conceição. *Panorama do cooperativismo Brasileiro: história, cenários e tendências*. Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativos – Rede Unircoop. Vol 1 n° 2. Rio de Janeiro/RJ. 2003. Disponível em: <<http://www.itcp.coppe.ufrj.br/redes.php>>. Acesso em: 23 ago/2016.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS E PRODUTOS DERIVADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Associados*. Disponível em: <<http://www.sindilat.com.br/index.php/institucional/associados>>. Acesso em: 13 set/2016.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: (análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife)*. São Paulo: Ed. Nacional, 1968

_____. *Uma utopia militante*. Repensando o socialismo. 2 ed. Vozes. Rio de Janeiro, 1998.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na terra social*. Tradução: Vera Ribeiro; revisão técnica, Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Joel José de. *O complexo agroindustrial de laticínios no Brasil: o caso da Região Sul*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis- SC, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128702/332230.pdf?sequence=1>>. Acesso em: jan/2017.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação camponês ao capital*. 2 ed. São Paulo: Hucitc, 1984.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva; BÚRIGO, Carla Cristina Dutra; OYARZABAL, Graziela Macuglia (Org.). *A formação de professores para a educação básica na América Latina: problemas e possibilidades*. 1. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

VEIGA, José Eli da. *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.

VIANA, G.; FERRAS, R. Um estudo sobre a organização da cadeia produtiva do leite e sua importância para o desenvolvimento regional. *Revista Capital Científico do Setor de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 5, n. 1, 2007.

ZAMBERLAN, Jurandir. FRONCHETI, Alceu. *Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente*. Petrópolis: Vozes, 2001.

ZUGE, R. M., ABREU, C.O., CORTADA, C.N.M.. *Produção integrada no de leite bovino*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretária de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: Mapa/ACS, 2009. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Produ%C3%A7%C3%A3o%20Integrada/PI_Brasil.pdf>. Acesso em: 01 abr/2016.

ZYLBERSZTAJN, D. *Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial*. In: Zylbersztajn, D.; Neves, F. N. (Coord.). *Gestão dos Negócios Agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2000.

**APÊNDICE A: ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA –
AGRICULTOR FAMILIAR PRODUTOR DE LEITE**



**RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES E
COOPERATIVAS: A EXPERIÊNCIA DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NA REGIÃO
DO VALE DO TAQUARI/RS - BRASIL**

O objetivo da pesquisa é analisar as relações sociais de produção entre agricultores familiares e as cooperativas, na cadeia produtiva do leite.

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL -
MESTRADO E DOUTORADO – PPGDR DA UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL –
UNISC.**

Roteiro semiestruturado de entrevista – agricultor familiar produtor de leite

- Qual é o seu nome?
- Há quanto tempo é cooperado? E de qual cooperativa?
- Quais os critérios para ser cooperado?
- Como o(a) Senhor(a) participa das decisões da cooperativa?
- Quantos hectares possui a propriedade rural?
- Quantos hectares da propriedade rural é destinada à criação/manejo de gado leiteiro?
- Qual é a composição da estrutura fundiária da propriedade rural? Familiar? Arrendada?
- Quais são os meios de comunicação na propriedade rural?
- Como e por que começou a produzir leite?
- Qual é o tamanho do rebanho leiteiro?
- Qual(ais) é (são) o(s) tipo(s)/raça(s) de gado leiteiro?
- Como é o sistema de criação leiteira? Confinado? Semiconfinado ou a pasto?
- Que tipo de ordenha é utilizado? Manual, mecânica?
- Qual é o tipo de leite produzido na propriedade?
- Quantos litros de leite entrega à cooperativa? E como é feita a entrega?
- Entrega leite somente à cooperativa?
- Qual o valor que o(a) senhor(a) recebe pelo litro de leite *in natura* da Cooperativa?
- Quanto tempo por dia, em média, ocupa-se com a produção de leite?
- Quantas pessoas estão envolvidas na produção de leite? Qual o grau de parentesco?
- Como é a forma de negociação/pagamento da Cooperativa para o agricultor familiar produtor de leite?
- Qual tipo de insumo/mercadoria o(a) senhor(a) adquire junto à Cooperativa?
- Que tipo de recursos financeiros são intermediados pela Cooperativa?
- O(a) senhor(a) troca ideia sobre criação/manejo do gado leiteiro e/ou investimentos na propriedade com algum membro da Cooperativa? Quem?
- O(a) senhor(a) troca ideia sobre criação/manejo do gado leiteiro e/ou investimentos na propriedade com algum cooperado ou vizinho?
- Citando um exemplo — na produção de frango, suíno, uva e tabaco ocorre a produção integrada. Podemos dizer que na produção do leite ocorre algo semelhante ou o(a) senhor(a) diria que há diferenças gritantes nesses processos produtivos quando comparados com a produção de leite.
- Gostaria de acrescentar algo mais...

**APÊNDICE B: ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA –
COOPERATIVA LANGUIRU LTDA.**



**RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES E
COOPERATIVAS: A EXPERIÊNCIA DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NA
REGIÃO DO VALE DO TAQUARI/RS - BRASIL**

O objetivo da pesquisa é analisar as relações sociais de produção entre agricultores familiares e as cooperativas, na cadeia produtiva do leite.

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL -
MESTRADO E DOUTORADO – PPGDR DA UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ
DO SUL – UNISC.**

Roteiro semiestruturado de entrevista – Cooperativa Languiru Ltda.

- Qual é o seu nome?
- Qual a função que exerce na Cooperativa Languiru?
- Há quanto tempo atua na cooperativa?
- Quais os critérios para adesão de novos cooperados à Languiru?
- Os cooperados costumam participar das assembleias da cooperativa?
- Há casos em que os cooperados costumam reclamar da cooperativa?
- Qual é o mercado de colocação dos produtos da Languiru?
- A cooperativa adquire leite somente de seus cooperados?
- A Languiru presta assistência técnica aos seus cooperados? Como isso acontece?
- A cooperativa fornece insumos aos seus cooperados? Como isso acontece?
- Esses insumos e assistência técnica ocorrem somente no que diz respeito à melhoria da produção leiteira ou atingem outros ramos da propriedade?
- Os cooperados, de maneira geral, reagem bem às tentativas de modernização da produção leiteira proposta pela cooperativa?
- De que outra maneira a cooperativa auxilia na modernização da propriedade?
- Existe contrato de compra e venda da Languiru com os cooperados?
- A cooperativa exige uma cota mínima de litros de leite por cooperado?
- Como é realizada a coleta do leite e quem paga esses custos?
- Há cooperados em dívida com a cooperativa?
- O cooperado pode vender parte de sua produção de leite para outra empresa ou cooperativa?
- O que a cooperativa faz com os cooperados que adulteram o leite?
- Como se estabelece o valor pago pelo litro de leite ao cooperado?
- A cooperativa distribui dividendos aos seus cooperados?
- Citando um exemplo — na produção de frango, suíno, uva e tabaco ocorre a produção integrada. Podemos dizer que na produção do leite ocorre algo semelhante ou o(a) senhor(a) diria que há diferenças gritantes nesses processos produtivos quando comparados com a produção de leite.
- Gostaria de acrescentar algo mais...

**APÊNDICE C: ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA –
COOPERATIVA DOS SUINOCULTORES DE ENCANTADO (COSUEL)**



**RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES E
COOPERATIVAS: A EXPERIÊNCIA DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NA REGIÃO
DO VALE DO TAQUARI/RS - BRASIL**

O objetivo da pesquisa é analisar as relações sociais de produção entre agricultores familiares e as cooperativas, na cadeia produtiva do leite.

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL -
MESTRADO E DOUTORADO – PPGDR DA UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL –
UNISC.**

**Roteiro semiestruturado de entrevista – cooperativa dos Suinocultores de Encantado
(Cosuel)**

- Qual é o seu nome?
- Qual a função que exerce na Cooperativa Cosuel?
- Há quanto tempo atua na cooperativa?
- Quais os critérios para adesão de novos cooperados à Cosuel?
- Os cooperados costumam participar das assembleias da cooperativa?
- Há casos em que os cooperados costumam reclamar da cooperativa?
- Qual é o mercado de colocação dos produtos da Cosuel?
- A cooperativa adquire leite somente de seus cooperados?
- A Cosuel presta assistência técnica aos seus cooperados? Como isso acontece?
- A cooperativa fornece insumos aos seus cooperados? Como isso acontece?
- Esses insumos e assistência técnica ocorrem somente no que diz respeito à melhoria da produção leiteira ou atingem outros ramos da propriedade?
- Os cooperados, de maneira geral, reagem bem às tentativas de modernização da produção leiteira proposta pela cooperativa?
- De que outra maneira a cooperativa auxilia na modernização da propriedade?
- Existe contrato de compra e venda da Cosuel com os cooperados?
- A cooperativa exige uma cota mínima de litros de leite por cooperado?
- Como é realizada a coleta do leite e quem paga esses custos?
- Há cooperados em dívida com a cooperativa?
- O cooperado pode vender parte de sua produção de leite para outra empresa ou cooperativa?
- O que a cooperativa faz com os cooperados que adulteram o leite?
- Como se estabelece o valor pago pelo litro de leite ao cooperado?
- A cooperativa distribui dividendos aos seus cooperados?
- Citando um exemplo — na produção de frango, suíno, uva e tabaco ocorre a produção integrada. Podemos dizer que na produção do leite ocorre algo semelhante ou o(a) senhor(a) diria que há diferenças gritantes nesses processos produtivos quando comparados com a produção de leite para Cooperativa Cosuel.
- Gostaria de acrescentar algo mais...

**APÊNDICE D: ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA –
SECRETÁRIO DE AGRICULTUA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE
ARROIO DO MEIO**



**RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES E
COOPERATIVAS: A EXPERIÊNCIA DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NA
REGIÃO DO VALE DO TAQUARI/RS - BRASIL**

O objetivo da pesquisa é analisar as relações sociais de produção entre agricultores familiares e as cooperativas, na cadeia produtiva do leite.

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL -
MESTRADO E DOUTORADO – PPGDR DA UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO
SUL – UNISC.**

**Roteiro semiestruturado de entrevista – Secretário de Agricultura e Meio Ambiente do
Município de Arroio do Meio**

- Qual é o seu nome?
- Qual a relevância da produção de leite para o Município de Arroio do Meio?
- A Prefeitura Municipal tem algum tipo de incentivo ou programa ou auxílio ao agricultor familiar?
- Há quanto tempo iniciou o programa – leite? E por quê?
- Quem são os agricultores atendidos pelo programa?
- Qual é o objetivo do Programa?
- Existe interação entre os agricultores participantes do programa e os outros que não participam?
- Há outros Programas que trabalham com os agricultores produtores de leite aqui em Arroio Meio?
- O que significa cooperativa para o senhor?
- O Sr. é cooperado? De qual cooperativa?
- Citando um exemplo — na produção de frango, suíno, uva e tabaco ocorre a produção integrada. Podemos dizer que na produção do leite ocorre algo semelhante ou o(a) senhor(a) diria que há diferenças gritantes nesses processos produtivos quando comparados com a produção de leite.
- Gostaria de acrescentar algo mais...

**APÊNDICE E: ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA –
COORDENADOR EMATER DE ARROIO DO MEIO**



**RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES E
COOPERATIVAS: A EXPERIÊNCIA DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NA
REGIÃO DO VALE DO TAQUARI/RS - BRASIL**

O objetivo da pesquisa é analisar as relações sociais de produção entre agricultores familiares e as cooperativas, na cadeia produtiva do leite.

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL -
MESTRADO E DOUTORADO – PPGDR DA UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ
DO SUL – UNISC.**

Roteiro semiestruturado de entrevista – Coordenador Emater de Arroio do Meio

- Qual é o seu nome, instrução, cargo?
- O Sr. trabalhou com agricultores produtores de leite?
- A Emater atendeu a uma demanda específica – ou programa, voltado ao produtor de leite?
- Quem são os agricultores atendidos?
- Qual foi o objetivo?
- Existe interação entre os agricultores participantes do programa e os outros que não participam?
- Há outros Programas que trabalham com os agricultores produtores de leite aqui em Arroio do Meio?
- O que significa cooperativa para o senhor?
- O Sr. é cooperado? De qual cooperativa?
- Citando um exemplo — na produção de frango, suíno, uva e tabaco ocorre a produção integrada. Podemos dizer que na produção do leite ocorre algo semelhante ou o(a) senhor(a) diria que há diferenças gritantes nesses processos produtivos quando comparados com a produção de leite.
- Gostaria de acrescentar algo mais...

APÊNDICE F: ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA – CONSULTOR DO SEBRAE, PARA GESTÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL



RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES E COOPERATIVAS: A EXPERIÊNCIA DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NA REGIÃO DO VALE DO TAQUARI/RS - BRASIL

O objetivo da pesquisa é analisar as relações sociais de produção entre agricultores familiares e as cooperativas, na cadeia produtiva do leite.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MESTRADO E DOUTORADO – PPGDR DA UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC.

Roteiro semiestruturado de entrevista – Consultor do SEBRAE para gestão da pequena propriedade rural

- Qual é o seu nome, instrução, cargo?
- O Sr. trabalhou com agricultores produtores de leite?
- O Sebrae atendeu a uma demanda específica – ou programa, voltado ao produtor de leite?
- Quem são os agricultores atendidos?
- Qual foi o objetivo?
- Existe interação entre os agricultores participantes do programa e os outros que não participam?
- Há outros Programas que trabalham com os agricultores produtores de leite aqui em Arroio do Meio?
- O que significa cooperativa para o senhor?
- O Sr. é cooperado? Qual cooperativa?
- Citando um exemplo — na produção de frango, suíno, uva e tabaco ocorre a produção integrada. Podemos dizer que na produção do leite ocorre algo semelhante ou o(a) senhor(a) diria que há diferenças gritantes nesses processos produtivos quando comparados com a produção de leite.
- Gostaria de acrescentar algo mais...